

CENTRO UNIVERSITARIO ALVES FARIA - UNIALFA
MESTRADO PROFISSIONAL EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL

CARLA SIMONE BURDZINSKI

CARACTERÍSTICAS SOCIOECONÔMICAS DOS ESTUDANTES DO
INSTITUTO FEDERAL DO TOCANTINS – CAMPUS PALMAS

GOIÂNIA

AGOSTO DE 2020

**CENTRO UNIVERSITARIO ALVES FARIA - UNIALFA MESTRADO
PROFISSIONAL EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

CARLA SIMONE BURDZINSKI

**CARACTERÍSTICAS SOCIOECONÔMICAS DOS ESTUDANTES DO
INSTITUTO FEDERAL DO TOCANTINS – CAMPUS PALMAS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional do Centro Universitário Alves Faria – UNIALFA, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional, sob a orientação do Prof. Dr. Fernando Negret Fernandez.

Linha de Pesquisa: Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional

GOIÂNIA

AGOSTO DE 2020

Catálogo na fonte: Biblioteca UNIALFA

B951c

Burdzinski, Carla Simone

Características socioeconômicas dos estudantes do Instituto Federal do Tocantins – Campus Palmas / Carla Simone Burdzinski. – 2020.

123 f. : il.

Orientador: Prof. Drº. Fernando Negret Fernandez.

Dissertação (mestrado) – Centro Universitário Alves Faria (UNIALFA) - Mestrado em Desenvolvimento Regional – Goiânia, 2020.

1. Educação profissional. 2. Institutos Federais. 3. Estudantes. I. Burdzinski, Carla Simone. II. UNIALFA – Centro Universitário Alves Faria. III. Título.

CDU: 378.37(811.7)

CENTRO UNIVERSITARIO ALVES FARIA - UNIALFA
MESTRADO PROFISSIONAL EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL

CARLA SIMONE BURDZINSKI

CARACTERÍSTICAS SOCIOECONÔMICAS DOS ESTUDANTES DO
INSTITUTO FEDERAL DO TOCANTINS – CAMPUS PALMAS

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Fernando Negret Fernandez – UNIALFA - Orientador

Professor Dr. Alcido Elenor Wander – UNIALFA -Avaliador

Professora Dra. Cintia Souza Dantas da Silva – Membro Externo

GOIÂNIA

AGOSTO DE 2020

*Dedico este trabalho a Deus, pela sua
companhia e proteção permanentes.*

AGRADECIMENTOS

À minha mãe Adelaide, pelo estímulo e amor oferecidos.

Aos meus irmãos, Júlio Cesar e Adriano, as minhas cunhadas Rejane e Dinha, pelo apoio familiar indispensável para a conclusão dessa dissertação. Ao amor incondicional que tenho pelos meus afilhados Enzo e Arthur que me fazem querer ser uma pessoa melhor, estudar mais e progredir sempre.

Aos meus amigos do Sul, do Centro Oeste e do Norte que são minha família e com quem divido as minhas conquistas e os desafios da vida.

Aos colegas, companheiros do mestrado: Silvia, Edna, Solimar, Augusto, Daiane, Simone e Eliane pelos ótimos momentos de discussão e diversão.

Ao professor Fernando Negret, pela paciência, dedicação e o acompanhamento na orientação da pesquisa. Aos professores do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional, especialmente os docentes Vilalta, Guilherme e Joelma.

Ao pessoal do IFTO Campus Palmas, em especial aos professores Eduardo, Celivan, Juci, Cintia e Gori. Aos setores da Secretaria Acadêmica e Gestão de Pessoas, entre eles os servidores Fernando e Vinicius, que junto da Chefia de Gabinete permitiram a realização do levantamento das informações e da realização da pesquisa de campo. As assistentes sociais do Campus Palmas, Tânia, Cassia, Mara e Márcia pela presteza e boa vontade.

Aos estudantes dos cursos de Agrimensura, Eletrotécnica, Secretariado e Segurança do Trabalho do Campus Palmas, que contribuíram respondendo aos questionários e relatando um pouco de seus perfis discentes.

Aos colegas de trabalho e grandes amigos, professora Cintia e, especialmente, ao professor Granja, pela sua disponibilidade em me auxiliar com as tabulações de dados e formulação dos gráficos e tabelas.

Obrigados a todos pelo carinho e pela torcida!!

RESUMO

Esta dissertação teve como objetivo identificar as características socioeconômicas dos estudantes do Instituto Federal de Tocantins – Campus Palmas. O estudo se desenvolveu com base em pesquisa bibliográfica para a definição dos aspectos teóricos e conceituais; pesquisa documental para obter dados e informações sobre aspectos gerais dos Institutos Federais, suas principais áreas de formação profissional, o perfil dos estudantes da rede, bem como os dados sobre a estrutura institucional e administrativa do Instituto Federal de Tocantins, dos seus estudantes e, especificamente, do Campus Palmas. Nas pesquisas de campo, foram aplicados questionários aos estudantes, que definiram suas características socioeconômicas, e posteriormente, entrevistas com as assistentes sociais do Campus, onde pretendeu-se avaliar o perfil discente, do ponto de vista social. Durante o estudo, foi constatado um número expressivo de discentes em situação de evasão e retenção na Unidade, e se examinaram as políticas de assistência estudantil e as ofertas dos auxílios concedidos. Por fim, com base nos resultados dos questionários, se realizaram propostas para subsidiar as ações, programas e projetos de assistência ao estudante, que contribuam a deter a evasão, a facilitar a permanência, a melhorar a qualidade de vida e as possibilidades de sucesso na vida profissional do discente.

Palavras-Chave: Educação Profissional, Institutos Federais, Estudantes, Características Socioeconômicas.

ABSTRACT

This master thesys aimed to identify the socioeconomic characteristics of students at the Federal Institute of Tocantins - Campus Palmas. The study was developed based on bibliographic research for the definition of theoretical and conceptual aspects; documentary research to obtain data and information on general aspects of Federal Institutes, their main areas of professional training, the profile of students in the network, as well as data on the institutional and administrative structure of the Federal Institute of Tocantins, its students and, specifically, from Campus Palmas. In the field research, questionnaires were applied to the students, who defined their socioeconomic characteristics, and later, interviews with the social workers of the Campus, where it was intended to evaluate the student profile, from the social point of view. During the study, an expressive number of students in situations of evasion and retention were found in the Unit, and student assistance policies and offers of aid granted were examined. Finally, based on the results of the questionnaires, proposals were made to subsidize student assistance actions, programs and projects, which help to prevent dropout, facilitate permanence, improve the quality of life and the possibilities of success in student's professional life.

Keywords: Professional Education, Federal Institutes, Students, Socioeconomic Characteristics.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1. Rede Federal de Educação, Ciência e Tecnologia no Brasil.....	31
Figura 2. Localização da Reitoria, Campi, Polos e Campi Avançados do IFTO	47
Figura 3. Expansão do IFTO no estado do Tocantins– Comparativo 2010 e 2019.....	57
Figura 4. Evolução do Orçamento do IFTO de 2011 a 2018	59
Figura 5. Evolução do Orçamento por Atividade entre 2011 e 2018	60
Figura 6. Evolução no Número de Servidores.....	61
Figura 7. Número de ações registradas pelo IFTO até 2018	65
Figura 8. Porcentagem de matrículas por cor/raça do IFTO até 2018.....	68
Figura 9. Renda per capita dos estudantes do IFTO.....	69
Figura 10. Faixa etária dos estudantes do IFTO	69
Figura 11. Procedência dos Estudantes do IFTO	83
Figura 12. Itens que Possui em Casa	86
Figura 13. Atividades e Frequência de Participação dos Estudantes	87
Figura 14. Atividades e Frequência de Participação dos Estudantes	89
Figura 15. Atividades e Frequência de Participação dos Estudantes	90
Figura 16. Assuntos Abordados com Familiares e Amigos	91
Figura 17. Assuntos Abordados com Familiares e Amigos	92
Figura 18. Escolha de Estudar no IFTO.	93
Figura 19. Escolha do Curso.....	94
Figura 20. Avaliação da Direção Geral.	96
Figura 21. Avaliação dos Laboratórios do Campus Palmas	97

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Critérios de escolha dos lugares dos novos campi por fase da expansão	35
Tabela 2. Cursos ofertados no Campus Araguaatins.....	48
Tabela 3. Cursos ofertados no Campus Palmas.....	49
Tabela 4. Cursos ofertados no Campus Paraíso do Tocantins.....	51
Tabela 5. Cursos ofertados no Campus Araguaína.....	51
Tabela 6. Cursos ofertados no Campus Porto Nacional	52
Tabela 7. Cursos ofertados no Campus Gurupi.....	53
Tabela 8. Cursos ofertados no Campus Dianópolis.....	54
Tabela 9. Cursos ofertados no Campus Colinas do Tocantins	54
Tabela 10. Cursos ofertados no Campus Avançado Formoso do Araguaia	55
Tabela 11. Cursos ofertados no Campus Avançado Lagoa da Confusão	55
Tabela 12. Cursos ofertados no Campus Avançado Pedro Afonso.....	56
Tabela 13. Dados Consolidados Referentes à Infraestrutura do IFTO.....	58
Tabela 14. Evolução do orçamento por atividade 2011 - 2018.....	60
Tabela 15. Evolução dos concursos públicos para docentes e técnicos administrativos entre 2012 - 2018.....	61
Tabela 16. Quantidade de Servidores do IFTO por Campi	62
Tabela 17. Evolução do número de cursos, vagas, inscritos, matrículas, concluintes e ingressantes nos Campi do IFTO entre 2010 e 2018	64
Tabela 18. Relação de Estudantes do Sexo Feminino e Masculino por Cor e Idade	80
Tabela 19. Relação de Estudantes por Trabalho, Renda e Estado Civil.....	81
Tabela 20. Com Quem Reside e Tipo de Moradia dos Estudantes	82
Tabela 21. IDHM dos municípios dos estudantes do IFTO	84
Tabela 22. Atividades e Frequência de Participação dos Estudantes	87
Tabela 23. Atividades e Frequência de Participação dos Estudantes	88
Tabela 24. Atividades e Frequência de Participação dos Estudantes	89
Tabela 25. Ranking das Atividades por Frequência	90
Tabela 26. Avaliação da Direção Geral, Coordenação, Professores e Qualidade de Ensino no IFTO Campus Palmas.....	95
Tabela 27. Avaliação dos Laboratórios, Biblioteca, Cantina e Salas de Aula no IFTO Campus Palmas.....	96

Tabela 28. Avaliação da Limpeza, Segurança, Organização, Convivência com Colegas e Acesso à Tecnologia no IFTO Campus Palmas	98
--	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANDIFES – Associação Nacional de Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior

APLs – Arranjos Produtivos Locais

BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento

CACE – Coordenação de Acesso Estudantil

CBO – Classificação Brasileira de Ocupações

CEFETs – Centro Federais de Educação Profissional e Tecnológica

CF – Constituição Federal

CGSUP – Coordenação Geral de Supervisão da RFEPT

CGU – Controladoria Geral da União

CNCT – Catálogo Nacional de Cursos Técnicos

CNE – Conselho Nacional de Educação

CNST – Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia

CONCEFET – Conselho Nacional dos Centros Federais de Educação Profissional e Tecnológica

CONIF – Conselho Nacional das Instituições da RFEPT

CONSUP – Conselho Superior

CST – Cursos Superiores de Tecnologia

DGP – Diretoria de Gestão de Pessoas

DICOM – Diretoria de Comunicação

DINFRA – Diretoria de Infraestrutura

DTI – Diretoria de Tecnologia da Informação

EaD – Educação a Distância

Eafa – Escola Agrotécnica Federal de Araguatins

EJA – Educação de Jovens e Adultos

ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio

EPT – Educação Profissional e Tecnológica

ETF – Escola Técnica Federal de Palmas

FIC – Formação Inicial e Continuada

FIES – Programa de Financiamento Estudantil

FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

FONAPRACE – Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis

FUNDEB – Fundo Nacional de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação

FUNDEF – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério

GETAT – Grupo Executivo das Terras do Araguaia

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDHM – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

IFES – Instituições Federais de Ensino Superior

IFET – Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia

IFs – Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia

IFTO – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (9.394/96)

LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais

MEC – Ministério da Educação

MG – Minas Gerais

MIRAD – Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico

PBP – Programa Brasil Profissionalizado

PDE – Plano de Desenvolvimento da Educação

PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional

PERF – Plano de Expansão da Rede Federal

PIB – Produto Interno Bruto

PL – Projeto de Lei

PNAES – Programa Nacional de Assistência Estudantil

PNDR – Política Nacional de Desenvolvimento Regional

PNE – Plano Nacional de Educação

PNP – Plataforma Nilo Peçanha

PPI – Pretos Pardos e Indígenas

PROAD – Pró-Reitoria de Administração

PROAE – Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis

PROEJA – Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos

PROEN – Pró-Reitoria de Ensino

PROEP – Programa de Reforma da Educação Profissional
PROEX – Pró-Reitoria de Extensão
PROFEPT – Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica
PRONATEC – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
PROPI – Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação
PROTEC – Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Técnico
PROUNI – Programa Universidade Para Todos
RFEPCT – Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
RFEPT – Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica
RFP – Renda Familiar *Per Capita*
RJ – Rio de Janeiro
RU – Restaurante Universitário
SETEC – Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira Federal
SISTEC – Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica
SISU – Sistema de Seleção Unificada
TAE – Técnico Administrativo em Educação
TCLE – Termo de Consentimento e Livre Esclarecimento
TCU – Tribunal de Contas da União
TED – Termo de Execução Descentralizada
TV – Televisão
UNED – Unidade de Ensino Descentralizada de Paraíso do Tocantins da ETF - Palmas
UNIRG – Centro Universitário de Gurupi
UTFPR – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
1 ASPECTOS CONCEITUAIS E HISTÓRICOS DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL	19
1.1 O CONCEITO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TÉCNICA	19
1.2 HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL	20
1.3 A CRIAÇÃO DOS INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO NO BRASIL	26
1.4 PRINCIPAIS ÁREAS DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA DOS INSTITUTOS FEDERAIS	36
1.5 PERFIL DOS ESTUDANTES DOS INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO TÉCNICA E TECNOLÓGICA	39
2 O INSTITUTO FEDERAL DO TOCANTINS – IFTO	43
2.1 ESTRUTURA INSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVA DO IFTO	43
2.2 OS CAMPI DO IFTO NO ESTADO E AS ÁREAS DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA	46
2.3 IFTO EM NÚMEROS	56
2.4 PERFIL DOS ESTUDANTES DO IFTO	66
3 CARACTERÍSTICAS DOS ESTUDANTES DO IFTO, CAMPUS PALMAS	71
3.1 CARACTERIZAÇÃO DO CAMPUS PALMAS E SEUS ALUNOS	71
3.1.1 Estudantes do Campus Palmas	74
3.2 PESQUISAS DE CAMPO	75
3.2.1 Seleção da Amostra	76
3.2.2 Metodologia para Aplicação do Questionário e das Entrevistas	77
3.2.3 Instrumentos de Pesquisa	78
3.3 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	78
3.3.1 Sexo, Raça, Faixa Etária, Estado Civil, Renda, Tipo de Moradia, Naturalidade e Trabalho dos estudantes	79
3.3.2 Itens que Possui em Casa e Viagens Realizadas	85
3.3.3 Participação em Atividades Sociais e Culturais e Natureza de Assuntos Abordados	86
3.3.4 Aspectos Relacionados a Vida Acadêmica, ao Curso e ao Campus Palmas do IFTO	92
3.3.4 Principais Sugestões dos Estudantes sobre o Campus de Palmas	98
3.3.6 Política de Assistência Estudantil no Campus Palmas e Propostas para Subsidiar o	

Atendimento aos Estudantes	99
CONSIDERAÇÕES FINAIS	103
REFERÊNCIAS	106
APÊNDICES	116
APÊNDICE A - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	116
APÊNDICE B – Questionário Sobre as Características Socioeconômicas dos Estudantes do Instituto Federal do Tocantins – Campus Palmas	117
APÊNDICE C – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	122
APÊNDICE D – Roteiro de Entrevistas com as Assistentes Sociais do Instituto Federal do Tocantins – Campus Palmas.....	123

INTRODUÇÃO

A relevância do tema desta dissertação, é reconhecida como uma grande transformação da educação profissional e tecnológica no Brasil. A criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs), com a Lei 11.892 de 29 de dezembro de 2008, ampliou em todo território nacional a Rede Federal de Educação Profissional, constituindo atualmente 38 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, que ao longo de 2019, atenderam 1.023.303 estudantes (MEC, 2020).

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins –IFTO, é parte dessa rede e resultante desse processo de criação dos IFs, e da complexidade em que ocorre a concepção e legitimação da educação profissional e tecnológica no Brasil. Resultante da integração da Escola Técnica Federal de Palmas (ETF) e da Escola Agrotécnica Federal de Araguatins (EAFA), atualmente o IFTO compreende a Reitoria, localizada em Palmas, os campi de Araguatins e Palmas, os quais lhe deram origem, e os campi de Araguaína, Colinas do Tocantins, Dianópolis, Gurupi, Paraíso do Tocantins e Porto Nacional, além dos campi avançados de Formoso do Araguaia, Pedro Afonso e Lagoa da Confusão. O IFTO também compreende outros dezesseis polos de educação a distância, onde são ofertados cursos de ensino médio e superior, além de pós-graduações *lato sensu*, nas modalidades presencial e a distância, atendendo todas as microrregiões do Tocantins.

A vista disso, a pesquisa se justifica na perspectiva de expansão e transformação da oferta da educação profissional, com a criação dos Institutos Federais, e mais especificamente, com a concepção do Instituto Federal do Tocantins e do Campus Palmas, contribuindo para a formação tecnológica e técnica no nível regional e estadual. Além disso, esse processo de institucionalidade da educação técnica e tecnológica, impactou significativamente, no aumento da oferta de cursos e conseqüentemente na procura de estudantes por qualificação.

Neste sentido, conhecer o perfil desse estudante, suas características socioeconômicas, ou indicadores sociais, econômicos e culturais, deverá permitir que o IFTO possa criar estratégias de assistência estudantil que oportunizem minimizar os índices de evasão, estimular o rendimento acadêmico e oportunizar a formação integral do discente.

Este público, alvo para a instituição de ensino, não é de fato investigado ou considerado na maioria das atividades ou ações implementadas com a finalidade de promover seu acesso, permanência e êxito escolar. As formas de auxílio são determinadas pelo estado como política estudantil e enquanto direito constitucional (BRASIL, 1988, Art. 206), e ocorrem

sistematicamente para todas as outras instituições de educação, sem levar em consideração as realidades locais ou regionais ou mesmo as especificidades e heterogeneidades dos estudantes.

É importante ressaltar que as políticas de assistência estudantil são ofertadas atualmente, com recursos destinados pelo governo federal e determinados pelo Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, por meio do Decreto 7.234, de 19 de julho de 2010. Os recursos financeiros são remetidos as instituições que estabelecem, por meio de editais e demais procedimentos institucionais, as concessões das modalidades de auxílios aos estudantes. Ou seja, a gestão do recurso é autônoma, devendo ser regulamentada de forma individualizada em cada instituição, visando garantir o benefício aos estudantes.

Neste contexto, essas informações, fundamentadas nas necessidades prioritárias dos estudantes do Campus Palmas, poderão contribuir para a elaboração de soluções que assegurem aos estudantes a igualdade de oportunidades no desempenho das suas atividades escolares, diminuindo significativamente a evasão, buscando sua permanência com a melhoria da qualidade de vida e conseqüentemente, seu sucesso profissional.

Sob essa perspectiva, esse trabalho apresenta como objetivo geral identificar as características socioeconômicas dos estudantes do Instituto Federal do Tocantins, Campus Palmas, com o intuito de estabelecer o perfil próprio dos alunos, que possibilite o fortalecimento da política de assistência aos alunos, contribuindo na melhoria de suas condições de vida, garantindo sua permanência na instituição e elevando seu rendimento acadêmico.

Já, para subsidiar a finalidade central do estudo, foram estabelecidos os seus objetivos específicos que compreendem: 1) Conhecer o processo histórico da educação profissional no Brasil e a criação e expansão dos Institutos Federais de Educação, caracterizando a evolução do Instituto Federal do Tocantins e identificando sua estrutura administrativa e institucional, seus campi e suas áreas de formação; 2) Analisar as características socioeconômicas dos estudantes do Campus de Palmas, apresentando um perfil dos discentes que viabilize a proposição de ações visando sua permanência e êxito escolar; e, 3) Apresentar sugestões para subsidiar a política de assistência estudantil, com o intuito de contribuir na melhoria das condições de vida dos estudantes do Campus Palmas, possibilitando a elevação dos seus rendimentos acadêmicos.

Com o intuito de atingir os objetivos da pesquisa, primeiramente, foi realizada pesquisa bibliográfica e documental com o intuito de apresentar os aspectos históricos e conceituais, leis e documentos pertinentes a educação profissional no Brasil, ao processo de implantação dos Institutos Federais e especificamente do Instituto Federal do Tocantins. A pesquisa bibliográfica de acordo com Gil (2008) é desenvolvida com base em material já elaborado,

constituído principalmente de livros e artigos científicos. Pretendeu-se a partir desse estudo, identificar fontes que possam apontar as políticas de oferta de educação profissional e tecnológica, os objetivos, missão e valores que norteiam o funcionamento dos Institutos Federais e sua relação com a comunidade.

Também em relação a metodologia a pesquisa caracteriza-se como uma pesquisa documental na medida em que os dados foram coletados em documentos institucionais já existentes no Instituto Federal do Tocantins, como Planos de Desenvolvimento Institucionais, regulamentos, relatórios de gestão, relatórios de ações, editais, projetos pedagógicos dentre outros. Para Mendonça, Ribeiro e Nunes (2008, p.37) os documentos “são considerados fontes estáveis e riquíssimas de informação, pois permitem repetidas consultas segundo diferentes pontos de vista e sua análise não exige a presença ou interação com os sujeitos implicados”.

Em relação a abordagem, essa pesquisa apresenta-se como quantitativa e qualitativa, realizada através de questionários direcionados aos estudantes dos cursos técnicos subsequentes e presenciais e, por meio de entrevistas com as assistentes sociais do Campus Palmas. As pesquisas de campo para os estudantes, foram aplicadas com a amostragem de 40 estudantes do IFTO, Campus Palmas, da modalidade do ensino técnico subsequente presencial e tecnológico dos Cursos de Agrimensura, Eletrotécnica, Secretariado e Segurança do Trabalho.

A escolha da amostra se fez necessária dada a quantidade e diversidade das modalidades de cursos que o Campus Palmas oferta a comunidade, e dessa forma, optou-se pelos Cursos Técnicos Subsequentes presenciais, pois a Rede Federal de Educação Profissional Técnica e Tecnológica (RFEPT), surgiu com a oferta exclusiva de cursos profissionalizantes de qualificação, o que dá mais sentido a escolha dos cursos pela pesquisadora. Além disso, os cursos escolhidos foram os primeiros ofertados pela Instituição, criados entre os anos de 2003 e 2005 que ainda apresentam ofertas ativas e, dentre os cursos técnicos subsequentes, o com maior número de estudantes matriculados, justificando, portanto, a seleção dessa modalidade como sendo mais representativa para o estudo.

Para Gil (2008), a pesquisa de campo é um procedimento técnico que procura aprofundar uma realidade específica. Neste sentido, também foi aplicada entrevistas com as assistentes sociais do Campus Palmas, com vistas a compreender as características dos estudantes, sob o ponto de vista dessas servidoras que acompanham a vida acadêmica dos discentes.

Diante disso, este trabalho está organizado com a introdução, contemplando a justificativa, o objetivo geral e os específicos, seguido dos procedimentos metodológicos escolhidos para o sucesso dos resultados da pesquisa.

O capítulo 1 apresenta os aspectos conceituais e históricos da educação profissional no Brasil, trazendo o conceito de educação profissional e tecnológica, a história da educação profissional no Brasil, a criação dos Institutos Federais de Educação, as principais áreas de formação profissional e tecnológica dos Institutos Federais e o perfil dos estudantes dos Institutos Federais de Educação, evidenciando os marcos principais e as propostas que foram se constituindo até a atual conjuntura, tendo como destaque a Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008, que cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs).

Já, o capítulo 2, apresenta o Instituto Federal do Tocantins – IFTO, sua estrutura institucional e administrativa, seus campi distribuídos no estado do Tocantins, as áreas de formação profissional e tecnológica que oferta, os números da instituição em relação a servidores, cursos e alunos, além de um perfil dos estudantes do Instituto Federal do Tocantins.

O capítulo 3 apresenta os resultados dos questionários aplicados aos alunos dos cursos técnicos selecionados para a pesquisa, caracterizando informações do perfil socioeconômico dos estudantes do IFTO, Campus Palmas. Também apresenta as informações das entrevistas realizadas com as assistentes sociais que atuam no Campus, referente aos auxílios estudantis e suas experiências em relação ao atendimento dos discentes.

Neste capítulo também são empregados os procedimentos metodológicos deste estudo, o contexto em que a pesquisa foi realizada, neste caso o Campus Palmas, delineando a seleção dos cursos e da amostra de estudantes selecionados, apresentando os dados obtidos com a tabulação dos questionários aplicados e analisando as características socioeconômicas dos discentes. Por fim, e de acordo com o questionário e com as entrevistas realizadas com as assistentes sociais, são propostas sugestões para o subsídio da política de assistência estudantil do Campus Palmas.

1 ASPECTOS CONCEITUAIS E HISTÓRICOS DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL

Neste capítulo foram abordados os aspectos conceituais e históricos da educação técnica e tecnológica no Brasil, destacando a criação e expansão dos Institutos Federais de Educação. Também estão apresentadas as principais áreas de formação técnica e tecnológica, bem como as características dos estudantes dos Institutos Federais no país.

1.1 O CONCEITO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TÉCNICA

A Educação Profissional e Tecnológica - EPT é uma modalidade de educação com a finalidade essencial de preparar “para o exercício de profissões”, contribuindo para que o cidadão possa se inserir e atuar no mundo do trabalho e na vida em sociedade (MEC, 2020). Prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (9.394/1996), a modalidade, oportuniza ao aluno ter uma profissão, que por meio do conhecimento necessário, obtêm o desenvolvimento das competências para ocupação especializada.

A EPT abrange cursos de qualificação, habilitação técnica e tecnológica, e de pós-graduação, organizados de forma a propiciar o aproveitamento contínuo e articulado dos estudos. Também prevê a integração com os diferentes níveis e modalidades da Educação e às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia. Apresenta articulação com a modalidade da educação de jovens e adultos, com a educação básica no nível do ensino médio, na forma articulada de oferta, seja ela integrada, concomitante, subsequente ou intercomplementar (concomitante na forma e integrada no conteúdo) (MEC, 2020).

A concepção da Educação Profissional e Tecnológica apresenta também conformidade com a Constituição Federal, segundo seu Art. nº 227, que discorre sobre dois dos direitos fundamentais do cidadão: o direito à educação e o direito ao trabalho. Diante disso, a EPT ostenta um certo privilégio, ofertando o direito a “educação” e a “profissionalização” como dois dos direitos que devem ser garantidos com absoluta prioridade.

A EPT como modalidade do sistema educacional brasileiro, segue de forma paralela aos níveis do sistema educacional geral, ou seja, inicia-se no ensino fundamental, ensino básico, ofertando para comunidade os cursos de qualificação profissional ou de Formação Inicial e Continuada - FIC, os cursos do ensino médio integrado ao técnico e os técnicos subsequentes, seguidos pelos cursos de nível superior, de graduação tecnológica, licenciatura e bacharelados, além dos cursos de pós-graduação, lato e stricto sensu.

Neste sentido, se inicia com cursos cuja exigência de escolaridade é o ensino fundamental, completo ou incompleto, e que possuem carga horária variável, entre a faixa de 160 a 400 horas. A educação profissional técnica de nível médio, está organizada de modo a permitir o acesso de jovens e trabalhadores que já concluíram o ensino médio e de estudantes que estão cursando este nível de ensino. O ensino técnico pode ser desenvolvido de forma articulada ao ensino médio ou como pós-médio, para os estudantes que já concluíram o ensino médio. A forma articulada é constituída das 31 modalidades de cursos técnicos integrados ao ensino médio, e de cursos técnicos concomitantes ao ensino médio. Já como pós-médio, existe a modalidade subsequente (ao ensino médio) com a oferta de mais de 200 cursos técnicos (AMORIM, 2013).

Em relação aos cursos superiores, a EPT além de ofertar as tradicionais licenciaturas e bacharelados, oferta cursos de graduação tecnológica, com a formação de tecnólogos. Os cursos superiores de tecnologia apresentam algumas especificidades em relação aos cursos de bacharelado e licenciatura, como o tempo de duração e o grau de “tecnólogo” que lhe é conferido. No foco da graduação tecnológica está a priorização e a preparação para o ingresso no mundo do trabalho, valorizando a dimensão prática da formação (FERES, 2018).

A EPT tem igualmente cursos de pós-graduação *stricto sensu*, nos níveis de mestrado e doutorado profissional (BRASIL, 1996). Desde a edição da Lei nº 11.741, de 16 de junho de 2008 (BRASIL, 2008b), que alterou a LDB, a educação profissional brasileira tem a seguinte configuração: 1) formação inicial e continuada ou qualificação profissional; 2) educação profissional técnica de nível médio; e, 3) educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação. Diante disso, ao incluir a educação profissional de nível superior, tanto de graduação quanto de pós-graduação, a educação profissional brasileira está associada tanto ao nível básico, quanto ao superior da educação nacional (FERES, 2018).

1.2 HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL

A história da educação profissional no Brasil iniciou muito antes da criação dos Institutos Federais no ano de 2008, ou do decreto que sanciona a origem das 19 Escolas de Aprendizizes e Artífices, pelo então presidente Nilo Peçanha em 1909, e que, posteriormente deu origem às Escolas Agrícolas e aos Centros Federais de Educação Profissional e Tecnológica (CEFETs).

Segundo Oliveira (2017) a primeira fase da educação profissional ocorreu no período entre 1549 e 1870 e foi marcada pelo Decreto do Príncipe Regente, futuro D. João VI em 1809,

com a criação do Colégio de Fábricas com foco na formação de artífices aprendizes. O decreto sancionado, foi a primeira resolução governamental com vistas a profissionalização dos jovens do Brasil.

A segunda fase da educação profissional foi marcada com o Decreto Real em 1891, que cria o Instituto Comercial do Rio de Janeiro com a finalidade de formar as elites do Brasil, sendo que os egressos da Instituição tinham prioridade na ocupação de cargos no setor público e na organização administrativa do Estado Brasileiro (OLIVEIRA, 2017).

Foi então, na segunda fase da educação profissional do país, na dita República Velha, entre os anos de 1889-1930, que foi desencadeado o processo de desenvolvimento da modalidade do ensino profissional, com a edição do decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909, expedido pelo presidente da República Nilo Peçanha. O decreto propôs não só a criação das Escolas de Artífices em dezenove capitais do Brasil, como também instituiu que as escolas federais fossem mantidas pelo Governo Federal, por meio do então Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio.

Com o discurso de ser dever do governo “formar cidadãos úteis”, Nilo Peçanha oficializou a oferta da educação profissional, o que para muitos era um instrumento de política e que posteriormente, nos anos 2000, também ficou evidenciado com a entrada do Partido dos Trabalhadores no Governo Brasileiro, e que atenderia portanto, as classes desprovidas.

Voltando para 1910, o início das atividades das 19 Escolas de Aprendizes Artífices, localizadas nas capitais dos Estados Brasileiros, eram norteadas principalmente para o ensino industrial. Contudo, a partir daí ocorreu a reestruturação do ensino agrícola no País, com a instalação de várias escolas “oficinas” destinadas à formação profissional de ferroviários, que desempenharam importante papel na concepção histórica da educação profissional brasileira, e também se tornaram referência do processo de organização do ensino profissional técnico na década seguinte (AMORIM, 2013).

No decorrer da história, a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica foi influenciada com o cenário econômico e produtivo do País e, na terceira fase da educação profissional, entre os anos de 1930 e 1945 (Governo Getúlio Vargas), foi desencadeado um processo de reorganização da educação. Com o propósito de sugerir novos rumos as políticas públicas da educação, foram realizadas várias discussões, reformas, eventos e Decretos Leis (Leis Orgânicas) que culminaram na criação do Conselho Nacional de Educação e na inserção, pela primeira vez na Constituição Nacional, de texto que estabelece, como sendo dever da União, a oferta das escolas vocacionais às classes menos favorecidas.

A partir destes eventos e com os novos rumos traçados para a educação, ocorreu no território Brasileiro a expansão industrial, com a qual o ensino técnico passou a fazer parte das discussões governamentais como elemento fundamental ao trabalho da classe operária no processo de industrialização do país, e na formalização das relações trabalhistas das atividades sindicais (OLIVEIRA, 2017). Neste sentido, seria obrigação do Governo junto ao setor industrial e dos sindicatos, criar escolas de aprendizes e artífices para dispor aos filhos dos operários, a formação nas especialidades da atividade industrial econômica vigente no Brasil.

Apesar dos amplos debates acerca da educação, havia um caráter preconceituoso em relação aos documentos existentes sobre a finalidade do Ensino Profissional e da modalidade do Ensino Industrial. Ligado ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, o Ensino Profissional deveria oferecer formação aos filhos dos operários, ditos desvalidos da sorte ou menos afortunados, que necessitavam ingressar precocemente no mercado de trabalho (AMORIM, 2013). Já, o Ensino Industrial, vinculado ao Ministério da Justiça e dos Negócios Interiores, tinha a finalidade de formar as elites do país com o ensino secundário, normal e superior.

Contudo posteriormente, no período apontado como democrático, entre os anos de 1946 a 1963, foram executadas algumas medidas com o propósito de transformar a natureza discriminatória da legislação educacional Brasileira. Este período, foi marcado por várias manifestações e movimentos sociais com o objetivo de melhorar a oferta da educação pública e de qualidade no país, e que culminaram com a promulgação da Lei Federal nº 4.024/1961, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional- LDB, que pela primeira vez, institucionalizou a garantia legal pelo Estado, do direito à educação.

Também neste período, a rede federal de educação profissional transformou as escolas técnicas em autarquias, designadas como Escolas Técnicas Federais, que mesmo subordinadas ao Ministério da Educação, passaram a usufruir de autonomia administrativa, financeira e pedagógica, com propósitos de ampliar suas atividades e as ofertas de formação de técnicos, para atender ao modelo de industrialização que vigorava no País. Assim, o Estado, por meio do Ministério da Educação, assumiu algumas funções para atender às demandas de crescimento do setor industrial (MEC, 2020).

O período dito democrático no Brasil foi suspenso com o Golpe Militar, e uma nova era se instaurou no país. As mudanças políticas a partir de 1964, com a ascensão dos militares ao Poder, teve apoio amplo dos níveis sociais alto e médios urbanos, e como estratégia de afirmação e instrumento de gestão, o governo ampliou o número de vagas no ensino superior em instituições públicas.

Foram instituídas pelo governo, a Reforma do Ensino Superior com a Lei nº 5.540/1968 e a Reforma do Ensino de 1º e 2º graus, descrita na Lei nº 5.692/1971. A Lei de nº 5.540 de 1968, apresentava as normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média. Já, a Lei da Reforma do Ensino de 1º e 2º graus de 1971, manifestava em seu 1º Parágrafo que o ensino de 1º e 2º graus tem por objetivo geral “proporcionar ao educando a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de autorrealização, qualificação para o trabalho e preparo para o exercício consciente da cidadania” (Lei nº 5.692/1971).

Entre as décadas de 1960, 70 e 80, foram priorizadas pelo Ministério da Educação, a oferta de novos cursos superiores técnicos e cursos de formação de tecnólogos, destinados a qualificação de profissionais para atividades práticas da cadeia de produção. Neste cenário, as Leis publicadas anteriormente tiveram a maioria dos parágrafos revogados por outros documentos, mas em especial pela Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação nacional - LDB.

Ainda, sob essa perspectiva, o Governo Federal buscava a formulação de uma política educacional que possibilitasse uma profissionalização curta e rápida e em nível superior, para suprir as necessidades provocadas pela dinâmica do desenvolvimento regional (DORE SOARES, 1983).

A autora também ressalta que com a expansão das atividades industriais, cresceram as exigências por um trabalhador qualificado, elevando o grau de escolarização dentro das escolas tradicionalmente reservadas à formação das classes dirigentes, a um novo tipo de grau escolar, intermediário entre a escola média e a superior, que seriam os cursos pós-secundários. Os cursos pós-secundários, segundo Dore Soares (1983), têm sido considerados uma nova resposta das modernas sociedades industriais para o aumento da procura por educação superior, e uma tendência de vários países de economia capitalista do mundo.

Neste cenário, a Coreia do Sul é constantemente citada como um exemplo de desempenho educacional exitoso, uma referência que apresenta grande potencial comparativo, inclusive à realidade brasileira, frente as semelhanças das trajetórias de ambos os países nos últimos 50 anos. Em apenas quatro décadas, a política econômica implantada no país asiático transformou um dos países agrários mais pobres do mundo, na década de 1950, em um dos mais ricos e industrializados no final dos anos de 1980 (BRASIL,2016).

No caso da Coreia do Sul, houve uma clara priorização do ensino fundamental desde a década de 1970 e, na década de 1990, quando a maioria dos países em desenvolvimento, como o Brasil, começava a se preocupar com a universalização do ensino, a Coreia do Sul já

apresentava taxas de alfabetização de 100% da população. O governo coreano, neste sentido, preocupou-se com a universalização de um ensino fundamental de qualidade, determinando que o crescimento econômico não fosse absorvido apenas pela elite. Esta política, aliada a outros fatores como a reforma agrária, garantiram o desenvolvimento do país simultaneamente à redução da desigualdade, diferentemente do que ocorreu na América Latina (GONÇALVES; JUNIOR; SIMIELLI, 2007).

Atualmente, a Coreia do Sul é o país com o maior percentual de sua população formada no ensino superior, e com muitas universidades, considerando seu pequeno território. Em 2014, a taxa de estudantes coreanos que ingressaram na universidade foi de 70,9%, menor que o índice de 82,1% verificado em 2005, mas ainda bastante superior à média dos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE, que é de aproximadamente 60% (BRASIL, 2016). A preferência dos coreanos por carreiras como Administração de Empresas e Economia, independentemente do mercado de trabalho e de seus próprios interesses, acabou aumentando a concorrência por vagas nessas carreiras e, portanto, dificultando a busca pelo primeiro emprego.

Diante disso, a educação profissional de ensino médio foi incentivada e ganhou força na Coreia, considerada como alternativa ao excesso de profissionais de nível universitário, tanto pela academia como pela indústria, em favor de uma educação de ensino médio com viés profissional.

Ainda assim, muitas vezes a pressão familiar e a cultura que valoriza os títulos acadêmicos são obstáculos, e para superá-las é necessário oferecer mais incentivos aos alunos para encontrar suas próprias carreiras e desenvolver seus interesses profissionais. A opção pela educação vocacional e profissional faz parte de um projeto do Governo coreano de reavaliar o sistema de ensino em escolas de ensino médio como um todo, garantindo o sucesso dos alunos em uma sociedade que passou por mudanças significativas em um curto período de tempo (BRASIL, 2016).

O crescente interesse na revitalização do sistema de educação vocacional e profissional da Coreia, diante de um quadro de dificuldades socioeconômicas para egressos do ensino superior, tornou a educação profissional uma opção preferencial para muitos jovens estudantes. A necessidade de um novo modelo de formação profissional, condizente com as demandas do dinâmico setor produtivo coreano, aliado ao interesse nacional pela redução da excessiva ênfase na preparação para o ingresso na universidade durante o ensino médio, complementaram o cenário favorável para o ressurgimento da educação vocacional na Coreia do Sul (BRASIL, 2016).

Sob certo ponto de vista, não há como negar que o sistema educacional sul-coreano foi muito bem-sucedido em seus objetivos, sobretudo no que tange à universalização e à instrução maciça de sua população. Já, o Brasil ainda deverá se esforçar muito quanto ao acesso, a universalização do ensino fundamental, ensino médio, e a quase universalização do ensino superior. A realocação de recursos e investimentos na área educacional poderá ser uma saída para a solução de alguns desses problemas, levando em consideração que a Coreia do Sul destina 8,0% do seu Produto Interno Bruto - PIB a educação, enquanto o Brasil destina 5,5%, enfatizando a necessidade do país repensar seu modelo de financiamento da educação (GONÇALVES; JUNIOR; SIMIELLI, 2007).

Retornando ao foco deste capítulo e ao processo histórico da educação profissional no Brasil, ainda no Governo Militar, foi fomentada a implantação da reforma Universitária por meio do Decreto nº 63.341/1968, estabelecendo parâmetros para a expansão do ensino superior. O Decreto expressava que a expansão deveria ser contida em áreas já saturadas, e que instituições de ensino designadas à formação profissional, fossem convertidas em escolas voltadas para as carreiras nas quais houvesse déficit de profissionais. Dessa forma, a política educacional reivindicava uma adequação entre a produção do sistema educacional e as necessidades do desenvolvimento (ROMANELLI, 1996).

A Lei Federal nº 5.692/1971 reformulou a Lei Federal nº. 4.024/1961 no que diz respeito ao ensino de primeiro e segundo graus, hoje denominada de educação básica. Destaca-se como um documento importante na história da educação profissional, pois estabelece a profissionalização universal e compulsória no currículo do ensino médio, que até então era conhecido como segundo grau. Para Oliveira (2017), tais medidas não tiveram efeitos diretos na qualidade da educação profissional em instituições especializadas tradicionais, contudo, tiveram impactos significativos nas instituições de ensino público, por não conseguirem oferecer o ensino profissional de qualidade e compatível com as exigências e os desafios do processo de desenvolvimento econômico e social do país, num universo cada vez mais globalizado e competitivo.

O ponto culminante do processo de reforma do ensino profissionalizante no 2º grau que tramitava desde 1973, foi a promulgação da Lei nº 7.044 de 18 de outubro de 1982, sendo que a partir das recomendações feitas pelo Conselho Federal de Educação, o termo **qualificação** para o trabalho foi substituído por **preparação** no objetivo geral do ensino de 1º e 2º graus. Para o MEC, as medidas contidas na Lei deveriam alavancar a educação nacional num padrão de qualidade que pudesse atender às demandas da sociedade brasileira, contudo, o que se

presenciou foi um esvaziamento do ensino profissionalizante no 2º grau, já que se tornou facultativa a profissionalização no ensino de segundo grau.

A partir de 1986 o Governo do então Presidente José Sarney, fomentou o Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Técnico – PROTEC, com a meta de instalar em municípios dos diversos estados brasileiros, duzentas escolas profissionais de 1º e 2 graus. Os objetivos anunciados para o PROTEC resgatavam ideias do ensino profissional, como ajustar a oferta de pessoal qualificado às exigências de um mercado de trabalho em processo de expansão; garantir alternativas de formação profissional, evitando estrangulamentos no acesso ao ensino superior; e interiorizar a oferta de educação profissional, que era então centralizada nas capitais do país.

Segundo Cunha (2005), o PROTEC previa a aquisição de equipamentos e a construção de escolas agrotécnicas e industriais de 2º grau pelo MEC, que deveriam ser geridas, supervisionadas e mantidas pelas instituições existentes, em convênio com as secretarias municipais. Dessa forma, em contrapartida, cada prefeitura conveniada deveria doar um terreno e oferecer infraestrutura adequada para o funcionamento das atividades escolares. Contudo, mesmo com o anúncio de alcançar a implantação de 46 escolas, sendo 13 agrotécnicas e 33 industriais, no final do governo do Presidente José Sarney, foram construídas apenas dezesseis escolas.

1.3 A CRIAÇÃO DOS INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO NO BRASIL

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia foram criados pela Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008, e compostos a partir da união dos CEFETs, Escolas Agrotécnicas Federais e Escolas Técnicas vinculadas às universidades. Contudo, os arranjos foram instituídos já no final dos anos 1970, quando o governo federal promulgou a Lei nº 6.545/78, que transformou as escolas técnicas federais do Rio de Janeiro, de Minas Gerais e do Paraná em Centros Federais de Educação Tecnológica. Até o marco que sanciona a Lei de criação dos IFs, foram transcorridos não só anos, decretos ou Leis, mas também governos, reformas ou ainda concepções políticas e ideológicas, conforme descritas a seguir.

Foram estabelecidos novos objetivos com a criação dos Centros Federais de Educação, por meio do Decreto nº 87.310 de 1982: a) integração do ensino técnico de 2º grau com o ensino superior; b) oferecimento do ensino superior em continuidade ao ensino técnico de 2º grau, diferenciado do sistema universitário; c) ênfase na formação especializada, levando em conta as tendências do mercado de trabalho e do desenvolvimento do país; d) atuação do ensino

superior exclusivo na área tecnológica; e) formação de professores e especialistas para as disciplinas especializadas do ensino de 2º grau; f) realização de pesquisas aplicadas e prestação de serviços; e g) estrutura organizacional adequada à prestação de serviços (BRASIL, 1982).

No ano de 1999, a então Rede Federal de Educação Profissional Técnica e Tecnológica, era formada por cinco CEFETs: Centro Federal de Educação da Bahia, Centro Federal de Educação do Maranhão, Centro Federal de Educação de Minas Gerais, Centro Federal de Educação do Paraná e o Centro Federal de Educação do Rio de Janeiro, que assumiram a tarefa de formação de engenheiros e tecnólogos para atender as demandas oriundas das atividades produtivas. Para Manfredi (2002), os CEFETs se configuram pela oferta de cursos profissionais em diferentes graus e níveis de ensino, buscando uma integração permanente com o sistema produtivo.

Em meados dos anos 1990, um projeto procedente do MEC foi aprovado e sancionado. Trata-se da Lei nº 8.948 de 08 de dezembro de 1994, que instituiu o Sistema Nacional de Educação Tecnológica, intencionando a integração das escolas técnicas federais com instituições privadas que oferecessem cursos para a formação de tecnólogos. De qualquer forma, tal Lei foi substituída pelo Decreto nº 2.406 de 27 de novembro de 1997, que definiu nos termos do Decreto nº 2.208/1997, os Centros de Educação Tecnológica, redimensionando o conjunto das políticas de educação profissional dos anos 1990. Tal Decreto, repercutiu na estrutura da rede federal de educação profissional, na oferta e qualidade dessa modalidade de ensino, na possibilidade de parcerias entre os órgãos governamentais federativos e no acesso e permanência do jovem trabalhador à formação técnico-profissional.

Entre os anos de 1995 a 2002, ainda no Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, algumas reformas educacionais foram recomendadas, contudo, devido ao quadro ligado a crise econômica do país, o que se observou foi uma ruptura na dinâmica da Política Nacional de Educação Profissional, que repercutiu negativamente nas relações entre os órgãos governamentais, bem como na oferta, qualidade e estrutura do ensino.

Em seguida, no Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o Lula, que já preconizava em seu programa de governo e nas suas campanhas eleitorais de 2002, o slogan “Uma escola do Tamanho do Brasil”, era enunciada a necessidade de implementação de políticas públicas de educação como prioridade (Programa de Governo 2002. Lula Presidente, p. 3). A proposta previa a expansão do sistema educacional público e gratuito e a elevação de seus níveis de qualidade como estratégicos e prioritários do novo modelo de desenvolvimento social a ser implementado em seu governo, tanto pelas condições de milhões de jovens e adultos

que a buscam e dela necessitam, quanto pelas necessidades econômicas e pela mudança da base técnica do processo produtivo (Programa de Governo 2002, Lula Presidente, p.18).

Luiz Inácio Lula da Silva assumiu a presidência do Brasil em janeiro de 2003 e seu primeiro mandato foi até 2006, sendo reconduzido ao cargo para um segundo mandato de 2007 a 2010. A vitória de Lula representou uma ruptura com a tradição, então presente na política brasileira, de só eleger representantes da elite, para um candidato de classe popular e representante do Partido dos Trabalhadores. Segundo Dore Soares (2008), houve mudanças fundamentais no país na gestão de Lula e credita-se à sua gestão, um considerável investimento em políticas públicas sociais com propósitos de redução das desigualdades sociais, econômicas e regionais. Estudos realizados pelo IPEA (2009), apontaram que o programa Bolsa Família beneficia uma porcentagem significativa de famílias pobres, apresentando um grande impacto no combate à fome, na erradicação da pobreza e no incentivo à ampliação do nível de escolaridade entre pessoas mais pobres.

No que se refere as políticas públicas de educação, pode-se destacar expressivas iniciativas postas em funcionamento, dentre elas: a) a substituição do FUNDEF para o FUNDEB - Fundo Nacional de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, com o objetivo de oferecer ajuda financeira às famílias desprovidas de renda, mais pobres, com a condição de que seus filhos fossem enviados para a escola, e que mantivessem a frequência escolar de no mínimo 75%, incluindo o ensino médio; b) a criação do programa Universidade para Todos (PROUNI), com o intuito de ampliar as possibilidades do ingresso de estudantes no ensino superior; c) a instituição de um piso salarial nacional para o magistério; e d) o investimento considerável no ensino profissional público (IPEA, 2013).

As publicações de dois documentos também foram importantes para o redimensionamento das políticas de educação profissional e para a institucionalização dos Institutos Federais de Educação: Políticas Públicas para a Educação Profissional e Tecnológica, em 2004; e, Subsídios para o Processo de Discussão da Proposta de anteprojeto de Lei da Educação Profissional e Tecnológica, em 2005. Ambas publicações projetavam ampliar o diálogo com a sociedade, reiterar os compromissos de governo com a educação e amadurecer as propostas de políticas e ações públicas, para o desenvolvimento socioeconômico do Brasil (BRASIL, 2004).

Em seguida, ocorreu a revogação do Decreto nº 2.208/1997 que determinava que a educação profissional de nível técnico deveria ter organização curricular própria e independente do ensino médio (BRASIL, 1997, Art. 5º). Com isso, as escolas que faziam parte da rede federal

de EPT, CEFETs, Escolas Agrotécnicas Federais, Escolas Técnicas vinculadas às Universidades Federais e a Escola Técnica Federal de Palmas, passaram a ter competência para gerir e implantar cursos nas três etapas e níveis da educação profissional. Dessa maneira se reestabeleceu a integração curricular dos ensinos médio e a educação profissional de nível técnico, de acordo com o que dispunha o Artigo nº 36 da LDB (BRASIL, 1996).

Com isso, a Educação Profissional ficou organizada em cursos e programas, ao invés de níveis, conforme dispõe o Artigo 1º do Decreto nº 5.154/2004: a) de formação inicial e continuada de trabalhadores; b) de educação técnica de nível médio; e c) de graduação e de pós-graduação (BRASIL, 2004).

A partir de 2006, são destinados pelo governo federal, investimentos para a Educação Profissional e Tecnológica no país, apontando para um processo de expansão dessa modalidade de ensino. Paralelamente, o governo Federal propõe um conjunto de programas destinados a fomentar a oferta do ensino médio à educação profissional, dentre eles: Programa Brasil Profissionalizado, Programa Ensino Médio Inovador e o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA).

Assim, os cursos de formação inicial e continuada (antigos cursos de nível básico), foram definidos para serem ofertados na perspectiva de itinerários formativos, com o propósito de desenvolvimento de aptidões para o exercício de atividades laborais e sociais, articulados com a segunda etapa do Ensino Fundamental, com o Ensino Médio Regular e com a Educação de Jovens e Adultos - EJA, de modo que a qualificação para o trabalho também implicasse na elevação do nível de escolaridade do indivíduo.

Em novembro de 2006, a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica - SETEC, Secretaria responsável pela educação profissional e tecnológica do Ministério da Educação, realizou o I CONCEFET - Conferência Nacional de Educação Profissional e Tecnológica. O evento foi um marco para a Educação Profissional e Tecnológica - EPT, promovendo amplos debates entre autoridades governamentais, gestores, intelectuais da área do ensino profissional, docentes e alunos. Consequentemente, tais discussões, resultaram em várias contribuições na definição das diretrizes para a política nacional de Educação Profissional e Tecnológica, visando o desenvolvimento do país, a inclusão social e quanto ao papel da Educação Profissional e Tecnológica no desenvolvimento nacional e nas políticas de inclusão social, observadas as realidades regionais (BRASIL, 2007).

Dessa forma, apesar de não ter sido citado verbalmente o termo “Instituto Federal” nos debates e discussões realizados durante a Conferência, percebeu-se que o MEC já teria uma

proposta de reorganização da educação profissional e tecnológica no Brasil. Tal proposta, apresentou-se alicerçada na busca para a inclusão social de milhares de jovens e adultos que estão à margem, não só do mundo do trabalho, mas também do acesso à cultura e do efetivo direito à cidadania (BRASIL, 2007).

A partir dessa conjuntura, é publicado o Decreto nº 6.095 de 24 de abril de 2007, primeiro documento que faz menção a criação da rede federal de educação técnica e tecnológica e que: - Estabelece diretrizes para o processo de integração de instituições federais de educação tecnológica, para fins de constituição dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia - IFET, no âmbito da Rede Federal de Educação Tecnológica (BRASIL, 2007). Nos anos posteriores, são publicados mais dois documentos que se tornam os marcos legais de criação do Institutos: - PL nº 3775/2008, que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências; e a - Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008, que institui os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências (BRASIL, 2008).

A Lei nº 11.892/2008 sustenta a redação do Projeto de Lei nº 3775/2008 no que diz respeito a definição dos IFs e reitera que:

Os Institutos Federais são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas [...] (BRASIL, 2008, p. 1).

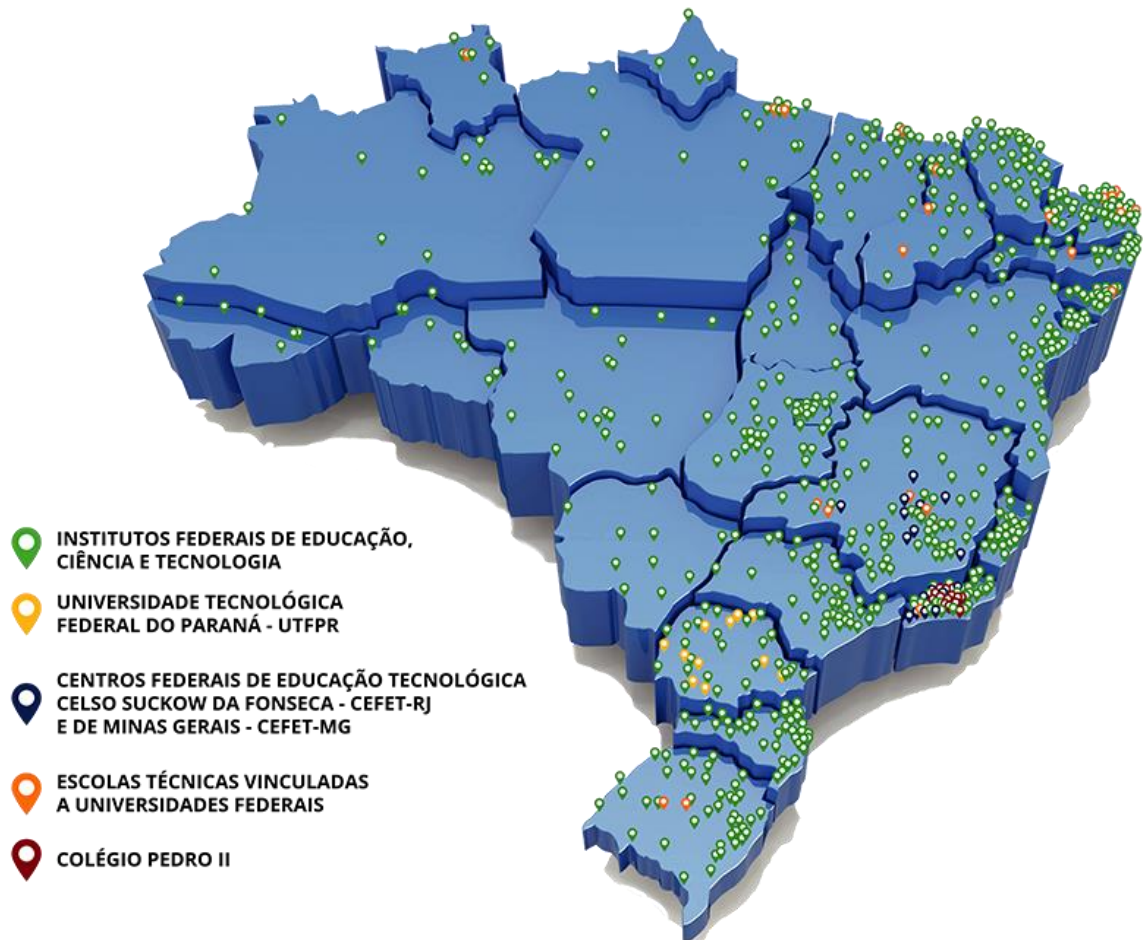
Complementa-se ainda, que para efeito da incidência das disposições que regem a regulação, avaliação e supervisão das instituições e dos cursos de educação superior, os Institutos Federais são equiparados às universidades federais (Artigo 2º da Lei 11.892/2008).

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia -IFs, foram concebidos com o objetivo de promover o acesso ao ensino público, gratuito e de qualidade em regiões distintas do território nacional (MEC, 2008). Diante disso, sua composição se deu a partir da união entre os CEFETs, excetuando-se as unidades do RJ e MG, as escolas Agrotécnicas Federais e Escolas Técnicas vinculadas às universidades.

Atualmente a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica – RFEPT, integra 38 Institutos Federais em todas as Unidades da Federação, além da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR, os Centros Federais de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca - CEFET-RJ, e de Minas Gerais - CEFET- MG, as Escolas Técnicas Vinculadas às

Universidades Federais e o Colégio Pedro II. A figura 1, ilustra a distribuição das Unidades que fazem parte da Rede Federal de Educação Tecnológica no Brasil.

Figura 1. Rede Federal de Educação, Ciência e Tecnologia no Brasil



Fonte: <http://redefederal.mec.gov.br/instituicoes>

Os Institutos são detentores de autonomia administrativa, financeira e didático-pedagógica. Dentre as principais finalidades, os IFs devem: ofertar educação profissional e tecnológica que forme e qualifique os cidadãos para a atuação profissional observando o desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional; promover a integração da educação básica à educação profissional; desenvolver programas de extensão; e estimular a pesquisa. Consideradas as finalidades e características descritas no Artigo 6º da Lei de Criação dos Institutos de nº 11.892/2008, são definidos seus objetivos no Artigo 7º:

I - Ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos;

II -Ministrar cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica;

III - realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade;

IV -Desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos;

V - Estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional; e

VI - Ministar em nível de educação superior:

- a) cursos superiores de tecnologia visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia;
- b) cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional;
- c) cursos de bacharelado e engenharia, visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia e áreas do conhecimento;
- d) cursos de pós-graduação lato sensu de aperfeiçoamento e especialização, visando à formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento; e
- e) cursos de pós-graduação stricto sensu de mestrado e doutorado, que contribuam para promover o estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia, com vistas no processo de geração e inovação tecnológica (BRASIL, 2008).

Suas finalidades e características justificam, portanto, um modelo de ensino enquanto política pública de integração regional, algo inédito até então, na história da educação profissional no Brasil, entrelaçando ações conjuntas com Ministérios, Secretarias e órgãos públicos, de modo a possibilitar um sentido social e pedagógico que vá além do ensino e que supere a ideia da formação de cidadãos aptos apenas ao mercado de trabalho (PACHECO, 2011).

Em capítulo especial da Lei de Criação dos Institutos, o Ministério da Educação – MEC, expõe elementos demarcadores dessa nova institucionalidade, os quais relacionam-se abaixo:

- a) a dimensão simbólica: os IFs surgem como uma autarquia de regime especial de base educacional humanístico-técnico-científica. Procura articular a educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampi, especializada na oferta de EPT em diferentes níveis e modalidades de ensino.
- b) ao seu caráter de política pública: os IFs respondem à necessidade da institucionalização definitiva da EPT como política pública. Assim, assumem o papel de agentes colaboradores na estruturação das políticas públicas para a região que polarizam, estabelecendo uma interação mais direta junto ao poder público e às comunidades locais.
- c) a sua relação com o desenvolvimento local e regional: os IFs buscam se articular ao contexto em que estão instalados com o objetivo de provocar um olhar mais criterioso em busca de soluções para a realidade de exclusão que, ainda neste século, castiga a sociedade brasileira.
- d) ao seu caráter de rede social: os IFs estabelecem-se como rede social ao procurarem o compartilhamento de ideias, visando construir uma cultura de participação e de absorção de novos elementos, objetivando sua renovação permanente.

e) ao desenho curricular: os IFs devem oferecer educação básica, em cursos de Ensino Médio Integrado à EPT de nível médio; ensino técnico em geral; cursos superiores de tecnologia, licenciatura e bacharelado, em particular as engenharias, programas de pós-graduação Lato e Stricto Sensu, assegurando, ao mesmo tempo, a formação inicial e continuada de trabalhadores.

f) ao conjunto educação, ciência, trabalho e tecnologia: os IFs propõem uma educação firmada sob o domínio intelectual da tecnologia, a partir da cultura. Suas propostas de formação contemplam os fundamentos, princípios científicos e linguagens das diversas tecnologias que caracterizam o processo de trabalho contemporâneo, considerados em sua historicidade.

g) a autonomia: os IFs são instituições de natureza jurídica de autarquia, detentoras de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-científica e disciplinar (BRASIL, 2008b).

De acordo com o exposto, é incontestável salientar que a criação e expansão dos IFs evidencia o plano de contribuir não só para o desenvolvimento socioeconômico nacional, mas especialmente local e regional, por meio da difusão dos conhecimentos científicos e tecnológicos. Além disso, a interiorização da oferta de educação tecnológica, concentrada apenas nas capitais do Brasil, considera o atendimento à procura crescente por formação profissional, promovendo a formação acadêmica da sociedade e sua integração com os setores produtivos locais com vistas ao desenvolvimento (GOUVEIA, 2016).

Contudo, o sucesso ou não desta proposta ainda recente, deve ser avaliado de forma criteriosa ao longo dos anos e sob diferentes perspectivas. Mais importante, dado o caráter abrangente da proposta multicampi dos institutos, estudos devem ser realizados considerando a conjuntura e particularidades de cada município e região nas quais os campi foram instalados.

Neste sentido, as políticas públicas de educação federal e tecnológica devem contribuir para o fortalecimento do sistema educacional e de pesquisas, como destacam Diniz e Croco (2006, p. 30):

A criação de sistemas regionais e locais de inovação deveria estar orientada criticamente para a combinação do sistema educacional e de pesquisas com as novas modalidades institucionais de inovação, a exemplo das incubadoras, dos parques tecnológicos e dos arranjos produtivos locais. A melhoria educacional, além de fazer parte de uma política horizontal e universal, deveria estar também orientada para as condições e potencialidades regionais (DINIZ; CROCO, 2006).

A missão dos Institutos, desde o início, baseou-se na justiça social, na equidade, na competitividade econômica e na geração de novas tecnologias. A educação profissional e tecnológica foi considerada essencial para o desenvolvimento e progresso socioeconômico. Como consequência, eram necessárias a valorização da educação e das instituições públicas de

ensino, consideradas fundamentais para a construção de um país democrático (PACHECO, 2011).

Dessa maneira, os IFs assumiram papel fundamental na concepção das políticas públicas para a educação profissional, comprometidos com toda a sociedade na promoção da igualdade, na diversidade social, econômica, geográfica, cultural etc. Ao se articularem com as políticas de trabalho e renda, de desenvolvimento setorial, ambiental, social e mesmo educacionais, provocaram impactos positivos nestas esferas, concebendo um país menos desigual, mais autônomo e solidário (BRASIL, 2010).

Em 2019, segundo dados do portal do Ministério da Educação, os Campi e Unidades dos Institutos Federais em funcionamento totalizam 644 e, segundo a Plataforma Digital Nilo Peçanha, o número de matriculados totais da rede de educação federal tecnológica é de aproximadamente 700 mil alunos.

Estes números correspondem as Fases I, II e III do Projeto de Expansão das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica – RFEPT, e refletem a relação entre as políticas públicas de educação profissional e tecnológica e as políticas nacionais de desenvolvimento regional. A fase I ocorreu entre os anos de 2003 a 2007, a fase II entre os anos de 2007 e 2010 e a fase III entre os anos de 2011 a 2014, as quais serão apresentadas a seguir.

Na primeira fase, entre os anos de 2005 a 2007 (alguns historiadores apontam que essa fase se deu a partir de 2003) foi anunciada a construção de 64 Campi dos IFs. O governo federal tinha como propósito implantar Escolas Federais de Formação Profissional e Tecnológica nos estados ainda desprovidos destas instituições, além de outras unidades, preferencialmente em contornos de grandes centros urbanos, e em municípios interioranos, distantes das capitais e dos centros urbanos mais ricos do país (BRASIL, 2007).

De acordo com as diretrizes do Plano de Expansão, a opção pelo atendimento preferencial das Unidades da Federação, que até então não contavam com Instituições de Ensino Federal Tecnológico, estavam associadas as estratégias de desenvolvimento regional. Além disso, a interiorização garantiria que a atuação do poder público estivesse focada exatamente nos espaços não contemplados pelos modelos anteriores de desenvolvimento, cujos efeitos estiveram quase sempre restritos às regiões mais desenvolvidas economicamente (BRASIL, 2007).

A segunda fase da expansão da RFEPT, evidenciada entre os anos 2007 e 2010, teve como slogan “Uma escola técnica em cada cidade-polo do país”. Nessa fase, previa-se a instalação de 150 novas unidades de ensino que, somadas às 64 da fase I, atingiriam o total de 214 estabelecimentos. Conforme dados da SETEC, a definição das cidades para instalação das

escolas, ocorreu com base em critérios como: distribuição territorial equilibrada das novas unidades (respeitando a distância mínima de 50 Km entre os campi); cobertura do maior número possível de mesorregiões; sintonia com os Arranjos Produtivos Locais- APLs; aproveitamento de infraestruturas físicas existentes; e, identificação de potenciais parcerias (BRASIL, 2007).

A III Fase de expansão da RFEPT, iniciada pelo governo Lula e conduzida pela presidenta Dilma Rousseff, ocorreu entre os anos de 2011 e 2014. Segundo o relatório de gestão da SETEC de 2010, projetou-se para o primeiro ano da fase, ou seja, para 2011, a implantação de 86 novos Campi dos IFs, dos quais 46 eram remanescentes da Fase II. A Fase III pretendia expandir a presença dos Institutos para todas as partes do território nacional, assegurando que todas as microrregiões brasileiras pudessem contar com pelo menos uma unidade de IF (SOUZA; SILVA, 2016).

A proposta da Fase III de expansão dos Institutos era atender de forma qualitativa, as principais demandas relacionadas à formação profissional, como também possibilitar uma interiorização nunca vista, da oferta de ensino superior público, além de potencializar a oferta de ensino médio em cada estado brasileiro (BRASIL, 2011).

Na tabela abaixo é possível analisar os critérios das fases I, II e III, segundo o projeto de expansão da rede federal. Fica perceptível nas duas primeiras fases, a preocupação em relação a proximidade e a sintonia dos IFs com os arranjos produtivos locais.

Tabela 1. Critérios de escolha dos lugares dos novos campi por fase da expansão

Fases da Expansão	Critérios
Fase I	a) Proximidade da escola aos arranjos produtivos instalados em níveis local e regional; b) Importância do município para a microrregião da qual faz parte; c) Valores assumidos pelos indicadores educacionais e de desenvolvimento socioeconômico; d) Existência de potenciais parcerias para a implantação da futura unidade; e) Atender a pelo menos uma das três seguintes diretrizes: e 1) estar localizada em uma Unidade da Federação que ainda não possui instituições federais de educação profissional e tecnológica instaladas em seu território; e. 2) estar localizada em alguma das regiões mais distantes dos principais centros de formação de mão de obra especializada; e. 3) nos casos em que o município selecionado pertencer a uma região metropolitana, a escola deverá estar situada nas áreas de periferia.

Fase II	<ul style="list-style-type: none"> a) Distribuição equilibrada das novas unidades (distância mínima de 50 km entre os novos campi); b) Cobertura do maior número possível de mesorregiões; c) Sintonia com os arranjos produtivos locais; d) Aproveitamento de infraestrutura física existente; e) Identificação de potenciais parcerias.
Fase III	<ul style="list-style-type: none"> a) População dos Estados em relação à população total do Brasil; b) Presença das redes federal e estadual de educação profissional tecnológica nos Estados (esta última apoiada pelo Programa Brasil Profissionalizado); c) Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) de cada Estado; d) Jovens de 15 a 24 anos cursando os últimos anos do ensino fundamental (6º ao 9º ano) em relação à população jovem do Estado; e) Número de mesorregiões e municípios presentes em cada unidade da Federação.

Fonte: TCU, (2012)

A totalidade do plano de expansão dos Institutos Federais, ainda compreendia a implantação de 60 novas unidades de ensino a cada ano, durante a vigência do próximo Plano Nacional de Educação (2011 a 2020), o que levaria a Rede Federal à configuração de 1000 unidades até o final da atual década (BRASIL, 2011). Atualmente, dados da SETEC não confirmam o alcance da ambição de instalação das Unidades de IFs, uma vez que ocorreram mudanças significativas na política brasileira, com o *impeachment* da presidente Dilma Rousseff, em maio de 2016 e com a eleição do atual presidente da República, Jair Messias Bolsonaro, em 2018.

1.4 PRINCIPAIS ÁREAS DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA DOS INSTITUTOS FEDERAIS

No desenvolvimento das atividades acadêmicas dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, as modalidades ofertadas, estão descritas na sua Lei de criação: deverão ser garantidas as ofertas do ensino técnico (50%), licenciaturas (20%), e a atuação nos cursos de qualificação profissional, tecnologia, pós-graduação, pesquisa e extensão. Além disso, destinam-se, obrigatoriamente, 10% do número total de matrículas do ano anterior, ao Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA (BRASIL, 2008). Estabelecidas as

porcentagens definidas por Lei, o restante, ou seja, 20%, serão definidas conforme as diretrizes de cada Instituto.

Neste sentido, conforme os apontamentos de Pacheco (2011), as regiões onde os Institutos estão inseridos e tem abrangência, devem ser monitoradas permanentemente em relação aos perfis socioeconômicos, políticos e culturais, por conceberem-se como mecanismos para a identificação de potencialidades territoriais e regionais e posteriormente para a oferta de cursos. Em concordância, Silva (2013) sugere que os Institutos Federais podem contribuir efetivamente a diminuir as desigualdades sociais e regionais, o que é fundamental para o estreitamento de sua relação com os territórios e as regiões.

De qualquer forma, o que se pode ponderar com o senso comum é que quando em uma determinada região, há a disposição e a vontade política por parte dos atores sociais, dos órgãos públicos, do setor produtivo e da sociedade civil organizada, pode-se fomentar a criação e ofertas de cursos, oportunizando formação aos estudantes e profissionais, com vistas ao desenvolvimento socioeconômico da região e a competitividade das empresas.

As ofertas de cursos dos Institutos Federais estão descritas em diferentes documentos, dentre eles a Chamada Pública 002/2007, que acolheu propostas para constituição dos Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia:

- I ofertar educação profissional e tecnológica, como processo educativo e investigativo, em todos os seus níveis e modalidades, sobretudo de nível médio, reafirmando a verticalização como um dos princípios do IFET;
- II ofertar a educação básica, a licenciatura e bacharelado em áreas em que a ciência e a tecnologia são componentes determinantes, bem como ofertar estudos de pós-graduação, *lato e stricto sensu*;
- III orientar a oferta de cursos em sintonia com a consolidação, o fortalecimento e as potencialidades dos arranjos produtivos, culturais e sociais, de âmbito local e regional, privilegiando os mecanismos de inclusão social e de desenvolvimento sustentável;
- IV promover a cultura do empreendedorismo e cooperativismo, apoiando processos educativos que levem à geração de trabalho e renda (BRASIL, 2007).

A oferta de cursos dos Institutos Federais deverá também estar condicionada ao Decreto nº 6.095/2007, que determina no seu Art.4 que as instituições que ofertarem a modalidade de educação profissional e tecnológica, elaborem um Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI, integrando seu Plano de Vocação Institucional e observando o disposto no Art. 16 do Decreto nº 5.773 de 9 de maio de 2006, destacando o que segue.

§1º A vocação institucional expressa no projeto de PDI integrado deverá se orientar para as seguintes ações:

I ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando profissionais para os diversos setores da economia, em estreita articulação com os setores produtivos e a sociedade;

II desenvolver a educação profissional e tecnológica, como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;

III orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico no âmbito de atuação do IFET;

IV estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico (BRASIL, 2007).

A oferta de Cursos, que para este estudo irá tratar especificamente dos cursos Técnicos, está descrita no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos – CNCT, e teve sua terceira e última edição lançada no ano de 2014 (BRASIL, 2016). Trata-se de um instrumento que subsidia o planejamento e a oferta dos cursos e correspondentes qualificações profissionais e especializações técnicas de nível médio, além de orientar as instituições, estudantes e a sociedade em geral.

O CNCT é atualizado periodicamente para contemplar novas demandas socioeducacionais e dispõe atualmente de 227 cursos, agrupados em 13 (treze) eixos tecnológicos, com a seguinte descrição por curso: -cargas horárias mínimas; -perfil profissional de conclusão; -infraestrutura mínima requerida; -campo de atuação; -ocupações associadas à Classificação Brasileira de ocupações (CBO); - normas associadas ao exercício profissional; e, -possibilidades de certificação intermediária em cursos de qualificação profissional, de formação continuada em cursos de especialização e de verticalização para cursos de graduação no itinerário formativo (MEC, 2019).

Constituem atualmente os Eixos Tecnológicos do Catálogo Nacional de Cursos: Ambiente e Saúde; Controle e Processos Industriais; Desenvolvimento Educacional e Social; Gestão e Negócios; Informação e Comunicação; Infraestrutura; Militar; Produção Alimentícia; Produção Cultural e Design; Produção Industrial, Recursos Naturais; Segurança; e Turismo, Hospitalidade e Lazer. Com o objetivo de tornar o documento mais dinâmico e mais flexível de acordo com as novas demandas socioeducacionais, o MEC iniciou o processo de atualização do CNTC em 2019, conforme a Portaria nº 1.719, e aguarda as proposições apresentadas pela sociedade. Posteriormente, as propostas são analisadas e discutidas por especialistas e equipe da SETEC/MEC, e homologadas com o intuito de assegurar que a oferta de cursos e a formação dos técnicos acompanhem a dinâmica do setor produtivo e da sociedade (MEC, 2019).

Comumente, os Institutos são especializados na oferta de educação profissional e tecnológica em todos os seus níveis e formas de articulação com os demais níveis e modalidades

da Educação Nacional. Ofertam, portanto, cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio, Cursos Técnicos Subsequentes, Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - PROEJA, Cursos de Formação Inicial e Continuada – FIC, além de Superiores de Tecnologia, licenciaturas, bacharelados e pós-graduações *lato e stricto sensu*, seja nas modalidades presenciais ou a distância.

1.5 PERFIL DOS ESTUDANTES DOS INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO TÉCNICA E TECNOLÓGICA

As instituições da Rede Federal seguem as determinações da Lei nº 12.711 de 2012, que estabelece o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio, com a reserva de 50% das vagas a alunos oriundos integralmente do ensino médio público, sejam matriculados em cursos regulares ou da educação de jovens e adultos. Segundo o Portal do MEC, a outra metade das vagas é voltada a “estudantes de escolas públicas com renda familiar bruta, igual ou inferior a um salário-mínimo e meio *per capita*” (BRASIL, 2020).

De qualquer forma, em ambos os casos, também são levados em conta um percentual mínimo, correspondente ao da soma de pretos, pardos e indígenas na Unidade Federada, de acordo com o último censo demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (MEC, 2012).

São também de responsabilidade das Instituições Federais de Educação Profissional, Científica e Tecnológica – IFs, a implantação de programas de educação de jovens e adultos, conforme previsto no Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade da Educação de Jovens e Adultos - PROEJA (Decreto nº 5.840/2006). De acordo com o Programa, a Instituição deve ofertar 10% do total das vagas de ingresso da instituição.

Além disso, as vagas para o ensino superior também são ofertadas através do Sistema de Seleção Unificada – SISU, sistema informatizado do MEC, no qual as instituições públicas de ensino superior, oferecem vagas para candidatos participantes do Exame Nacional de Ensino Médio – ENEM. Dessa forma e dadas as diretrizes que preconizam as Leis do Governo Federal, que destinam vagas aos estudantes selecionados aos Programas reservados ao ensino público, restam cerca de 40% de vagas dos IFs nas demais modalidades (exceto do ensino superior). Essa porcentagem é designada, portanto, aos estudantes que buscam o ingresso na Instituição

através dos processos de seleção abertos e ofertados a comunidade, por meio de editais ou outras publicações oficiais.

Contextualizadas as ofertas que são regulamentadas por Lei e outros documentos oficiais, identifica-se a diversidade em relação aos estudantes dos Institutos Federais de Educação, não só pelas suas características econômicas e sociais, mas de acordo com sua procedência. De acordo com Santos e Formiga (2017), em função do processo de interiorização e da expansão progressiva do número de alunos nos campi do interior, torna-se imprescindível conhecer os alunos atendidos pela Rede Federal de Educação Profissional. Para tanto, é preciso considerar que cada região terá suas características próprias, de acordo com as diversas regiões do país (SANTOS; FORMIGA, 2017).

Qualquer estratégia para conhecimento de perfil ou características dos discentes deve considerar suas diferenças e singularidades. Com o processo de interiorização dos Institutos Federais de Educação, essas diversidades difundiram características heterogêneas dos estudantes. Esse processo ocorreu também nas Instituições Federais de Educação Superior – IFES de acordo com a V Pesquisa de Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação de 2018.

A democratização do acesso ao ensino superior, resultante da ampliação do número de Instituições Federais de Ensino Superior, cursos e vagas, da interiorização dos campi das mesmas instituições, da maior mobilidade territorial via ENEM/SISU e da reserva de vagas para estudantes com origem em escolas públicas, por meio de cotas (Renda, PPI – pretos, pardos e indígenas - e Pessoas com Deficiência), modificou radicalmente o perfil da recente geração de discentes dos cursos de graduação das universidades federais e dos Cefets MG e RJ (ANDIFES, 2018).

A sigla IFES se refere ao conjunto das 63 universidades federais existentes até fevereiro de 2018 no Brasil, além dos CEFETs MG e RJ. Representada pela Associação Nacional de Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior – ANDIFES e pela FONAPRACE – Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis, esse conjunto de instituições, realiza há alguns anos uma pesquisa para traçar o perfil socioeconômico e cultural dos mais de um milhão de estudantes da graduação pública federal.

De acordo com a ANDIFES (2016), com a IV Pesquisa realizada entre os anos de 2014 e 2015, já havia sido identificado que nas universidades federais e nos CEFETs MG e RJ, era mais frequente a presença de estudantes negros e de origem popular, e que, portanto, este perfil apresentava novos desafios para a permanência e sucesso acadêmico, principalmente daqueles considerados vulneráveis. Além disso, a pesquisa mostrou que as Instituições Federais de

Ensino Superior, reais e concretas, eram muito diferentes da imagem difundida e comumente caracterizada como “instituições de elite”.

Em 2017, o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, instituição internacional que integra o Grupo Banco Mundial, publicou relatório intitulado “Um ajuste justo. Análise da eficiência e equidade do gasto público no Brasil” (BIRD, 2017). No referido Relatório, foram apresentadas críticas ao modelo universitário público brasileiro, sustentando que os estudantes pertenciam a famílias ricas e que teriam frequentado escolas privadas de Ensino Médio. Contudo, os dados obtidos com a pesquisa, permitiram o questionamento dessas formulações, propaladas até pelo senso comum, de que as universidades públicas federais seriam frequentadas por setores das elites culturais e econômicas do país.

No diagnóstico apresentado pela IV Pesquisa de Perfil Socioeconômico, também foi possível identificar que dois, de cada três estudantes ativos em cursos de graduação presenciais das IFES (66,19%), pertenciam a famílias com renda *per capita* de até 1 e meio salários-mínimos (ANDIFES, 2016). Essa faixa de renda, de acordo com o Decreto nº 7.234/10, que regulamenta o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES, define o público-alvo em situação de vulnerabilidade social e econômica, e por isso é amparado pela assistência estudantil.

O Programa Nacional de Assistência Estudantil –PNAES, é uma política do Ministério da Educação que visa auxiliar a permanência de jovens de baixa renda matriculados em cursos de graduação presencial das instituições federais de ensino superior, através do subsídio de recursos. O PNAES foi criado em 2010 e compreende ações que objetivam viabilizar a igualdade de oportunidades entre todos os estudantes, e contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico, a partir de medidas que buscam combater situações de repetência e evasão (BRASIL, 2010).

As ações do PNAES são mantidas pela alocação de recursos a assistência estudantil e ofertam ações nas áreas de moradia, alimentação, transporte, cultura, esporte, atenção à saúde, inclusão digital, creche, apoio pedagógico, além do acesso, participação e aprendizagem de estudantes com altas habilidades, superdotação, deficiências ou ainda transtornos de desenvolvimento (BRASIL, 2010). Contudo, cabe a instituição de ensino, a metodologia de seleção e oferta dessas modalidades de benefícios, que depende, portanto, das características e do perfil destes estudantes.

Neste contexto, conhecer o perfil e características socioeconômicas e culturais dos estudantes dos Institutos, de acordo com suas vocações locais e regionais, é fundamental para

o fomento das políticas públicas e a proposição de ações qualificadas, como a criação de novos programas e instrumentos que assegurem a permanência e êxito do estudante.

A última Pesquisa do Perfil Socioeconômico dos Estudantes de Graduação, realizada em 2018, identifica, entre outros resultados, que há uma consolidação do processo de democratização das IFES brasileiras. Informações resultantes do diagnóstico, revelam que as universidades expressam a diversidade cultural, racial e de sexo da população brasileira, assim como a desigualdade de renda (ANDIFES, 2019).

Segundo informações do IPEA, a desigualdade pode ser medida por faixas de renda, em que são consideradas as médias dos mais ricos em comparação às dos mais pobres, contudo, para a base do cálculo deve-se levar em consideração outros fatores como o Índice de Desenvolvimento Humano - IDH, escolarização, o acesso à cultura e o acesso a serviços básicos - como saúde, segurança, saneamento etc. A atuação no desenvolvimento local e regional na perspectiva da construção da cidadania, sem perder a dimensão do universal, constitui uma das normas que fundamentam as ações dos Institutos Federais (MEC, 2010).

As IFES assemelham-se aos IFs, pois são instituições heterogêneas, plurais e compostas por estudantes oriundos de todas as classes e frações de classe, tanto na oferta de educação pública, como também pelo histórico de expansão e pelo processo de democratização do ensino no Brasil. Contudo, fica clara a importância de que cada Instituição, deve apresentar um estudo local, pois esses resultados dependem tanto da cultura do território, como também da cultura institucional.

No tocante ao assunto, Lima Filho (2005) salienta que “[...] as mediações que ocorrem entre o que é concebido, legislado e efetivamente implementado em cada situação e instituição concreta”, decorrem das ações e dos interesses dos sujeitos sociais que atuam na comunidade educacional e na sociedade civil.

A Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, ambiciona esse tipo de pesquisa realizada pelas IFES, e que poderia apresentar dados concretos sobre o perfil dos estudantes dos IFs. Contudo atualmente, além dos questionários aplicados localmente pelos setores de assistência estudantil dos Campus e Unidades, algumas informações sobre este público são apresentadas na Plataforma Nilo Peçanha, que foi instituída em 2017, para a coleta, tratamento e publicação dos dados específicos e oficiais da educação profissional e tecnológica (MEC 2020).

2 O INSTITUTO FEDERAL DO TOCANTINS – IFTO

O presente capítulo apresenta o histórico de criação do Instituto Federal de Educação do Tocantins, sua estrutura institucional e administrativa, seus campi, as áreas e cursos ofertados pela instituição, bem como o perfil dos seus estudantes. Os dados para a análise do perfil dos estudantes, referem-se a Plataforma Nilo Peçanha do ano base de 2018, e as demais informações foram investigadas nos Planos de Desenvolvimento Institucionais, Relatórios de Gestão, Estatutos, e/ou outros documentos do Instituto Federal do Tocantins.

2.1 ESTRUTURA INSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVA DO IFTO

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins – IFTO, pertence à Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica que constitui, atualmente, 38 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Tem em seu fundamento um modelo pedagógico de formação profissional dinâmico e flexível, no qual a Instituição executa ações estratégicas focadas no ensino, na pesquisa e na extensão (IFTO, 2020).

A origem do IFTO faz parte de 110 anos de uma história de expansão e desenvolvimento da educação profissional no Brasil. Oficialmente com a criação das Escolas de Aprendizizes e Artífices, pelo então Presidente Nilo Peçanha, por meio do Decreto nº 7.566 em 23 de setembro de 1909, e mais recentemente, em 29 de dezembro de 2008 com a sanção da Lei nº 11.892, que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e que cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Em seu Art. 5º, determina:

Ficam criados os seguintes Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia:
[...] XXXVIII - Instituto Federal do Tocantins, mediante integração da Escola Técnica Federal de Araguatins e da Escola Agrotécnica Federal de Palmas (Lei nº 11.892/2008)

Nesse contexto, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins, foi concebido com a união da Escola Agrotécnica Federal de Araguatins – EAFA, e da Escola Técnica Federal de Palmas – ETF/Palmas. Ambas instituições que já ofertavam educação profissional no estado do Tocantins, contudo independentes de uma ação em rede, como ocorreu com a constituição dos IFs.

Administrativamente cada Instituto Federal é estruturado com uma Reitoria e vários Campi, com gestão interdependente entre ambos. Territorialmente, à Reitoria tem a função estratégica de definição de políticas, supervisão e controle. Para isso, necessita de uma estrutura

administrativa que reúna, além do gabinete, pró-reitorias e diretorias de atuação sistêmica, cabendo a esses órgãos a função de trabalhar matricialmente vinculados às unidades afins dos Campi (GOUVEIA, 2016).

O arranjo situacional dos Institutos Federais é novo e caracteriza-se como de uma estrutura em rede, que integra sistemicamente diversas organizações de ensino através de um núcleo central no âmbito nacional. Designa-se como uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação, através da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Contudo, detém prerrogativas de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-científica e disciplinar e no âmbito espaço regional, integra os vários Campi, através de uma Reitoria (FERNANDES, 2009).

Segundo Fernandes (2009), cada Campus é responsável pela execução dos objetivos finalísticos institucionais, e necessita de uma estruturação híbrida, através da associação da departamentalização funcional e a matricial que possa viabilizar o diálogo e interação dos departamentos da área acadêmica, com as unidades operacionais dos demais departamentos das áreas de administração, de apoio ao ensino, extensão e pesquisa.

A Reitoria do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins – IFTO, está localizada na cidade de Palmas e é o órgão executivo responsável pela coordenação de todas as unidades do IFTO, as quais estão sediadas nos municípios de Araguaína, Araguatins, Colinas do Tocantins, Dianópolis, Formoso do Araguaia, Gurupi, Lagoa da Confusão, Palmas, Paraíso do Tocantins, Pedro Afonso e Porto Nacional.

A Reitoria do IFTO tem, entre suas principais funções, programar, desenvolver e acompanhar políticas educacionais, administrativas, de desenvolvimento tecnológico e de ação social, além de gerenciar e supervisionar a gestão sistemática do Instituto Federal do Tocantins. Seguindo diretrizes institucionais e preestabelecidas, como também as normas e leis que normatizam sua atividade, a Reitoria também tem a função de planejar o futuro, ouvindo sempre as comunidades interna e externa, nas quais se incluem discentes, egressos, docentes, técnicos administrativos, sociedade e governo, considerados público-alvo para a Instituição (IFTO, 2020).

A Reitoria é o órgão administrativo superior do IFTO, subordinado apenas ao Conselho Superior – CONSUP, órgão máximo do Instituto Federal do Tocantins. O reitor do IFTO ocupa o cargo por quatro anos e sua seleção é realizada por meio de consulta à comunidade, respeitada a paridade eleitoral. A Reitoria do IFTO abrange o Gabinete do Reitor, a Diretoria de Comunicação – DICOM, a Diretoria de Gestão de Pessoas – DGP, a Diretoria de Tecnologia da Informação – DTI, a Diretoria de Infraestrutura – DINFRA, a Pró-reitoria de Administração

– PROAD, a Pró-reitoria de Ensino – PROEN, a Pró-reitoria de Extensão – PROEX, a Pró-reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação – PROPI e a Pró-reitoria de Assuntos Estudantis – PROAE (IFTO, 2020). Ressalta-se, que dada a autonomia dos IFs, e apesar de haver uma orientação da rede em relação a formatação de sua estrutura administrativa, cada Instituto pode apresentar um organograma diferente, de acordo com sua dinâmica ou de seus interesses políticos.

Conforme o Plano de Desenvolvimento Institucional elaborado para 2020 a 2024, o Instituto Federal do Tocantins é norteado por políticas, objetivos e metas que são periodicamente revisados e apresentados com vistas as decisões e ao planejamento futuro da Instituição. O PDI de 2020 a 2024, também evidencia a missão, valores, visão e princípios conforme apresentados a seguir.

Missão

Proporcionar o desenvolvimento regional por meio do ensino, pesquisa e extensão, prezando pela eficiência na formação acadêmica e na difusão do conhecimento.

Visão

Ser referência no ensino, pesquisa e extensão, com ênfase na inovação tecnológica de produtos e serviços, proporcionando o desenvolvimento regional sustentável.

São os *Valores* do IFTO, apresentados no PDI (2020-2024):

- I. Desenvolvimento Regional
- II. Produtividade e Eficiência
- III. Sustentabilidade
- IV. Estímulo à criatividade
- V. Gestão democrática
- VI. Foco no mercado de trabalho
- VII. Respeito aos princípios pedagógicos
- VIII. Gestão por resultados
- IX. Inovação tecnológica
- X. Pontualidade

Seus Princípios Norteadores destacam-se como:

- O Instituto Federal do Tocantins, em seu Estatuto, atualizado em 21 de agosto de 2019, em seu artigo terceiro, declara como princípios norteadores da instituição:
- I. compromisso com a justiça social, equidade, cidadania, ética, preservação do meio ambiente, transparência e gestão democrática;
 - II. verticalização do ensino e sua integração com a pesquisa e a extensão;
 - III. eficácia nas respostas de formação profissional, difusão do conhecimento científico e tecnológico e suporte aos arranjos produtivos locais, sociais e culturais;
 - IV. inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais e deficiências específicas; e
 - V. natureza pública e gratuita do ensino, sob a responsabilidade da União. (PDI 2020-2024)

2.2 OS CAMPI DO IFTO NO ESTADO E AS ÁREAS DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

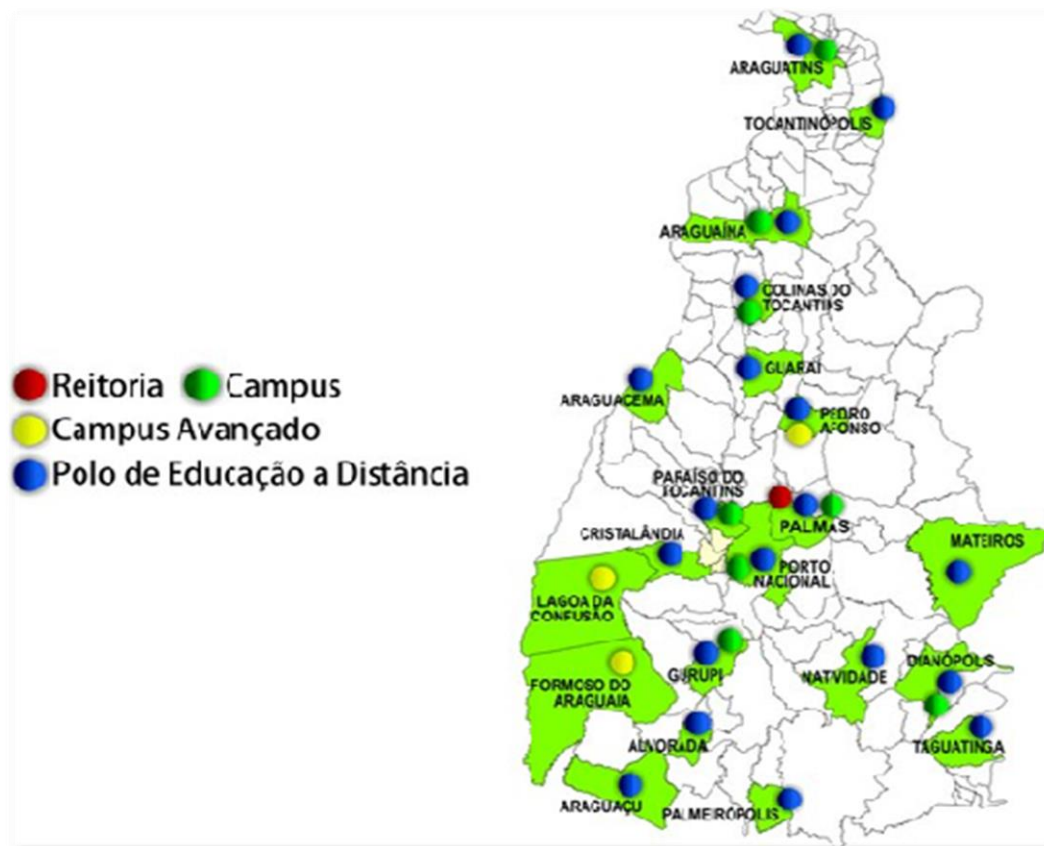
O Instituto Federal do Tocantins atua de forma extensiva na área de Educação, Ciência e Tecnologia, ofertando cursos da educação superior e da educação básica. Na etapa de ensino médio da educação básica, oferta cursos subsequentes, concomitantes e integrados ao ensino médio, atuando também na educação de jovens e adultos e nos cursos complementares de curta duração – FIC. No nível superior, oferta cursos tecnólogos, bacharelados e licenciaturas, além das pós-graduações *lato* e *stricto sensu*.

Atualmente o Instituto Federal do Tocantins compreende a Reitoria, localizada em Palmas, os campi de Araguatins e Palmas, os quais lhe deram origem, e os campi de Paraíso do Tocantins, Araguaína, Porto Nacional, Gurupi, Dianópolis e Colinas do Tocantins, além dos campi avançados de Formoso do Araguaia, Lagoa da Confusão e Pedro Afonso. O IFTO também compreende outros dezesseis polos de educação a distância, onde são ofertados cursos de ensino médio e superior, além de pós-graduações *lato sensu*, nas modalidades presencial e a distância, atendendo todas as microrregiões do Tocantins. Geograficamente o Instituto Federal do Tocantins - IFTO, atua não só no Tocantins, mas nos estados que faz divisa, como Maranhão, Piauí e Bahia.

O estado do Tocantins foi criado em 1988, e está localizado na região Norte do Brasil com 139 municípios, área de 277.620.914 km², e uma população de 1.383.453 de habitantes, estimada pelo Censo de 2010 (IFTO, 2019). Tem limites com estados do Nordeste (Maranhão, Piauí e Bahia), Centro-Oeste (Goiás e Mato Grosso) e da Região Norte (Pará), tendo posição privilegiada no centro geográfico do país (TOCANTINS, 2020).

O IFTO abrange quase a totalidade das regiões do estado do Tocantins, pois possui em pleno funcionamento, além da Unidade da Reitoria, 8 Campi, 3 Campi Avançados e 19 Polos de Educação a distância, conforme especifica a figura a seguir.

Figura 2. Localização da Reitoria, Campi, Polos e Campi Avançados do IFTO



Fonte: <http://www.ifto.edu.br/ifto>

O Campus Araguatins é o mais antigo e resultante da Escola Agrotécnica Federal de Araguatins – EAFA, criada pelo Decreto nº. 91.673 em 20 de setembro de 1985, com o escopo de oferecer o 1º e 2º graus profissionalizantes, com habilitação em Agropecuária, Agricultura e Economia Doméstica. Inaugurada oficialmente em 23 de março de 1988, a instalação da Escola Agrotécnica Federal foi feita em cooperação com o Ministério de Reforma e do Desenvolvimento Agrário - MIRAD, por intermédio do Grupo Executivo das Terras de Araguaia-Tocantins, GETAT (IFTO, 2014).

Em 16 de novembro de 1993, pela Lei nº 8.731, a Escola foi convertida em uma Autarquia Federal, oferecendo os cursos de Ensino Médio e cursos de Técnico Agrícola nas Habilitações de Agricultura, Agroindústria e Zootecnia. Os recursos financeiros que viabilizaram o funcionamento e manutenção da EAFA, foram originários de dotações do Tesouro Nacional consignadas anualmente no Orçamento da União e de outras receitas oriundas da arrecadação de recursos próprios.

A partir da Lei nº 11.892/2008, o Campus Araguatins teve aumento gradativo no seu número de estudantes e passou de 600 discentes em 2009, para 900 em 2011. No ano letivo de 2013, ultrapassou 1.150 matriculados, e em 2014 foram registradas mais de 1.600 matrículas. Segundo dados da Plataforma Nilo Peçanha do ano base de 2018, o Campus Araguatins registrou 1.673 matrículas em 7 cursos (PNP, 2020).

Em função desse aumento do número de alunos, várias mudanças ocorreram para o adequado funcionamento da instituição, desde a estrutura física até as rotinas mais simples e essenciais. Foram construídos laboratórios, blocos de salas de aula, além de ampliada a Biblioteca.

Com foco nas áreas de Agropecuária e Informática, o Campus Araguatins é referência na oferta do ensino técnico, tecnológico e superior para a microrregião do Bico do Papagaio, assim como para os Estados circunvizinhos: Maranhão e Pará (IFTO, 2015). Atualmente a Unidade oferta os cursos apontados na tabela a seguir.

Tabela 2. Cursos ofertados no Campus Araguatins

Técnico Integrado em Agropecuária
Técnico Integrado em Redes de Computadores
Técnico Subsequente em Agropecuária
Bacharelado em Engenharia Agrônômica
Licenciatura em Ciências Biológicas
Licenciatura em Computação
Pós-graduação <i>Lato Sensu</i> em Ciência da Computação

Fonte: Elaboração Própria com dados do PDI 2020. IFTO

Seguindo a ordem de fundação das Unidades que compõem o IFTO, a Escola Técnica Federal de Palmas - ETF Palmas, foi criada com a publicação da Lei nº 8.670 de 30 de junho de 1993, tornou-se autarquia federal pelo Decreto nº 2.980/MEC e, após um longo período de procedimentos para a sua construção, veio a funcionar a partir do dia 10 de março de 2003, ofertando três cursos técnicos: Edificações, Eletrotécnica e Informática.

Também no ano de 2003, o Governo do Estado do Tocantins, doou pela Lei nº 1.405 uma área de 44.914,93m², situada em frente à área da escola, o que elevou para 128.508,38m² a área total da ETF-Palmas. No ano de 2004, a ETF-Palmas realizou seu segundo Processo Seletivo, desta vez oferecendo, além dos três cursos já existentes, seis novos cursos técnicos:

Eletrônica, Agrimensura, Gestão em Agronegócio, Turismo e Hospitalidade, Secretariado Executivo e Saneamento Ambiental. Posteriormente em 2005, a ETF iniciou a oferta de cursos de Ensino Profissional Integrado ao Ensino Médio, Cursos Superiores de Tecnologia e implementou o Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA (IFTO, 2015).

Atualmente o Campus Palmas oferta cursos nas modalidades presencial e a distância. Na modalidade presencial conta com cursos técnicos subsequentes, cursos técnicos integrados ao ensino médio, cursos superiores de tecnologia, licenciatura e bacharelado, os cursos médios na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos, e os cursos de pós-graduação *lato e stricto sensu*. Na modalidade à distância o Campus Palmas oferta cursos técnicos subsequentes para 15 cidades do Estado do Tocantins, Polos de EaD, dentre eles: Agroecologia; Administração; Secretariado; Informática para internet; Manutenção e Suporte em Informática; Marketing; Controle Ambiental; e Segurança do Trabalho.

De acordo com dados da Plataforma Nilo Peçanha – PNP, em 2018 o Campus Palmas registrou mais de 5.300 matrículas, em 31 cursos ofertados. Atualmente, oferta os cursos presenciais, apresentados na tabela a seguir (IFTO, 2020).

Tabela 3. Cursos ofertados no Campus Palmas

Formação Inicial e Continuada (PROEJA) em Atendimento
Formação Inicial e Continuada (PROEJA) em Manutenção e Operação de Microcomputadores
Técnico Integrado em Administração
Técnico Integrado em Agrimensura
Técnico Integrado em Agronegócio
Técnico Integrado em Controle Ambiental
Técnico Integrado em Eletrotécnica
Técnico Integrado em Eventos
Técnico Integrado em Informática
Técnico Integrado em Mecatrônica
Técnico Subsequente em Agrimensura
Técnico Subsequente em Automação Industrial
Técnico Subsequente em Edificações
Técnico Subsequente em Eletrotécnica

Técnico Subsequente em Secretariado
Técnico Subsequente em Segurança do Trabalho
Curso Superior de Tecnologia em Agronegócio
Curso Superior de Tecnologia em Gestão do Turismo
Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública
Curso Superior de Tecnologia em Sistemas Elétricos
Curso Superior de Tecnologia em Sistemas para Internet
Bacharelado em Engenharia Agrônômica
Bacharelado em Engenharia Civil
Bacharelado em Engenharia Elétrica
Licenciatura em Educação Física
Licenciatura em Física
Licenciatura em Letras – Língua Portuguesa
Licenciatura em Matemática
Pós-graduação *Lato Sensu* em Telemática
Pós-graduação *Stricto Sensu* em Educação Profissional e Tecnológica – PROFEPT

Fonte: Elaboração Própria com dados do PDI 2020. IFTO

O Campus Paraíso do Tocantins, até o final de 2008, era denominado UNED Paraíso do Tocantins (Unidade de Ensino Descentralizada de Paraíso do Tocantins da Escola Técnica Federal de Palmas). Em novembro de 2007, a Escola Técnica Federal de Palmas – ETF Palmas, agregou o Centro de Educação Profissional de Paraíso do Tocantins, construído a partir de um convênio celebrado entre a Secretaria de Educação e Cultura do Estado do Tocantins e o Programa de Expansão da Educação Profissional – PROEP/MEC, cujo processo de federalização, fez parte do plano de expansão da fase I da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (IFTO, 2015).

Com o advento da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, a UNED Paraíso do Tocantins transformou-se em campus do Instituto Federal do Tocantins, atendendo à chamada pública (nº002/2007) do Ministério da Educação para que as escolas se tornassem Institutos Federais, possibilitando oferecer, além dos cursos de nível médio, também cursos superiores e de pós-graduação.

A Unidade tem por finalidade, formar e qualificar profissionais, nos vários níveis e modalidades de ensino, e registrou mais 1.200 matrículas nos cursos ofertados em 2018 (PNP

2019). Na tabela a seguir, são apresentados os cursos ofertados pelo Campus, de acordo com a o PDI do IFTO de 2020 – 2024.

Tabela 4. Cursos ofertados no Campus Paraíso do Tocantins

Técnico Integrado em Agroindústria
Técnico Integrado em Informática
Técnico Integrado em Meio Ambiente
Curso Superior de Tecnologia em Alimentos
Bacharelado em Administração
Bacharelado em Sistemas de Informação
Licenciatura em Matemática
Licenciatura em Química

Fonte: Elaboração Própria com dados do PDI 2020. IFTO

O Campus Araguaína, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins, teve seu funcionamento autorizado pela Portaria nº 862, de 10 de setembro de 2009, emitida pelo Ministério da Educação – MEC. A Unidade também é fruto da política de expansão da Educação Profissional e Tecnológica, instituída pela Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008, e sua implantação ocorreu por meio de Cooperação Técnica entre a Secretaria de Educação e Cultura do Tocantins e o IFTO. As atividades efetivas foram iniciadas no dia 11 de setembro de 2009, dando continuidade ao curso Técnico em Enfermagem da Escola Estadual Técnica de Enfermagem de Araguaína.

O Campus está distribuído em 3 blocos que abrigam os setores administrativos, as salas de aulas, laboratórios, auditório, sala de atendimento ao aluno, sala de vídeo e biblioteca, além de um prédio com 2 andares com 12 salas de aulas, sala para o grêmio estudantil, sala de professores, cantina e espaço de convivência.

Com ênfase na oferta de cursos nas áreas de Saúde e Tecnologia da Informação, o campus registrou em 2018, mais de 1.100 matrículas (PNP, 2018) e atualmente oferta os cursos relacionados na tabela abaixo.

Tabela 5. Cursos ofertados no Campus Araguaína

Formação Inicial e Continuada (PROEJA) em Operador de Computador
--

Técnico Integrado em Biotecnologia
 Técnico Integrado em Informática
 Técnico Subsequente em Análises Clínicas
 Técnico Subsequente em Enfermagem
 Curso Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas
 Curso Superior de Tecnologia em Gestão da Produção Industrial
 Pós-graduação *Lato Sensu* em Educação

Fonte: Elaboração Própria com dados do PDI 2020. IFTO

Prosseguindo por ordem de criação e funcionamento dos Campi do IFTO, o Campus Porto Nacional, foi inaugurado em 1º de fevereiro de 2010, com início das atividades em 2 de agosto do mesmo ano. O funcionamento da Unidade foi autorizado pela Portaria nº 102 de 29 de janeiro de 2010, expedida pelo Ministério da Educação - MEC.

Quanto às competências institucionais, pautadas no que diz o art. 1º, § 2º, do Estatuto do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins, o Campus Porto Nacional oferta educação básica, profissional e superior, pluricurricular, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos na sua prática pedagógica (IFTO, 2019).

A unidade de Porto Nacional, possibilita à região o desenvolvimento socioeconômico, por meio da oferta de cursos profissionalizantes e de cursos superiores, atingindo em 2018, 1.393 matrículas (PNP, 2019), nos 9 cursos disponibilizados, e conforme tabela abaixo.

Tabela 6. Cursos ofertados no Campus Porto Nacional

Formação Inicial e Continuada (PROEJA) em Assistente Administrativo
 Técnico Integrado em Administração
 Técnico Integrado em Informática para Internet
 Técnico Integrado em Meio Ambiente
 Técnico Subsequente em Informática
 Técnico Subsequente em Vendas
 Curso Superior de Tecnologia em Logística
 Licenciatura em Computação

Fonte: Elaboração Própria com dados do PDI 2020. IFTO

O Campus Gurupi encontra-se em funcionamento desde 20 de setembro de 2010. É fruto da doação do edifício da antiga unidade do Centro Universitário UNIRG, e da área anexa, totalizando um terreno de 20.000m². A área foi concedida pela Prefeitura Municipal de Gurupi, e autorizada pela Lei Municipal nº 1.757/2008.

Em 2018, a Unidade de Gurupi, segundo dados da Plataforma Nilo Peçanha, apresentava 716 matrículas em 9 cursos. Atualmente teve sua oferta ampliada para 13 cursos, conforme apresentado na tabela a seguir.

Tabela 7. Cursos ofertados no Campus Gurupi

Formação Inicial e Continuada (PROEJA) em Operador de Computador

Técnico Integrado em Administração

Técnico Integrado em Agronegócio

Técnico Integrado em Edificações

Técnico Subsequente Agronegócio

Técnico Subsequente em Edificações

Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública

Curso Superior de Tecnologia em Produção de Grãos

Bacharelado em Engenharia Civil

Licenciatura em Artes Cênicas

Licenciatura em Teatro

Pós-graduação *Lato Sensu* em Artes

Pós-graduação *Lato Sensu* em Agronomia

Fonte: Elaboração Própria com dados do PDI 2020. IFTO

O Campus Dianópolis do IFTO, encontra-se sediado no município de Dianópolis, cidade polo da mesorregião Sudeste do Estado do Tocantins, que é composta por 20 municípios. A região Sudeste do estado, foi reconhecida como Território da Cidadania em 2008, e vem desenvolvendo alguns projetos e ações em busca do desenvolvimento regional sustentável (IFTO, 2018). Territórios da Cidadania é um programa do Governo Federal com o objetivo de promover o desenvolvimento econômico e universalizar programas básicos de cidadania por meio de uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável (BRASIL, 2008).

O Campus Dianópolis, teve seu funcionamento autorizado mediante a Portaria nº 330 de 23 de abril de 2013, do Ministério da Educação. A área onde o Campus está instalado é

resultante de doação por parte do estado do Tocantins, de uma área rural de aproximadamente 593ha, onde funcionava a Fundação Agroindustrial São José, mais conhecida como Instituto de Menores de Dianópolis.

Segundo os dados do PDI de 2020, o Campus Dianópolis tem um grande potencial para agricultura, agropecuária e aquicultura, pois a área conta com represa e tanques para cultivo aquícola, rebanho de gado leiteiro e de corte, suínos, equinos, ovinos e aves. Além disso, o campus se destaca na área de tecnologia, ofertando atualmente, os cursos listados abaixo.

Tabela 8. Cursos ofertados no Campus Dianópolis

Técnico Integrado em Agropecuária
 Técnico Integrado em Informática
 Bacharelado em Engenharia Agrônômica
 Licenciatura em Computação

Fonte: Elaboração Própria com dados do PDI 2020. IFTO

O Campus Colinas do Tocantins foi instituído na conjuntura da terceira fase de expansão da Rede Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, e regulamentada em agosto de 2011. O funcionamento da Unidade foi autorizado pela Portaria nº 505 de 10 de junho de 2014, do Ministério da Educação – MEC, e sua implantação partiu de reivindicações do setor produtivo e do setor público do município (PDI IFTO, 2020).

Os indicadores econômicos e populacionais, assinalados pela população colinense, apontaram para o eixo agropecuário e o Campus Dianópolis apresentou mais de 700 matrículas em 2019. Atualmente a Unidade oferta os cursos especificados na Tabela 9.

Tabela 9. Cursos ofertados no Campus Colinas do Tocantins

Formação Inicial e Continuada (PROEJA) em Auxiliar Pedagógico
 Técnico Subsequente em Agropecuária
 Bacharelado em Engenharia Agrônômica
 Licenciatura em Computação
 Pós-graduação *Lato Sensu* em Agronomia

Fonte: Elaboração Própria com dados do PDI 2020. IFTO

Também compõem as Unidades do Instituto Federal do Tocantins, 3 Campi Avançados: Campus Avançado Formoso do Araguaia, Lagoa da Confusão e Campus Avançado Pedro Afonso. Considerados extensões dos Campi já existentes, a criação destes Campi está vinculada as necessidades interioranas e o compromisso e participação das instituições de ensino no desenvolvimento local e regional (MEC,2006).

O Campus Avançado Formoso do Araguaia, apesar de ter sua Portaria de funcionamento (nº 27) publicada em 21 de janeiro de 2015, pelo Ministério da Educação – MEC, iniciou suas atividades ainda no primeiro semestre de 2014. O Campus primeiramente, ofertou cursos de Formação Inicial e Continuada – FIC, por meio do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC. Contudo, em 2018 já havia mais de 350 estudantes matriculados (PNP, 2019), e em 2020 a oferta de cursos foi ampliada, conforme apresentado na tabela abaixo.

Tabela 10. Cursos ofertados no Campus Avançado Formoso do Araguaia

Formação Inicial e Continuada (PROEJA) preparatório para o ENEM
Técnico Integrado em Agricultura
Técnico Integrado em Informática
Técnico Subsequente em Agricultura
Técnico Subsequente em Informática

Fonte: Elaboração Própria com dados do PDI 2020. IFTO

O Campus Avançado Lagoa da Confusão começou suas atividades em 30 de julho de 2014 e seu funcionamento foi autorizado pela Portaria nº 505 de 10 de junho de 2014, do Ministério da Educação MEC. O Campus foi construído em área federalizada, conforme doação realizada por meio da Lei Municipal nº 651/2014 de 11 de agosto de 2014.

A unidade ofertava inicialmente dois cursos de Formação Inicial e Continuada – FIC, por meio do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC, e em 2018, contava com cerca de 400 matrículas (PNP, 2019). Atualmente, oferta os cursos descritos na tabela 11.

Tabela 11. Cursos ofertados no Campus Avançado Lagoa da Confusão

Técnico Concomitante em Agricultura
Técnico Concomitante em Informática

Técnico Subsequente em Agricultura
 Técnico Subsequente em Informática
 Bacharelado em Engenharia Agrônômica

Fonte: Elaboração Própria com dados do PDI 2020. IFTO

Por fim, a unidade do Campus Avançado Pedro Afonso, foi criada a partir da federalização do Colégio Estadual Agrícola Dr. José de Souza Porto, que, instituído pelas Leis Estaduais nº 8.022/75 e nº 9.504/84, funciona como Unidade Escolar desde 1973. A oferta dos cursos técnicos iniciou em 1985, e através da Portaria nº 505 de 10 de junho de 2014/ MEC, teve sua autorização sancionada, passando a se chamar Campus Avançado Pedro Afonso.

Também em 2014, o Governo do Estado do Tocantins, cedeu a área e as instalações do Colégio Estadual Agrícola Dr. José de Souza Porto, ao Instituto Federal do Tocantins, através do Decreto nº 5.037 de 9 de maio de 2014. Com isso, o Campus compreende uma área total de 2.952.400m², sendo 7.800m² de área construída (IFTO, 2020).

Em 2018, o Campus Avançado Pedro Afonso registrou cerca de 500 matrículas (PNP, 2020) e, atualmente, oferta os cursos especificados na tabela 12, conforme demonstrado a seguir.

Tabela 12. Cursos ofertados no Campus Avançado Pedro Afonso

Formação Inicial e Continuada (PROEJA) em Auxiliar de Geoprocessamento
 Formação Inicial e Continuada (PROEJA) em Operador de Computador
 Formação Inicial e Continuada (PROEJA) em Auxiliar de Agropecuária
 Formação Inicial e Continuada (PROEJA) em Informática Básica e Aplicada ao Trabalho
 Técnico Concomitante em Agropecuária
 Técnico Concomitante em Informática
 Técnico Subsequente em Agropecuária
 Técnico Subsequente em Informática
 Bacharelado em Engenharia Agrônômica
 Pós-graduação *Lato Sensu* em Agricultura de Precisão

Fonte: Elaboração Própria com dados do PDI 2020. IFTO

2.3 IFTO EM NÚMEROS

O Instituto Federal do Tocantins –IFTO, é uma instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampi, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica, nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos (IFTO, 2018). Entre as modalidades de ensino ofertadas, estão os médios integrados aos técnicos, atuando também na educação de jovens e adultos e nos cursos complementares de curta duração – FIC, e os técnicos subsequentes. No nível superior, oferta os cursos tecnológicos, bacharelados e licenciaturas, além das pós-graduações *lato* e *stricto sensu*.

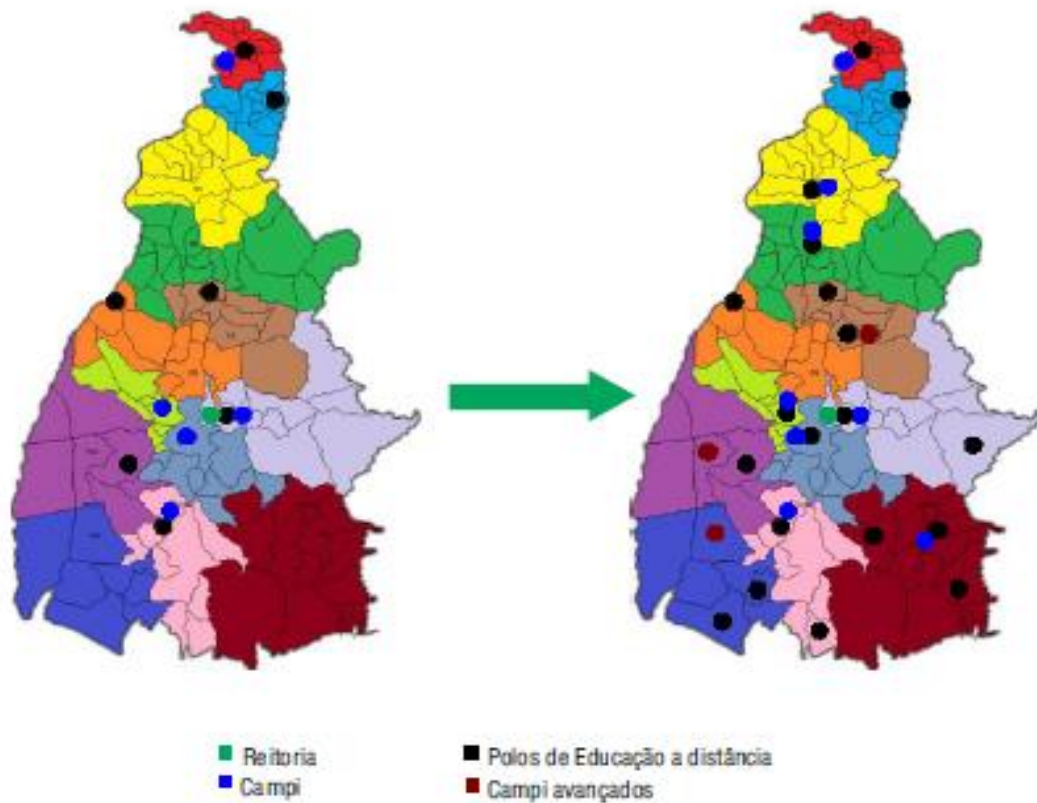
Com a comemoração dos 10 anos de criação dos Institutos Federais de 2008 a 2018, o IFTO publicou um relatório de ações com informações sobre o desenvolvimento e crescimento da instituição no período. O documento, além de evidenciar as ações da gestão que permaneceu a frente da reitoria entre os anos de 2010 a 2018, trouxe alguns números que serão apresentados neste subcapítulo junto com dados atualizados de seus servidores, estudantes, campi e cursos.

De acordo com a publicação “Consolidando o Instituto Federal que Queremos”, o IFTO em 2010 era composto pela Reitoria e pelos Campi de Araguaína, Araguatins, Gurupi, Palmas, Paraíso do Tocantins e Porto Nacional. Os Campi de Gurupi e Porto Nacional estavam em fase de implantação. Também havia 6 polos de educação a distância, entre eles: Araguacema, Araguatins, Cristalândia, Guaraí, Palmas e Tocantinópolis. Atualmente, além da Reitoria, o Instituto possui 11 Campi, sendo 3 Avançados e 19 polos de educação a distância, conforme a figura abaixo, que identifica a expansão das Unidades do IFTO no estado do Tocantins, entre os anos de 2010 e 2019 (IFTO, 2018).

Figura 3. Expansão do IFTO no estado do Tocantins– Comparativo 2010 e 2019

2010

2019



Fonte: IFTO, (2018)

O processo de expansão e desenvolvimento do Instituto Federal do Tocantins ocorreu de forma concomitante com a Rede Federal de Educação Profissional Tecnológica, conforme já tratado no capítulo 1. Neste contexto, foram executadas no IFTO, várias obras, reformas e aquisições como no caso do prédio da Reitoria localizada em Palmas. A tabela 13 discrimina as execuções, áreas e os valores investidos.

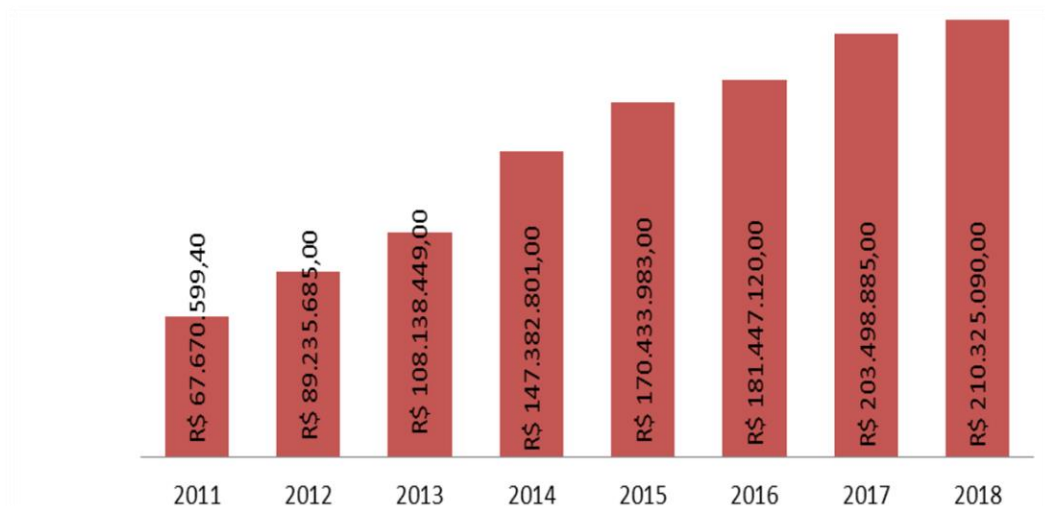
Tabela 13. Dados Consolidados Referentes à Infraestrutura do IFTO

Discriminação	Área	Valor
Construção	64.735,31 m ²	R\$ 71.046.641,99
Ampliação e reforma	5.793,05 m ²	R\$ 4.339.498,46
Pavimentação e sistema de drenagem	48.442,00 m ²	R\$ 3.828.730,14
Aquisição do prédio da Reitoria	4.035,90 m ²	R\$ 9.500.000,00
Outros (adaptação, construção de subestação de medição e transformação, cerca e alambrado, etc.)	-----	R\$ 5.042.120,05
TOTAL	123.006,26 m²	R\$ 93.756.990,64

Fonte: IFTO, (2018)

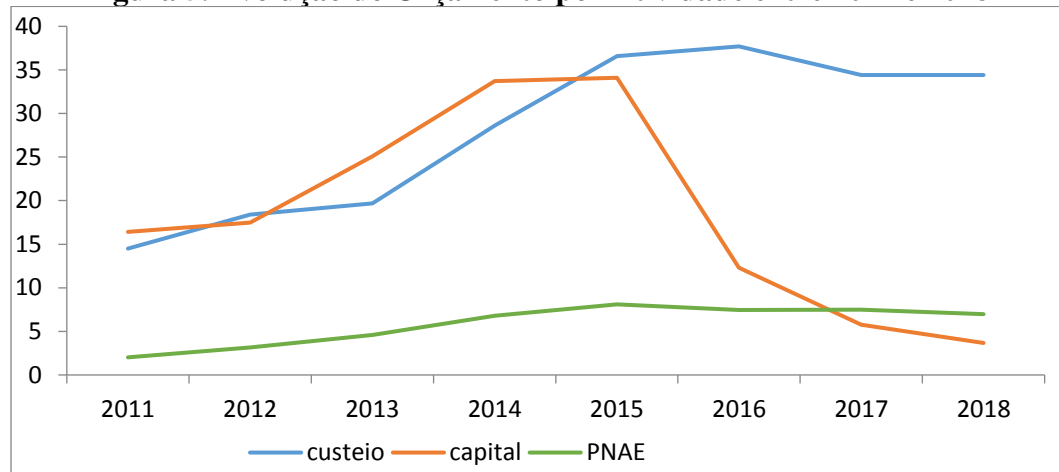
Em relação ao orçamento e aos investimentos, e visando a consolidação do processo de expansão, apesar do repasse de recursos pelo Governo Federal, o IFTO realizou captação de recursos orçamentários extras, mediante descentralizações de crédito orçamentário por meio de Termo de Execução Descentralizada – TED, com outros órgãos federais e por emendas parlamentares. Dessa forma, entre os anos de 2011 e 2018, a instituição recebeu cerca de R\$ 69.000.000,00 (sessenta e nove milhões de reais) por meio de emendas parlamentares e descentralizações de créditos orçamentários (IFTO, 2018). A figura a seguir, detalha a evolução do orçamento do IFTO, segundo o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e conforme descrito no documento “Consolidando o Instituto Federal que Queremos” (IFTO, 2018).

Figura 4. Evolução do Orçamento do IFTO de 2011 a 2018



Fonte: Relatório de Ações 2018, IFTO

Além disso, a figura 5, apresenta a evolução orçamentária do IFTO por atividade, ou seja, considerando as despesas de custeio, de investimento, de pessoal e de assistência estudantil (PNAES – Programa Nacional de Assistência Estudantil). Cabe destacar, que os recursos de custeio são aqueles aplicados nas despesas correntes, tais como contratos de prestação de serviços, aquisição de materiais de consumo, diárias e passagens. Já, os recursos de capital, também conhecidos como investimentos, são aqueles recursos aplicados no patrimônio, como obras, construções, instalações e aquisição de equipamentos e de materiais permanentes (IFTO, 2018).

Figura 5. Evolução do Orçamento por Atividade entre 2011 e 2018

Fonte: Elaboração Própria com dados do Relatório de Ações 2018. IFTO

A figura anterior, apresenta graficamente, que os custos com a manutenção aumentaram entre os anos de 2011 e 2018 (representado em milhões de acordo com a Figura 4), enquanto o custeio, no mesmo período, diminuiu. Também, na tabela abaixo, é possível apresentar essas informações numericamente, com as quedas de investimentos entre os anos 2016 a 2018, assinaladas em vermelho.

Tabela 14. Evolução do orçamento por atividade 2011 - 2018

Atividade	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Custeio	-	0,27	0,07	0,45	0,28	0,03	-0,09	0,00
Capital	-	0,07	0,43	0,34	0,01	-0,64	-0,53	-0,36
PNAE	-	0,55	0,46	0,48	0,19	-0,08	0,01	-0,07

Fonte: Elaboração Própria com dados do Relatório de Ações 2018. IFTO

(-) Quedas de investimentos de capital, custeio e dos investimentos no PNAE entre os anos de 2016 a 2018

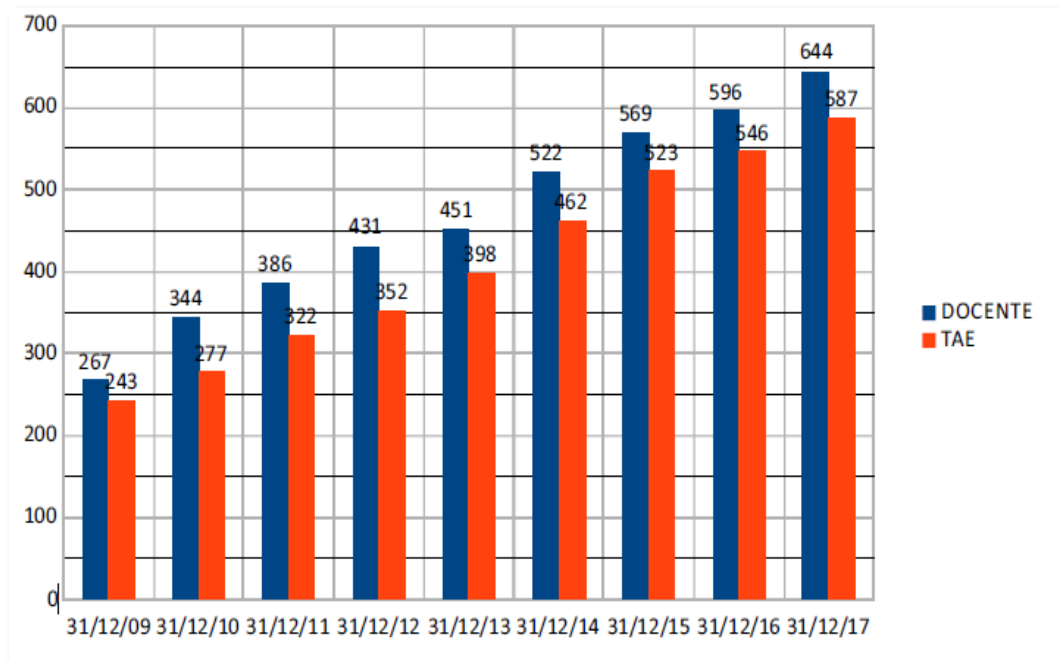
Além do desenvolvimento, através das obras e investimentos nas estruturas físicas, foram necessários recursos humanos para garantir o atendimento das novas demandas, decorrentes do processo de criação e expansão do IFTO. Dessa forma, foram realizados diversos concursos públicos para as vagas de docentes e de técnicos administrativos em educação, nas várias Unidades do Instituto Federal do Tocantins.

O primeiro certame público, da então Escola Técnica Federal de Palmas, foi realizado em 2003, o segundo em 2005 e assim, sucessivamente ocorreram vários outros processos de seleção para servidores. Além disso, muitos servidores entraram e saíram do Instituto Federal

do Tocantins por meio de processos de redistribuição, acompanhamento de cônjuge etc. Não se tem informações em relação aos primeiros concursos da Escola Agrotécnica de Araguatins, ou das outras Instituições que se integraram ao IFTO, durante seu processo de constituição e expansão.

De acordo com o Relatório de Ações do IFTO de 2018, é possível apresentar a evolução do quadro de servidores, tanto de docentes como de Técnicos de Administração em Educação – TAE, a partir do dia 31 de dezembro de 2009, até o final do ano de 2017, conforme a figura 6 apresenta.

Figura 6. Evolução no Número de Servidores



Fonte Relatório de Ações 2018, IFTO

O documento também registra as vagas e os concursos públicos realizados entre os anos de 2010 a 2018 no IFTO. Na tabela 15 é possível verificar que entre os anos de 2012 e 2013, e posteriormente no ano de 2015, ocorreram concursos com o maior número de vagas para servidores. Segundo dados da Direção de Gestão de Pessoas - DGP do Campus Palmas, em 2019 e 2020 não foram mais realizados certames.

Tabela 15. Evolução dos concursos públicos para docentes e técnicos administrativos entre 2012 - 2018

Abertura de

Número de vagas ofertadas

Concurso Público	Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico	Técnicos Administrativos em Educação		
		C*	D*	E*
Ano				
		19	29	18
2012	53	14	22	7
2013 (2 certames)	49	0	0	0
2014	0	8	21	17
2015	41	8	23	23
2016	9	1	10	12
2017	17	0	1	3
TOTAL	208	41	110	82

Fonte: Elaboração Própria com dados do Relatório de Ações 2018, IFTO

*Classificação de TAE conforme nível de escolaridade

Também, de acordo com dados obtidos através da DGP do Campus Palmas, em março de 2020, o Instituto Federal do Tocantins registrava no seu quadro funcional, 1294 servidores sendo que cerca de 40 deles estão inativos, ou seja, foram cedidos, aposentados, estão em cooperação técnica ou status semelhante. Os demais servidores estão lotados nas Unidades da instituição conforme tabela a seguir.

Tabela 16. Quantidade de Servidores do IFTO por Campi

UNIDADE	Técnicos		
	Docentes	Administrativos	TOTAL
Reitoria	*	90	90
Campus Araguaína	55	48	103
Campus Araguatins	75	109	184
Campus Colinas do Tocantins	41	34	75
Campus Dianópolis	38	34	72
Campus Gurupi	49	41	90
Campus Palmas	233	109	342
Campus Paraíso do Tocantins	65	44	109
Campus Porto Nacional	52	45	97
Campus Avançado Formoso do Araguaia	17	10	27
Campus Avançado Lagoa da Confusão	13	11	24
Campus Avançado Pedro Afonso	16	11	27

Fonte: Elaboração Própria com dados do PDI 2020. IFTO

* Não há docentes lotados na reitoria por ser uma unidade administrativa, contudo, mais de 30 estão em exercício em cargos de comissão como gerentes, pró-reitores e reitor.

Os docentes do IFTO, conforme a necessidade da Instituição e o que dispunha nas vagas dos seus respectivos certames públicos de ingresso, tem regime de trabalho de 20 horas, 40 horas ou de dedicação exclusiva, ou seja, não podem prestar serviços em outra escola ou empresa. Além disso, atualmente o IFTO conta com cerca de 30 professores substitutos e que não estão contabilizados no quadro acima. Esses docentes são contratados temporariamente, mediante processo de seleção por um período de até 2 anos, e de acordo com a necessidade de substituição por afastamento do seu quadro de efetivos, no caso de licença por doença, maternidade, capacitação ou outro motivo previsto por lei.

Além de seus servidores docentes e técnicos administrativos em educação, o IFTO conta com a prestação de serviço de outros colaboradores que garantem o funcionamento das suas atividades. Por meio de contratos com empresas terceirizadas, a instituição dispõe de colaboradores nas áreas de recepção, vigilância, limpeza, jardinagem ou manutenção. Também, de forma terceirizada e por meio de concorrência pública, contrata seus Restaurantes Universitários – RU, e suas cantinas.

Em relação aos cursos ofertados pelo Instituto Federal do Tocantins, conforme já fundamentado no Capítulo 1, existe uma obrigatoriedade, descrita na Lei de criação dos IFs (11.892/2008), que deve garantir 50% das vagas ofertadas para a modalidade de cursos técnicos, e 20% para as licenciaturas e atuação nos cursos de qualificação profissional, tecnologia, pós-graduação, pesquisa e extensão. Também, obrigatoriamente, 10% do número total de matrículas do ano anterior, devem ser destinadas aos cursos ofertados pelo PROEJA. A oferta dos 20% restantes, fica a critério de cada Instituição levando em conta suas especificidades, as cadeias produtivas e a demanda local e regional (BRASIL, 2018).

Além disso, existem instrumentos como o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos – CNCT, e o Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia – CNST, que orientam e normatizam a oferta dos cursos da instituição. Ou seja, além da obrigatoriedade nas vagas das modalidades de cursos, estes, devem ser planejados e executados de acordo com os instrumentos elaborados pelo governo federal, onde estão descritas informações como carga horária, campos de atuação profissional (de acordo com a CBO), certificações, etc.

No Instituto Federal do Tocantins, são ofertados nas modalidades presencial e a distância, cursos técnicos subsequentes, técnicos integrados, licenciaturas, bacharelados, tecnólogos, de qualificação e de pós-graduação (IFTO, 2018). A oferta destes cursos no IFTO, além de acatadas as determinações regidas por Lei, estão condicionadas a fatores como a demanda de estudantes da região, a dinâmica do setor produtivo e das vocações regionais e as políticas públicas educacionais. Para atendimento desse processo de democratização, são

formadas comissões compostas pela comunidade local, autoridades públicas e por especialistas da Instituição, que orientados pelas normais legais necessárias, apresentam suas proposições de oferta de cursos.

Com a ampliação do número de unidades do Instituto Federal do Tocantins, dos seus cursos e vagas, a quantidade de alunos atendidos também cresceu. Os processos seletivos, antes realizados em cada Campi, agora são realizados sistematicamente em todas unidades, através de processo unificado realizado pela Reitoria do IFTO (IFTO, 2018).

A tabela abaixo apresenta a evolução do número de cursos, vagas oferecidas, número de inscritos nos processos de seleção, de matrículas realizadas e de concluintes entre os anos de 2010 a 2018. Também apresenta uma grande variação, principalmente em relação aos números de inscritos a partir de 2011, o que pode ser reflexo do processo de expansão dos Institutos Federais. Os dados foram obtidos por meio de relatórios de gestão da Secretaria de Educação Tecnológica – SETEC (2012 – 2016), Censo da Educação Superior (2010 – 2016) e da Plataforma Nilo Peçanha de 2018.

Tabela 17. Evolução do número de cursos, vagas, inscritos, matrículas, concluintes e ingressantes nos Campus do IFTO entre 2010 e 2018

ENSINO PRESENCIAL	ANO							
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017/18
N.º de cursos	48	57	59	57	67	77	79	74
Vagas oferecidas ao ano	2.728	3.930	3.828	3.158	3.669	4.005	4.315	4.295
N.º de inscritos	495	11.202	20.633	13.251	15.677	17.589	20.068	46.319
N.º de matrículas atendidas	1.555	1.269	8.770	12.568	11.402	11.098	12.216	14.264
N.º de concluintes	31	34	974	1.141	1.028	879	1.412	2.227
Ingressantes	783	714	3.681	3.048	3.474	3.605	3.969	4.061

Fonte: Elaboração Própria com dados da SETEC – MEC

Atualmente, com informações do ano base de 2018, a Plataforma Nilo Peçanha apresenta os seguintes dados do Instituto Federal do Tocantins: 11 unidades, 147 cursos, 14.308 matrículas, 4.592 ingressantes, 2.197 concluintes, 5.175 vagas e 21.352 inscritos. Cabe ressaltar, que os dados apresentados na Plataforma são baseados no Guia de Referência

Metodológica da PNP, e confere “status” específico da situação do estudante.

Segundo dados coletados pelo SISTEC (sistema de registro, divulgação de dados e de validação de diplomas de cursos de nível médio da educação profissional e tecnológica), em agosto de 2019, o IFTO registrou 11.621 estudantes matriculados nas suas diversas Unidades, no ensino presencial ou à distância, e distribuídos nas modalidades abaixo relacionadas:

- a) formação inicial e continuada: **492** matriculados;
- b) técnico subdividido em integrado e concomitante (presencial e a distância), subsequente (presencial e a distância) e PROEJA: **5.677** matriculados;
- c) bacharelado: **1.667** matriculados;
- d) licenciatura: **1.958** matriculados;
- e) tecnologia: **596** matriculados;
- f) especialização **211** matriculados;
- g) mestrado: **20** matriculados.

O Instituto Federal do Tocantins, realiza também muitos programas, eventos, treinamentos e outras atividades que envolvem todas as unidades, servidores e comunidade onde atua. A figura 7 destaca alguns desses registros.

Figura 7. Número de ações registradas pelo IFTO até 2018



Fonte: Portal FTO

2.4 PERFIL DOS ESTUDANTES DO IFTO

Conforme descrito no Plano de Desenvolvimento Institucional do Instituto Federal do Tocantins, o estudante pode ser caracterizado como:

Um sujeito que deve ter respeitada sua história, seu gênero, sua idade, crença e seu contexto social e ser visto e se ver como um cidadão profissional em contínua formação, que enxerga o mundo do trabalho como algo que não se encerra em si mesmo, ao mesmo tempo em que capta nele as possibilidades de aprendizagem e descoberta (PDI, 2020).

Além disso, a educação oferecida pelos Institutos Federais é peculiar, não só em relação aos cursos oferecidos em diferentes níveis e modalidades, como cursos FIC, PROEJA até pós-graduações, presenciais ou a distância, como também no tocante aos seus estudantes, por serem de origens extremamente diversas, tanto em relação aos termos sociais como acadêmicos (BRASIL, 2013). Segundo Maraschin e Silveira (2019), levando em consideração a realidade e heterogeneidade dos discentes, a análise do perfil do estudante pode apresentar dados relevantes para o desenvolvimento de ações em prol da permanência, aprendizagem e êxito dos estudantes.

No Instituto Federal do Tocantins, a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis – PROAE, é o órgão executivo ligado a Reitoria que tem a competência de planejar, fomentar, implementar, acompanhar e avaliar as políticas de assuntos estudantis do IFTO (PDI, 2020). O órgão conta com Diretorias e Coordenações sistêmicas que estendem-se as Unidades da Instituição, com uma estrutura de profissionais incumbidos na articulação e promoção de ações, que garantam a inclusão e a democratização de procedimentos por meio da participação dos estudantes (PDI, 2020).

Inicialmente, é necessário contextualizar o acesso do estudante ao Instituto Federal do Tocantins que é realizado por meio da Coordenação de Acesso Estudantil – CACE. A Coordenação, dentre outros objetivos, deve garantir o acesso do estudante aos cursos presenciais de nível técnico e de graduação ofertados pelo IFTO. Neste sentido, é responsável pela gestão dos vestibulares por meio de editais e planos de ação para divulgação dos cursos ofertados pela instituição.

Os certames para acesso ao IFTO, atualmente podem ser realizados de duas maneiras. Ou pelo vestibular unificado realizado pela própria instituição ou pelo Sistema de Seleção Unificada – SISU, que é utilizado pelas instituições públicas de ensino superior para oferecer

vagas a candidatos que fizeram o Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM, do ano anterior. A unificação dos vestibulares do IFTO, é consolidada conjuntamente por todos os Campi através da padronização dos editais, publicação de informações, datas e cadernos de provas por via única. De acordo com o PDI, essa unificação do acesso, gera redução nos custos e aumento na visibilidade da instituição, com o qual se beneficia o próprio Instituto, seus estudantes e servidores (PDI, 2020).

O SISU foi instituído pelo Ministério da Educação com o objetivo de democratizar o acesso à educação superior (MEC, 2010), e sua oferta é realizada no IFTO semestralmente, por meio de termo de adesão. Dessa forma, formalizado em cada certame, a oferta de cursos pelo sistema é conduzida pela Coordenação de Acesso Estudantil e pelas comissões locais, compostas por servidores designados por meio de portarias específicas, emitidas pelas Unidades de ensino.

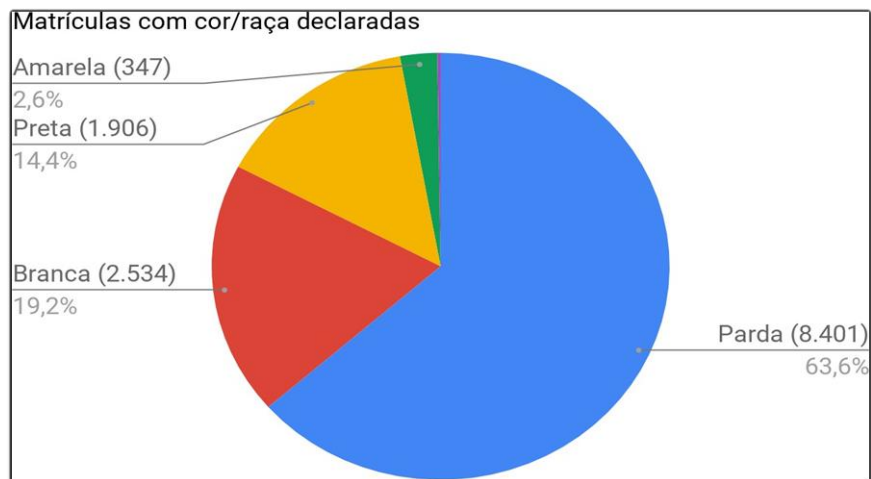
Realizados os processos de seleção, o estudante ingressante no Instituto Federal do Tocantins, deverá, no ato da pré-matrícula ou matrícula, declarar algumas informações, por meio de questionários que são aplicados na Unidade para a qual esta se candidatando. O instrumento inclui perguntas como raça e renda, contudo alguns estudantes acabam por não declarar esses dados, já que o objetivo naquele momento é efetuar a matrícula e não é necessária a comprovação das informações declaradas. Posteriormente, quando da concessão de auxílios estudantis, são realizadas outras triagens pela Coordenação de Assistência ao Estudante da Instituição, onde são exigidas a validação das informações.

Ainda que escassas, as informações obtidas com os dados fornecidos pelos estudantes no ato da matrícula, são repassados a equipe da Plataforma Nilo Peçanha. Criada em 2017, pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do MEC, a plataforma digital, destina-se à “coleta, tratamento e publicização de dados oficiais da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica” (MEC, 2018). Ou seja, compõem informações específicas da educação profissional e tecnológica, seus cursos, corpo docente, discente e técnico-administrativos, além de dados financeiros, com o objetivo de monitorar os indicadores de gestão definidos pela SETEC/MEC, em conjunto com os órgãos de controle.

Com informações da Plataforma Nilo Peçanha do ano base de 2018, a PROAE publicou no Plano de Desenvolvimento Institucional (2020-2024), uma pesquisa de perfil dos estudantes do Instituto Federal do Tocantins. Dentre o quantitativo de estudantes que declararam cor/raça e renda durante a aplicação do questionário no ato de matrícula, foram retiradas as informações para caracterização do perfil do discente apresentadas no documento, e que serão sucintamente apresentadas a seguir.

De acordo com o percentual geral de estudantes por cor/raça, constata-se que 63,6%, ou seja, mais da metade dos estudantes da instituição, classifica-se como pardos, 19,2% como brancos, 14,4% pretos e, somente 2,6% como amarelos, conforme a figura a seguir.

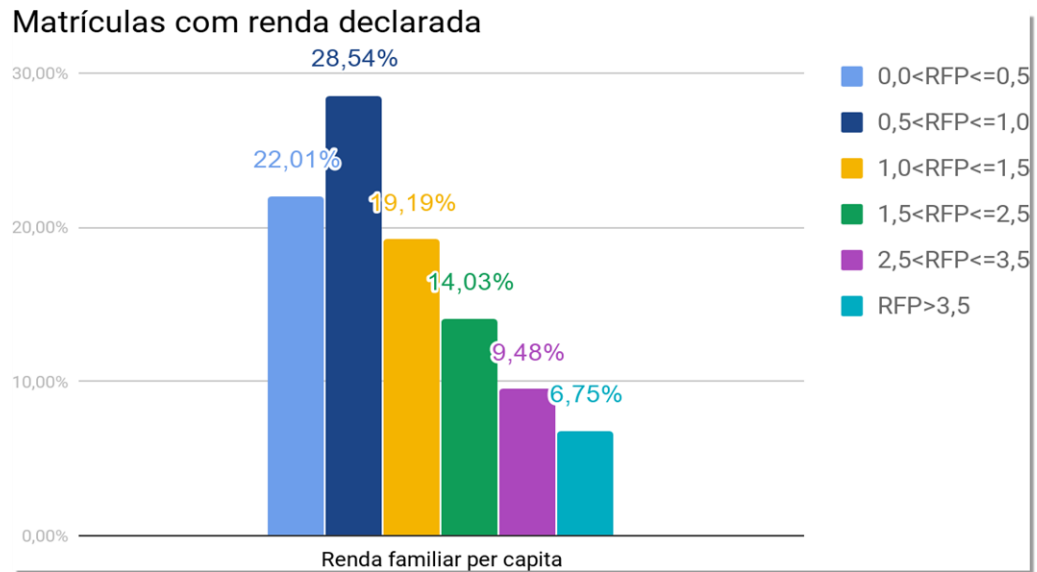
Figura 8. Porcentagem de matrículas por cor/raça do IFTO até 2018



Fonte: PDI 2020, IFTO

Já, de acordo com a renda declarada pelos estudantes (declarada em salários mínimos por pessoa da família - RFP – renda familiar *per capita*), 69,74% têm renda familiar *per capita* de até 1,5 salário mínimo, ou seja, um alto índice de estudantes em situação de vulnerabilidade (IFTO, 2020). A figura abaixo destaca as matrículas por renda familiar *per capita* extratificada por salários mínimos, entre 0 e mais de 3,5 salários.

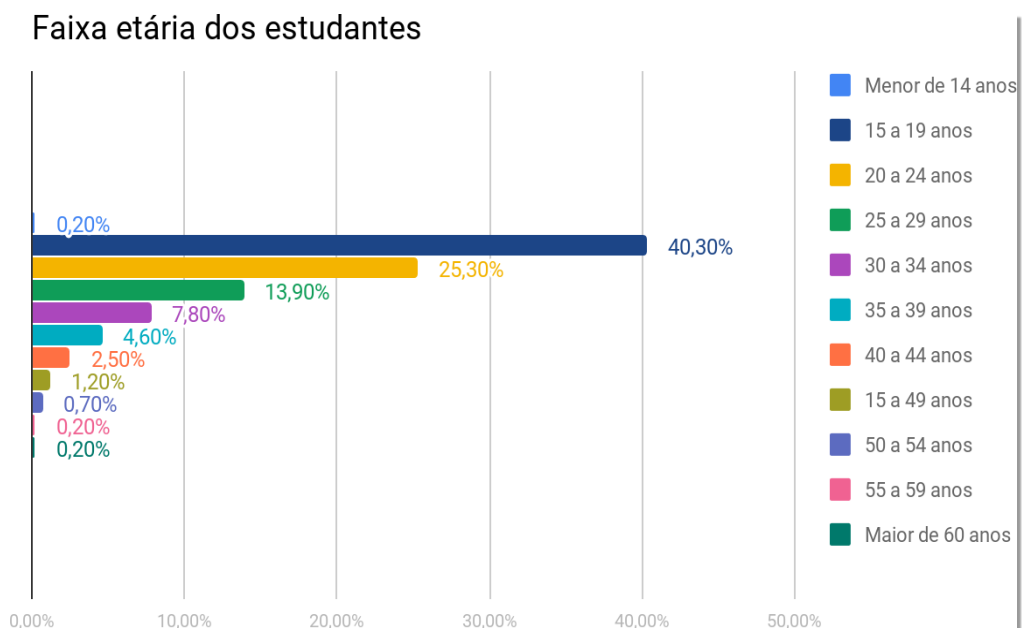
Figura 9. Renda *per capita* dos estudantes do IFTO



Fonte: PDI 2020, IFTO

Também foi possível identificar que o sexo feminino representa a maioria dos estudantes com 54,9%, do Instituto Federal do Tocantins, e o sexo masculino apresenta 45,1% dos discentes. Já, em relação a faixa etária dos estudantes do IFTO, a maior parcela (40,30%) possui entre 15 e 19 anos (conforme figura 10), podendo ser o resultado da característica da instituição, que oferta os cursos técnicos integrados ao ensino médio.

Figura 10. Faixa etária dos estudantes do IFTO



Fonte: PDI 2020, IFTO

A identificação do perfil e das características dos estudantes deve subsidiar as ações que visem a permanência e desenvolvimento acadêmico do discente na Instituição. Além disso, poderá nortear a Instituição em relação a oferta de assistência estudantil adequada ao perfil local, e não somente pelas políticas públicas criadas nacionalmente, sem levar em conta a cultura regional, e adequação ao perfil social e econômico.

No Instituto Federal do Tocantins, a Política de Assistência Estudantil foi regulamentada no ano de 2011, e alterada em 2014 com a estruturação do novo Regulamento em dois eixos: 1) Universal, que destina-se a todo e qualquer estudante regularmente matriculado no IFTO, de forma universal ou por meritocracia; e 2) Assistência e Apoio, definindo-se o público beneficiário por comprovada vulnerabilidade social (IFTO, 2020).

A implantação e a criação de mecanismos e instrumentos, visando à organização e sistematização de dados para verificar o sucesso (ou não) das ações de assistência estudantil do IFTO, foram determinadas no PDI 2015–2019, contudo não foram executadas de modo sistematizado. O documento elaborado para 2020-2024, justifica e reitera que:

[..] quiçá por ausência de instrumentos e mecanismos para mensurar o impacto desse recurso e/ou pelo direcionamento estratégico aos agentes responsáveis pela demanda, apesar de a aplicação do recurso ter sido efetiva nas ações e atividades dos eixos Universal e de Assistência e Apoio (PDI, 2020).

É nesta perspectiva que a presente pesquisa tem utilidade para o Instituto Federal do Tocantins, particularmente para o Campus Palmas, porque se obteve informação primária sobre os estudantes, mediante um questionário aplicado diretamente aos discentes, com o objetivo de conhecer suas características socioeconômicas e consultar seus hábitos culturais e suas necessidades para melhorar sua condição de vida e seu rendimento acadêmico. Na mesma perspectiva, se fez pesquisa com as pessoas chave, encarregadas da política de assistência estudantil, para dialogar sobre as ações atuais, bem como sugerir ações com base nas informações obtidas na pesquisa de campo realizada.

3 CARACTERÍSTICAS DOS ESTUDANTES DO IFTO, CAMPUS PALMAS

Este capítulo apresenta inicialmente a caracterização do Campus Palmas e alguns dados dos seus estudantes, extraídos da Plataforma Nilo Peçanha – PNP, do ano base de 2018. Em seguida, identifica as pesquisas de campo e os procedimentos realizados, incluindo a seleção da amostra, a metodologia aplicada no desenvolvimento do estudo, a análise e discussão dos resultados da pesquisa com os estudantes, e das entrevistas com as assistentes sociais. Por fim, são incluídas as propostas para subsidiar a política de assistência estudantil aos discentes do Campus Palmas do IFTO.

3.1 CARACTERIZAÇÃO DO CAMPUS PALMAS E SEUS ALUNOS

O Campus Palmas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins, foi criado com a publicação da Lei nº 8.670 de 30 de junho de 1993, na época então Escola Técnica Federal de Palmas (ETF-PALMAS) e, após um longo período de procedimentos para a sua construção, foi oficialmente inaugurada em abril de 2003, ofertando três cursos técnicos: Edificações, Eletrotécnica e Informática.

Em 2004, a ETF-Palmas realizou mais um processo seletivo ofertando seis novos cursos técnicos subsequentes: Eletrônica, Agrimensura, Gestão em Agronegócio, Turismo e Hospitalidade, Secretariado Executivo e Saneamento Ambiental. Em janeiro de 2005, iniciou a oferta de cursos de Ensino Profissional Integrado ao Ensino Médio, nos cursos de Edificações, Eletrônica, Eletrotécnica e Informática. Em dezembro, a instituição teve seus quatro primeiros Cursos Superiores de Tecnologia – CSTs: CST em Construção de Edifícios, Gestão Pública, Sistemas Elétricos e CST em Sistemas para Internet. Implementou também, no segundo semestre do mesmo ano, o Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA (IFTO, 2015).

Com a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, pela Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008, a Escola Técnica Federal de Palmas, passou a se denominar Campus Palmas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins - IFTO. Atualmente, o Campus oferta cursos nas modalidades de técnico integrado ao ensino médio, técnico subsequente, técnico EaD, superior (Bacharelados, Licenciaturas e de Tecnologia), PROEJA e pós-graduações. Além disso, também são ofertados cursos de formação inicial e continuada, voltados à capacitação rápida da comunidade para o mercado de trabalho. O

Campus Palmas desenvolve ainda diversas atividades de extensão e pesquisa, que contribuem para o desenvolvimento da sociedade em geral (IFTO, 2020).

Desde o surgimento do Campus Palmas, ainda denominada Escola Técnica Federal, foram publicados vários documentos de apresentação de sua infraestrutura e de orientação de suas atividades, além de descrever a condução das ações e estratégias implementadas futuramente pela Instituição. Contudo, conforme análise realizada pela pesquisadora, os princípios, finalidades, missão e visão descritos ainda em 2006, são praticamente os mesmos apresentados na versão atualizada do PDI 2020-2024 do IFTO.

Neste entendimento, as atividades didático-pedagógicas e institucionais do Campus Palmas, tomam por referência a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (PDI, 2006).

Para articular as atividades didático-pedagógicas da Instituição, com os programas públicos e privados de desenvolvimento socioeconômico do Tocantins, o Campus Palmas devidamente subsidiado pelas informações oficiais de desempenho e tendências de crescimento do Estado, tem a incumbência de ofertar e reformular os cursos tecnológicos, propor novos cursos, flexibilizando currículos, de modo a acompanhar a evolução da ciência e tecnologia e atender as demandas de qualificação da cidade e região (PDI IFTO, 2005-2010).

Com uma capacidade para atender mais de 4.000 alunos, o Campus Palmas ocupa, hoje, uma área de 128.508,38m², com aproximadamente 25 mil m² de área construída. As instalações físicas estão distribuídas em: 72 salas de aula, dois blocos destinados à área administrativa e consultórios médico-odontológicos, uma biblioteca; um laboratório da área de educação física; cinco laboratórios da área de construção civil; um laboratório de física; oito laboratórios da área de indústria; um laboratório de biologia; um laboratório de química; 14 laboratórios de informática; dois laboratórios de desenhos; um telecentro; um auditório com capacidade para 230 pessoas e um complexo esportivo, com ginásio, campo de futebol, quadras poliesportivas e piscina. Além disso, o Campus conta com um refeitório, duas cantinas e vários espaços externos arborizados e equipados com mesas, cadeiras e balanços destinados aos momentos de descanso ou lazer dos alunos e servidores (IFTO, 2020).

O ensino constitui a “razão de ser” de uma Unidade de educação, contudo, para atender à demanda e expectativas da sociedade, os recursos humanos e a infraestrutura física devem estar em constantes adequações. Para tanto dependem de uma estrutura de gestão, distribuídas em diretorias, gerências, coordenações ou outros setores administrativos.

Neste entendimento, o Campus Palmas dispõe de mais de 340 servidores, entre eles 233 professores e 109 técnicos administrativos em educação, que tem a função de assegurar as atividades acadêmicas e laborais. Além disso, conta com mais de 70 colaboradores terceirizados atuando na área de segurança, serviços gerais, serviços de atendimento ou ainda atuando no refeitório e cantinas do Campus.

A natureza e finalidade do Campus Palmas, estão caracterizados na minuta do seu Regimento Interno, que disciplina as atividades comuns aos vários órgãos e serviços integrantes da sua estrutura organizacional.

O Campus Palmas, com sede na cidade de Palmas, do Estado do Tocantins, unidade descentralizada do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins, dotado de autonomia para realizar gestão administrativa, financeira, patrimonial, didática, acadêmica e disciplinar, tem por finalidade formar e qualificar profissionais, nos vários níveis e modalidades de ensino, para os diversos setores da economia, realizar pesquisa e desenvolvimento de novos processos, produtos e serviços, em estreita articulação com os setores produtivos e a sociedade, oferecendo mecanismos para a educação continuada (IFTO, 2019).

O Campus está localizado na cidade de Palmas, capital mais nova do Brasil, fundada em maio de 1989, e a maior cidade do estado do Tocantins, com aproximados 300 mil habitantes. A cidade foi concebida para ser o centro administrativo do estado do Tocantins, portanto o principal setor econômico de Palmas são os serviços. No setor produtivo se destacam de forma predominante a pecuária bovina de corte, grãos e fruticultura. O setor industrial do município ainda é incipiente, com algumas fábricas de materiais de construção e empreendimentos caseiros de alimentos e confecções (IFTO, 2019).

A trajetória da Instituição, tem seu desenvolvimento alinhado com o estado e com o país nas transformações que vivenciou. A construção da capital atraiu grande contingente de pessoas não apenas de outros estados, mas também dos municípios tocaninenses, grande quantidade de jovens em busca de trabalho e estudo, deslocaram-se para a nova capital. “Sua construção foi importante para o processo de urbanização do estado do Tocantins, até a construção da nova capital, as áreas mais urbanizadas encontravam-se às margens da BR – 153” (TOCANTINS, 2017).

A cidade de Palmas está localizada no centro do estado, a margem do Rio Tocantins, e cercada pelas serras do Carmo, Lajeado e pelo distrito de Taquarussu, constituindo, portanto, um forte potencial para o turismo. Além disso, conta com um lago que foi formado pela Usina Hidrelétrica de Lajeado, resultante do processo de represamento do Rio Tocantins e 5 praias que funcionam o ano inteiro (PALMAS, 2020).

Palmas foi planejada para promover o desenvolvimento e a sustentabilidade do estado, é uma das cidades brasileiras que apresenta maior crescimento demográfico, com uma população bastante jovem e expectativa de desenvolvimento socioeconômico (IFTO, 2005). A capital configurou-se como centro de integração regional do estado, e assumiu o comando no processo de integração política, econômica, populacional e educacional (TOCANTINS, 2017).

3.1.1 Estudantes do Campus Palmas

Para a realização deste estudo, além da análise dos documentos institucionais, foram consultados programas, plataformas e setores institucionais do Campus Palmas. No caso das informações dos estudantes, após formalização da Direção Geral, foram realizadas consultas junto a Secretaria Acadêmica que inicialmente apresentou o número de 20.294 estudantes que ingressaram no Campus desde o início de suas atividades, em todas os cursos e modalidades existentes, inclusive os ofertados à distância e os cursos de curta duração.

Segundo dados da Secretaria Acadêmica, destes mais de 20 mil estudantes, 8.456 abandonaram a Instituição, 1.379 foram desligados, 515 transferidos, 299 integralizados, 5.024 concluíram e o restante está em Curso, ou seja, cerca de 4.600 estudantes. Também não é possível detectar o alto índice de abandono dos estudantes, cerca de 41,63%, uma vez que não ocorreu nenhum estudo ou pesquisa que pudesse identificar as causas do número elevado das referidas evasões.

Neste entendimento, o número de inscritos apontados, pode referir-se a um interesse inicial em retornar para a escola ou iniciar um curso, contudo nem todos dão continuidade ao processo de admissão ou mesmo comparecem ao processo seletivo, o que pode interferir nesta porcentagem. Destacam-se nestes números, todos os cursos ofertados pelo Campus, ou seja, cursos de PROEJA, Técnicos Subsequentes, Médios Integrados ao Técnico, Superiores de Tecnologia, Bacharelados, Licenciaturas e Pós-graduações lato e stricto sensu, Cursos FIC, PRONATEC, tanto nas modalidades presenciais, como à distância.

Dados obtidos na Plataforma Nilo Peçanha – PNP, com ano base de 2018, apontam 7.825 inscritos, 5.323 matrículas, 1.535 ingressantes, 1.741 matrículas e 613 concluintes nos

57 Cursos ofertados pela unidade de Palmas (PNP, 2020). Especificamente os cursos técnicos subsequentes presenciais do Campus Palmas já somaram 5.757 matrículas, em situação de concluídas, em curso, integralizadas, desligadas ou ainda estudantes que abandonaram um dos 14 cursos que já foram ou ainda estão sendo ofertados pelo Campus Palmas (IFTO, 2020). Neste entendimento, os cursos Técnicos Subsequentes presenciais, representam o maior número de matrículas do Campus Palmas, desde sua criação, há 17 anos atrás. Dentre os principais ainda ofertados, destacam-se os cursos técnicos em: Controle Ambiental, Segurança do Trabalho, Automação Industrial, Eletrotécnica, Secretariado, Informática, Agrimensura e Edificações.

Em relação a oferta destes cursos, o Plano de Desenvolvimento Institucional da Escola Técnica Federal de Palmas de 2005, já preconizava que justamente nos setores de indústria e serviços, o Campus Palmas poderia contribuir, conforme descrito abaixo.

A Unidade poderia melhor contribuir com o seu modelo de educação tecnológica, na formação de profissionais, na prestação de serviços, na produção de equipamentos e no atendimento a outras demandas de desenvolvimento socioeconômico para o Estado, a fim de que esta parte do Brasil deixe de ser um importador veemente, inclusive em termos de mão-de-obra (IFTO, 2005).

A PNP (2020), também classifica que do total de matrículas dos estudantes, 60% são do sexo masculino e 40% do sexo feminino. Além disso, especifica que a maioria dos estudantes tem de 20 a 24 anos, seguidos pela faixa etária de 15 a 19 anos e de 25 a 29 anos, determinando assim um público estudantil jovem no campus Palmas do IFTO.

Em relação a raça, e ao ano base de 2018, a Plataforma Nilo Peçanha (2020), aponta uma maioria de estudantes, cerca de 62% de cor parda, 21% de branca e 14% de negros. Alguns entrevistados não declararam sua cor ou raça, contudo apenas 2 estudantes se declararam como indígenas. Por fim, em relação a renda familiar, 32% dos estudantes declararam renda menor que um salário-mínimo, 25% de até um salário-mínimo, 21% de até 2,5 salários-mínimos e 12% não declararam renda. Os dados da PNP apontam, portanto, um total de 57% de estudantes que são muito pobres, pois declaram ter renda de até um salário-mínimo.

3.2 PESQUISAS DE CAMPO

Após o consentimento da Direção Geral do Campus Palmas, para a aplicação da pesquisa de campo com os estudantes, foi realizada a seleção da amostra para aplicar o questionário elaborado, e realizado um trabalho junto aos servidores do Campus Palmas,

explicando a eles que iria ser realizada esta pesquisa e precisava da sua cooperação. Inicialmente, foram contatados os coordenadores e professores dos Cursos Técnicos de Agrimensura, Eletrotécnica, Secretariado e Segurança do Trabalho, para apresentação da proposta e solicitar a colaboração para aplicação do documento.

Importante ressaltar que todos os professores contatados foram extremamente receptivos a proposta, solicitando inclusive que a pesquisadora posteriormente, apresentasse os resultados em reuniões de colegiado dos cursos.

Posterior a aplicação da pesquisa de campo com os estudantes, foi necessária a elaboração de entrevistas direcionadas às assistentes sociais do Campus Palmas. Tal instrumento se fez necessário com vistas a compreender as características dos estudantes, sob o ponto de vista dessas servidoras que acompanham a vida acadêmica dos discentes.

3.2.1 Seleção da Amostra

A escolha da amostra se fez necessária dada a quantidade e diversidade das modalidades de cursos que o Campus Palmas oferta a comunidade, e que já foram descritos anteriormente. Dessa forma, optou-se pelos Cursos Técnicos Subsequentes presenciais, pois a Rede Federal de Educação Profissional Técnica e Tecnológica (RFEPT) surgiu com a oferta exclusiva de cursos profissionalizantes de qualificação, o que dá mais sentido a escolha dos cursos pela pesquisadora. Além disso, os cursos escolhidos foram os primeiros ofertados pela Instituição e apresentam o maior número de estudantes matriculados, justificando, portanto, a seleção dessa modalidade como sendo mais representativa para a pesquisa. Dessa forma, foram selecionados os cursos técnicos de Agrimensura, Eletrotécnica, Secretariado e Segurança do Trabalho.

Conforme já explicitado anteriormente, os cursos são os mais antigos em criação (entre os anos 2003 e 2005) e continuam tendo oferta pelo Campus Palmas. Atualmente, em status de “em curso”, segundo dados fornecidos pela Secretaria Acadêmica do Campus Palmas em 18 de maio de 2020, totalizam 279 estudantes matriculados nos 4 cursos técnicos subsequentes presenciais.

Para esse estudo, foram subtraídos os estudantes inscritos nos primeiros módulos, já que o semestre havia iniciado há pouco mais de um mês e os novos estudantes não saberiam responder a totalidade das perguntas do instrumento de pesquisa, e expressar suas opiniões com uma vivência clara sobre a sua permanência no Campus. Neste contexto, foram considerados os estudantes matriculados nos segundos e terceiros períodos dos cursos para cálculos de amostra, ou seja, 138 estudantes. Destes, 27 estudantes foram do Curso Técnico de

Agrimensura, 35 do Curso de Eletrotécnica, 40 de Secretariado e 36 de Segurança do Trabalho. Dessa forma, e em consulta a dados estatísticos, foi estipulada como amostra representativa e significativa para a pesquisa, cerca 30% do total de estudantes, uma vez que a média dessa porcentagem de amostra ficou entre 20% a 28%.

Por fim, obteve-se uma amostra específica de 10 estudantes de cada curso, totalizando 40 estudantes entrevistados. A amostra definida teve êxito, já que nos dias das entrevistas havia somente 10 entrevistados em sala de aula e, nos Cursos de Secretariado e de Eletrotécnica, com mais alunos presentes, alguns deles preferiram não participar do estudo.

Em relação as entrevistas com as assistentes sociais, foram realizadas às 3 servidoras que fazem parte da equipe da Direção de Assistência Estudantil do Campus Palmas, e que prestam serviço social aos estudantes. As assistentes foram contatadas após formalizadas as consultas com a chefia imediata e ocorreram de forma voluntária. Cabe ressaltar, que esta nova pesquisa de campo, foi decidida após realizada a qualificação, para encontrar elementos adicionais na perspectiva desta dissertação, de conhecer as características socioeconômicas dos estudantes, as suas demandas e as políticas institucionais traçadas para atender suas necessidades. Destaca-se o interesse, a disponibilidade, e a firme atitude das assistentes sociais para contribuir com esta pesquisa.

3.2.2 Metodologia para Aplicação do Questionário e das Entrevistas

Após agendado com os professores e coordenadores de cada curso, o questionário foi aplicado aos estudantes dos cursos selecionados para a pesquisa, nos dias 11 e 12 do mês de março de 2020. No dia 11 de março pela manhã, foi aplicado aos estudantes dos cursos técnicos de Agrimensura e pela noite, aos estudantes dos cursos de Secretariado e Segurança do Trabalho. Já, no dia 12 de março no período noturno, o questionário foi aplicado aos estudantes do Curso Técnico em Eletrotécnica do Campus Palmas do IFTO.

Como ação introdutória à aplicação dos questionários, a pesquisadora realizou uma sensibilização junto aos alunos, com objetivo de expor os motivos e objetivos da pesquisa, buscando motivar os estudantes a participar do processo investigativo. Também foi solicitada a leitura e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE, que autoriza a pesquisadora a divulgar os dados obtidos na pesquisa. O processo de explanação e aplicação do instrumento durou cerca de uma hora em cada turma selecionada. Alguns estudantes presentes não quiseram participar, contudo, como o objetivo da amostra havia sido atingido, não foi realizada nenhuma intervenção junto aos demais.

Para a aplicação das entrevistas com as assistentes sociais, foi elaborado um roteiro com os questionamentos e enviados, via e-mail, dia 30 de maio de 2020. O retorno com as respostas se deu entre os dias 3 a 5 de junho, conforme estipulado pela pesquisadora. A aplicação do instrumento via e-mail, se deu em função da pandemia causada pelo COVID-19, iniciando um período de quarentena e de várias restrições, que foram estendidas às instituições de ensino, delimitando as atividades presenciais de funcionamento do Campus Palmas, desde o dia 16 de março de 2020.

3.2.3 Instrumentos de Pesquisa

O instrumento de pesquisa ou questionário foi elaborado visando responder os objetivos pretendidos pelo estudo. Para tal fim, foi norteado para conhecer as características socioeconômicas dos estudantes do Instituto Federal do Tocantins, campus Palmas, identificando informações como faixa salarial, gênero, idade e local de origem destes discentes. O instrumento também permitiu definir as atividades de lazer ou culturais que os estudantes costumam frequentar, e por fim constatar suas impressões quanto ao IFTO Campus Palmas e o curso que escolheram.

Os dados foram colhidos com a aplicação do questionário estruturado e intitulado **“Questionário sobre as Características Socioeconômicas dos Estudantes do Instituto Federal do Tocantins – Campus Palmas”** com um total de 19 questões, mas que subdivididas formaram 77 perguntas, destas 66 fechadas e 11 abertas ou semiabertas.

Posteriormente, foram elaboradas entrevistas com as assistentes sociais do Campus Palmas, com a finalidade de corroborar com o estudo, e compreender os objetivos, finalidades e instrumentos de política de assistência estudantil, implementadas em detrimento da formação e permanência do discente. A entrevista foi estruturada com 15 perguntas abertas.

Por fim, as informações e dados são apresentados, conforme os elementos textuais e gráficos a seguir.

3.3 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Para interpretação das respostas dos questionários aplicados aos estudantes, a tabulação foi dividida em 4 seções. A primeira se refere à identificação do estudante em relação ao sexo, raça ou cor, faixa etária, estado civil, renda, tipo de moradia, naturalidade e trabalho; a segunda refere-se aos bens aquisitivos deste estudante, do que ele possui em casa e em relação às três

últimas viagens que realizou, o local e os motivos. A terceira seção aborda a participação e frequência em atividades sociais e culturais, e a natureza dos assuntos que são abordados em família ou na escola. A quarta e última seção trata dos aspectos relacionados a vida acadêmica, ao curso e ao Campus Palmas do IFTO.

Para melhor apreensão dos resultados do questionário aplicado aos estudantes, contrastam-se as entrevistas com as assistentes sociais do Campus Palmas. Tal relação, permitiu entender o serviço social dentro da Instituição e conhecer as políticas de assistência estudantil ofertadas aos estudantes. De outra forma, também compreender as características e necessidades dos estudantes, do ponto de vista e das demandas destas profissionais.

3.3.1 Sexo, Raça, Faixa Etária, Estado Civil, Renda, Tipo de Moradia, Naturalidade e Trabalho dos estudantes.

Nessa seção foi especificado o sexo, raça, faixa etária, estado civil, renda, tipo de moradia, naturalidade e trabalho dos estudantes do IFTO Campus Palmas.

Dos 40 estudantes pesquisados, 55%, são do sexo feminino, ou seja, 22 estudantes são mulheres e 18 homens, que correspondem a 45% dos pesquisados. Já em relação a cor ou raça, 24 estudantes que correspondem a 60% do total se declararam pardos, 9 discentes ou 22,2% são pretos, 4 são brancos, 1 amarelo e 2 não responderam. Neste sentido, a pesquisa de campo realizada, apresenta dados semelhantes aos analisados na PNP, com uma maioria de estudantes declarados pardos. Ressalta-se que não foram identificados estudantes indígenas ou quilombolas na pesquisa de campo.

Foi analisado que entre os discentes declarados pardos, 35,5%, são mulheres e 9 são homens. Além disso, as mulheres declaradas de cor preta foram 5, enquanto os homens, 4. Declarados como brancos na pesquisa, 4 estudantes, entre eles dois homens e duas mulheres.

Quanto a idade, 25 estudantes ou 62,5%, estão na faixa etária de 18 a 28 anos, entre eles, 16 são estudantes do sexo feminino e 9 do sexo masculino. A etária de 29 a 39 anos contempla 30% dos estudantes, destes 8 são homens e 4 são mulheres. Somente 3 estudantes tem faixa etária de 40 a 49 anos. Percebe-se com isso, um público jovem feminino, já que também não foram identificados estudantes com 50 anos ou mais. Tais porcentagens também se assemelham as apresentadas anteriormente pela PNP.

A tabela abaixo categoriza os estudantes por sexo, idade e cor ou raça, identificando um perfil de estudante do Campus Palmas, pardos e com idade entre 18 a 28 anos.

Tabela 18. Relação de Estudantes do Sexo Feminino e Masculino por Cor e Idade

FEMININO					
	ND	AMARELA	BRANCA	PARDA	PRETA
18 A 28	0	0	2	10	4
29 A 39	0	0	0	4	0
40 A 49	0	0	0	1	1
50 A 59	0	0	0	0	0
MASCULINO					
	ND	AMARELA	BRANCA	PARDA	PRETA
18 A 28	2	0	1	3	3
29 A 39	0	1	0	6	1
40 A 49	0	0	1		0
50 A 59	0	0	0	0	0

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados coletados, 2020

Quando perguntados se trabalham, 22 estudantes (55%) afirmaram que sim e 18 (45%) estudantes declararam não trabalhar. Destes, 13 são homens e apenas 9 são mulheres. Não foi questionado aos estudantes os motivos pelos quais não trabalhavam, contudo, pode-se conceber que estejam se dedicando ao ensino com exclusividade, já que alguns cursos são ofertados no período matutino e os estudantes apresentaram um perfil relativamente jovem em relação a faixa etária, inclusive as mulheres, conforme apresentado anteriormente.

Em relação a renda pessoal ou familiar, 15 estudantes declararam que dispõem de até 1 salário-mínimo, ou seja até R\$ 1.045,00(mil e quarenta e cinco reais). Para 27 entrevistados, ou seja, uma maioria que representa 67,5% dos estudantes, a renda é de até 2 salários-mínimos, ou seja, considerados muito pobres. Para 6 entrevistados, a renda é de até 3 salários-mínimos, também considerada baixa, se mais pessoas dependerem dessa renda. A renda de 4 salários-mínimos ou mais é declarada por 5 participantes e 2 estudantes afirmam não ter renda ou não quiseram declarar.

Também é possível conceber que de acordo com a renda e o sexo, os homens declararam ter renda maior que as mulheres. A renda de 3 salários-mínimos ou mais, foi declarada por 7 estudantes do sexo masculino, e apenas por 4 do sexo feminino. Além disso, 9 estudantes do sexo feminino declararam ter renda de até 1 salário-mínimo, enquanto os homens, 6 declararam a mesma renda. Não foi possível realizar o cruzamento dessas informações por raça, uma vez que são dados muito aproximados.

Em relação ao estado civil, da totalidade dos entrevistados, 75%, ou seja 30 discentes são solteiros, 6 são casados, 1 é divorciado e 3 não responderam à questão. No que concerne ao trabalho dos estudantes, 13 homens trabalham e apenas 9 estudantes do sexo feminino exercem alguma atividade formal laboral. Além disso, apenas 5 homens solteiros não trabalham, enquanto 13 mulheres não trabalham, dentre elas 10 são solteiras, 2 casadas e uma divorciada.

Abaixo esta apresentada a tabela que cruza os dados em relação ao trabalho, estado civil e renda.

Tabela 19. Relação de Estudantes por Trabalho, Renda e Estado Civil

NÃO TRABALHA				
RENDA SM*	CASADO	DIVORCIADO	SOLTEIRO	OUTROS
0	0	0	2	0
1	1	0	5	0
2	1	1	5	0
3	0	0	1	0
4	0	0	2	0
TRABALHA				
RENDA SM*	CASADO	DIVORCIADO	SOLTEIRO	OUTROS
0	0	0	0	0
1	0	0	5	1
2	2	0	4	2
3	1	0	4	0
4	1	0	2	0

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados coletados, 2020

*renda por salário-mínimo

Segundo a moradia, 18 moram em casa própria, e 33 dos discentes residem com familiares, ou seja 82,5% dos discentes. Já 19 entrevistados moram em residências alugadas e 3 em outros tipos de moradia, que representam 55% dos entrevistados. Relacionando o tipo de moradia ao sexo, tem-se uma predominância do sexo masculino com casa própria, sendo 10 homens proprietários, enquanto 8 são do sexo feminino. No tipo de moradia de aluguel, 12 estudantes do sexo feminino declararam residir nesse tipo de moradia, enquanto apenas 7 estudantes do sexo masculino residem em imóveis alugados. Além disso, 7 dos discentes entrevistados declararam morar com amigos, sozinhos ou em outra situação.

A maioria dos estudantes que declararam ter casa própria afirmam ser de cor ou raça pardos, dentre eles 13 estudantes. Somam-se a estes 3 declarados pretos, 1 amarelo e outro não

quis ou não soube declarar sua cor ou raça. A moradia de aluguel foi declarada por 9 estudantes pardos, 5 pretos, 4 brancos e 1 estudante preferiu não declarar sua cor.

A tabela abaixo demonstra a relação de tipo de residência ou com quem residem os estudantes entrevistados.

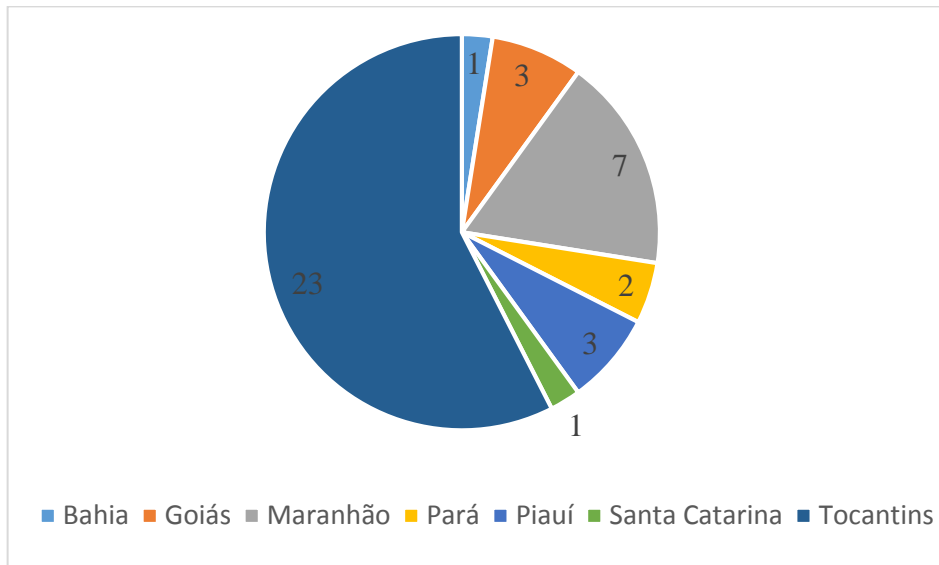
Tabela 20. Com Quem Reside e Tipo de Moradia dos Estudantes

	AMIGOS	FAMILIARES	SOZINHO	OUTROS
PRÓPRIA	0	18	0	0
ALUGADA	1	12	2	4
OUTROS	0	3	0	0

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados coletados, 2020

A moradia é considerada cara em Palmas e está em 7º lugar no ranking das capitais brasileiras, em relação ao custo de vida. Fazendo um comparativo com Goiânia, umas das capitais mais próximas de Palmas, além de Brasília, pode-se verificar que, tomando como exemplo o aluguel de uma kitchenette, localizado em uma região cara de Palmas, ele é 15,2% mais alto que da vizinha Goiânia (CUSTO DE VIDA, 2020). Neste sentido, o resultado da pesquisa de campo, demonstra estar em consonância com esses dados, já que apenas 1 estudante declarou morar sozinho.

Sobre a naturalidade dos estudantes do IFTO, 58% são do estado do Tocantins. Destes, 11 estudantes são de Palmas e outros 12 nasceram em outros municípios do interior do estado. A procedência dos demais estudantes está distribuída em outros 6 estados: 7 nasceram no estado do Maranhão, 3 no estado do Goiás, 3 no estado do Piauí, 2 no estado do Pará, 1 em Santa Catarina e 1 no estado da Bahia, conforme a figura a seguir.

Figura 11. Procedência dos Estudantes do IFTO

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados coletados, 2020

De acordo com sua naturalidade, 90% dos pesquisados são ou vieram das regiões e cidades consideradas menos desenvolvidas, segundo Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal.

Entre os 500 municípios menos desenvolvidos, o *ranking* foi dominado por municípios das regiões Nordeste (68%) e Norte (28%). A desigualdade parece estar cristalizada. Nos últimos 10 anos, os municípios das regiões Norte e Nordeste pouco conseguiram entrar no grupo dos municípios mais desenvolvidos. Pelo contrário, eles seguem dominando o *ranking* dos 500 menores IFDMs do país. Juntas, essas duas regiões continuam concentrando 96% dos municípios menos desenvolvidos do país (FIRJAN, 2018).

O Índice de Desenvolvimento Humano – IDHM, como ferramenta comparativa de classificação de municípios, também apresentou que, de acordo com a procedência de estudantes do interior do Estado, o índice é baixo ou médio, exceto pelas cidades de Paraíso, Porto Nacional e a própria capital Palmas, que apresentam um IDHM alto, entre 0,700 e 0799, segundo dados do Atlas do Desenvolvimento Humano de 2010, e conforme apresentado na tabela a seguir.

Tabela 21. IDH dos Municípios dos Estudantes do IFTO

Municípios	IDHM	Classificação
1° Goiatins	0,576	Baixo
2° Conceição do Tocantins	0,592	Baixo
3° Rio Sono	0,600	Médio
4° Araguacema	0,639	Médio
5° Novo Acordo	0,639	Médio
6° Cariri do Tocantins	0,662	Médio
7° Cristalândia	0,673	Médio
8° Tocantinópolis	0,681	Médio
9° Miracema	0,684	Médio
10° Porto Nacional	0,740	Alto
11° Paraíso	0,764	Alto
12° Palmas	0,788	Alto

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados coletados IBGE, 2020

O estado do Tocantins possui IDH médio, apesar de apresentar um índice estimado de 0,699, ou seja, no limite para atingir a classificação considerada alta, de acordo com o Atlas do Desenvolvimento Humano. Porém, está localizado na região Norte, que apresenta os índices mais elevados de desigualdade, em relação as demais regiões do país (IPEA, 2018). Contudo, o IDH Brasileiro apresenta o índice de 0,761, ou seja, considerado alto em relação ao estado e da maioria das cidades que procedem os estudantes do IFTO, Campus Palmas.

Além disso, foi possível analisar que dos 12 estudantes que migraram para Palmas, 7 são mulheres, dentre elas 5 pardas, uma preta e uma branca. Registra-se que duas delas dos municípios de Goiatins (parda) e Conceição do Tocantins (preta), analisados com os IDHMs mais baixos em relação aos demais. Em relação aos estudantes do sexo masculino, 5 migraram para a capital, dentre eles um de Rio Sono (pardo), um de Novo Acordo (amarelo), um de Tocantinópolis e 2 de Miracema, dentre eles um declarado pardo.

A cidade de Palmas pode ser uma alternativa de busca de melhores oportunidades desses estudantes, já que se classifica entre os 500 municípios mais desenvolvidos do Brasil, conforme o IFDM de 2018. Além disso, conforme já abordado anteriormente, Palmas é uma cidade planejada, e seu crescimento acumulado de 1990 a 2014, foi superior ao de todas as capitais brasileiras, atingindo 993,97%. Em relação a sua vizinha, a capital Goiana, apresentou maior

índice de crescimento populacional em 2014, com 2,91%, ou seja, muito superior ao apresentado por Goiânia no mesmo período, com 1,35% (IBGE, 2015).

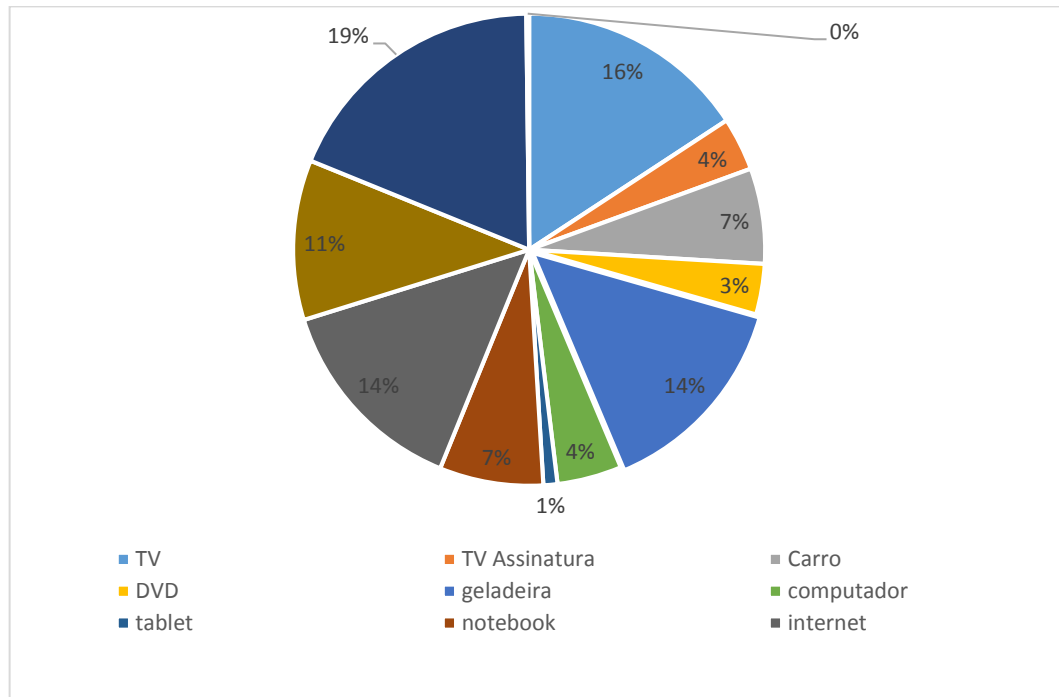
3.3.2 Itens que Possui em Casa e Viagens Realizadas

A segunda seção determina os bens que o estudante tem em casa e as viagens que realizou nos últimos três anos, bem como seus motivos para os deslocamentos. Tal seção sinaliza, em partes, o poder aquisitivo do estudante quanto aos bens que possui e as viagens que realiza.

Nesta seção pode-se constatar que o estudante do IFTO, Campus Palmas desloca-se em viagens, uma vez que 26 estudantes, ou seja 65%, responderam que viajaram a passeio nos três últimos anos. Os locais de destino variam de praias ou casas de parentes em diversas localidades do Brasil. Somente 14 estudantes afirmaram não ter viajado ou ter viajado a trabalho, neste caso apenas 4 deles.

Apesar de não ter sido o foco do estudo inicialmente, a pesquisa nas políticas de assistência estudantil e as entrevistas com as assistentes sociais do Campus Palmas, trouxe uma perspectiva dessa área de atendimento, do perfil dos estudantes do Campus Palmas. Neste sentido, foi possível aferir que os estudantes apresentam condições sociais e econômicas discrepantes, e são de diferentes classes sociais, alguns inclusive que passam fome segundo os relatos das servidoras. Na pesquisa de campo, contudo, não foi possível constatar essa condição de vulnerabilidade, e sim que os estudantes dispõem de alguns bens, conforme apresentado a seguir.

Em relação aos bens que possui em casa, é notável apresentar que todos têm acesso à tecnologia com internet móvel ou fixa, a maioria tem computadores ou notebooks e *tablets*, e ainda, alguns tem canais de TV por assinatura em casa. Contudo, em relação a ter empregados somente 1% afirmou ter auxílio para as tarefas domésticas, conforme figura abaixo.

Figura 12. Itens que Possui em Casa

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados coletados, 2020

Destaca-se que o acesso à tecnologia é considerado essencial para a competitividade e não mais um luxo, “sobretudo numa economia do conhecimento, onde um número crescente de jovens instruídos, se encontram sem opções de ascensão social” (PNUD, 2019).

3.3.3 Participação em Atividades Sociais e Culturais e Natureza de Assuntos Abordados

Foi questionado aos estudantes, a frequência que eles participam de atividades sociais, culturais ou mesmo religiosas e utilizado como parâmetro de assiduidade, os últimos 12 meses. Do mesmo modo, foi perguntado sobre a regularidade com que eles conversam com a família ou com os amigos sobre assuntos diversos como política, profissão, religião, drogas, sexo e em relação a filmes ou programas de televisão. Ou seja, nesta seção é possível identificar o estilo de vida que o estudante tem socialmente, de acordo com as atividades que costuma participar e aferir, mesmo que superficialmente, através da natureza dos assuntos abordados, um perfil cultural do discente.

A seguir são apresentadas as tabelas 21, 22 e 23, destacando as máximas, mínimas e médias das atividades e frequências que os estudantes costumam participar. A tabela abaixo

destaca a média de 6,52 estudantes, que frequentemente fazem passeios de lazer como idas aos parques e praças que a cidade dispõe.

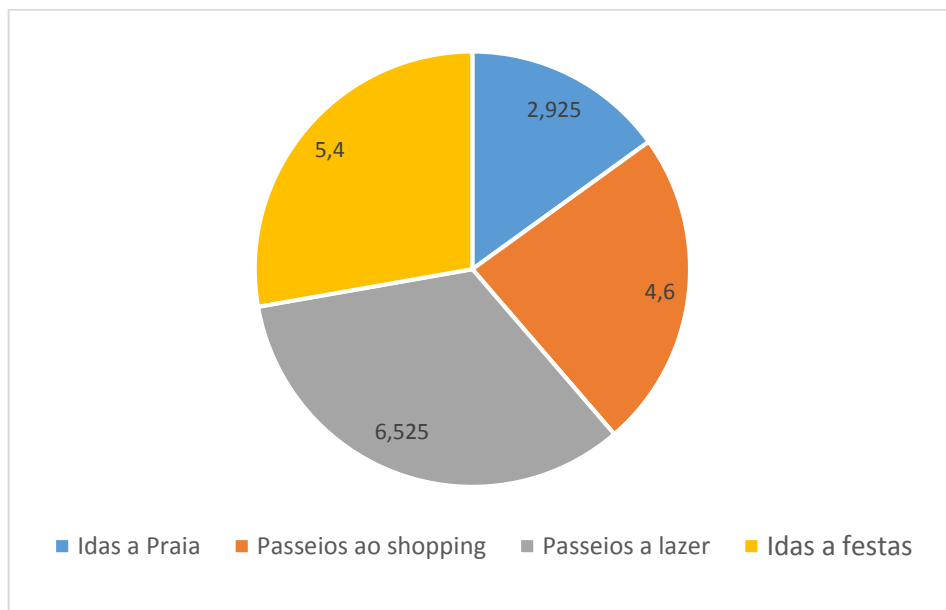
Tabela 22. Atividades e Frequência de Participação dos Estudantes

Frequência	Idas a Praia	Passeios ao shopping	Passeios a lazer	Idas a festas
Máximo	12	12	12	12
Mínimo	0	0	0	0
Média	2,925	4,6	6,525	5,4

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados coletados, 2020

Os mesmos dados são apresentados pelas figuras 13, 14 e 15. A figura 13 também destaca os passeios ao shopping como a segunda média de frequência de participação dos estudantes, seguido pelas idas a festas e a praia. Atualmente Palmas conta com 2 shoppings, localizados na região central da cidade, dispendo de vários comércios, restaurantes, supermercados e cinemas. O ambiente climatizado e as altas temperaturas, devem contribuir para os resultados dessa média de frequência, como opção de lazer.

Figura 13. Atividades e Frequência de Participação dos Estudantes



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados coletados, 2020

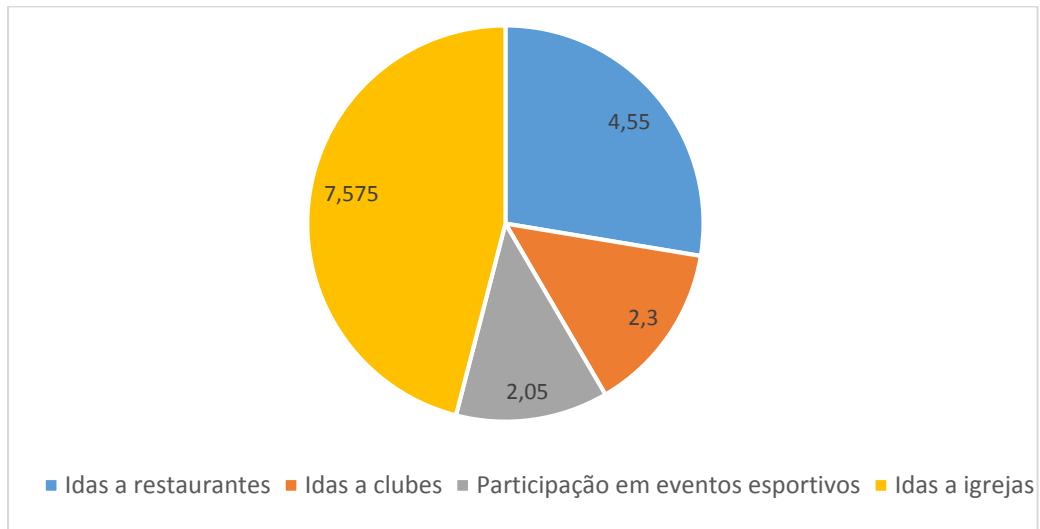
Em relação as atividades que o estudante tem o hábito de frequentar, é importante ressaltar que a cidade de Palmas, por se tratar de uma capital nova e planejada, possui muitas opções em relação a lazer e cultura. Palmas possui largas avenidas, quadras poliesportivas e diversas áreas verdes, sendo considerada uma das cidades mais arborizadas do país, segundo a Sociedade Brasileira de Arborização. Seu clima apresenta duas estações bem definidas durante o ano: de maio a setembro é temporada de sol e de outubro a abril, de chuva (PALMAS, 2020). Além disso, existem muitas opções de praias de água doce, clubes, chácaras e cachoeiras, que podem ser usufruídas durante o ano todo, devido as altas temperaturas apresentadas na capital, em média de 26.7°C, justificando, portanto, a frequência nestas opções de lazer.

Tabela 23. Atividades e Frequência de Participação dos Estudantes

Estatística	Idas a restaurantes	Idas a clubes	Participação em eventos esportivos	Idas a igrejas
Máximo	12	12	12	12
Mínimo	0	0	0	0
Média	4,55	2,3	2,05	7,575

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados coletados, 2020

A figura a seguir, destaca a maior frequência de participação dos estudantes a locais como igrejas ou templos religiosos. A tabulação apresentada também destaca a frequência de idas a restaurante com a média 4,55 de estudantes, 2,3 em clubes e 2,05 em eventos esportivos. A frequência alta em igrejas e templos é repercutida também através da realização, durante o período carnavalesco, do evento “Palmas Capital da Fé”, realizado pela Prefeitura Municipal de Palmas, e que representa a diversidade religiosa da capital (PALMAS, 2020).

Figura 14. Atividades e Frequência de Participação dos Estudantes

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados coletados, 2020

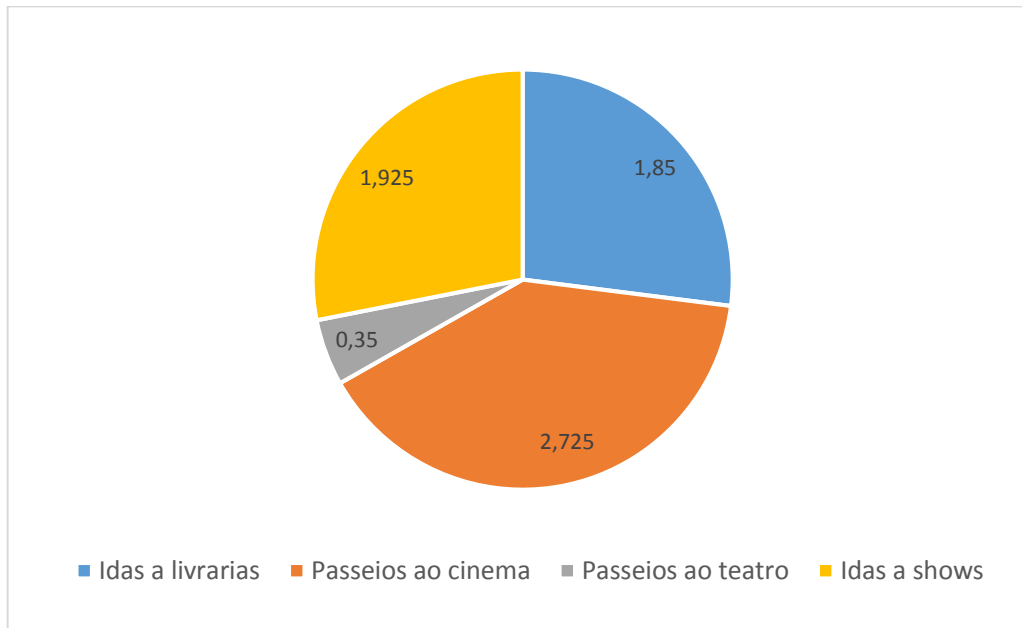
Os índices tabulados abaixo, demonstram que os passeios ao teatro são os menos frequentes dos estudantes do Campus, em relação as idas as livrarias, a shows e ao cinema, que apresentaram a maior média de participação, ocupando o sétimo lugar na média geral total, com 2,72 de frequência dos discentes em atividades sociais.

Tabela 24. Atividades e Frequência de Participação dos Estudantes

Estatística	Idas a livrarias	Passeios ao cinema	Passeios ao teatro	Idas a shows
Máximo	5	12	4	12
Mínimo	0	0	0	0
Média	1,85	2,725	0,35	1,925

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados coletados, 2020

Palmas dispõe de várias redes de cinema, inclusive com salas nos 2 shoppings da cidade. Além disso, diversas sessões são disponibilizadas gratuitamente em salas de cinema alternativas, por meio de apresentações itinerantes e exibidas através de projetos sociais e culturais, de iniciativas públicas ou privadas.

Figura 15. Atividades e Frequência de Participação dos Estudantes

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados coletados, 2020

Abaixo, apresenta-se a tabela geral com as 16 opções de lazer, entretenimento ou cultura, em conformidade com as frequências declaradas pelos estudantes do Campus Palmas. Foi possível averiguar que o estudante frequenta com mais assiduidade, as igrejas ou templos religiosos e, com menos frequência, os museus e teatros.

Tabela 25. Ranking das Atividades por Frequência

Ranking das Atividade por Frequência	Média
1º Igrejas, missas ou cultos religiosos	7,57
2º Lazer como parques ou praças	6,52
3º Festas e na casa de amigos	5,40
4º Shoppings	4,6
5º Restaurantes	4,55
6º Praias	2,92
7º Cinemas	2,72
8º Clubes	2,30
9º Eventos Esportivos	2,05
10º Shows	1,92

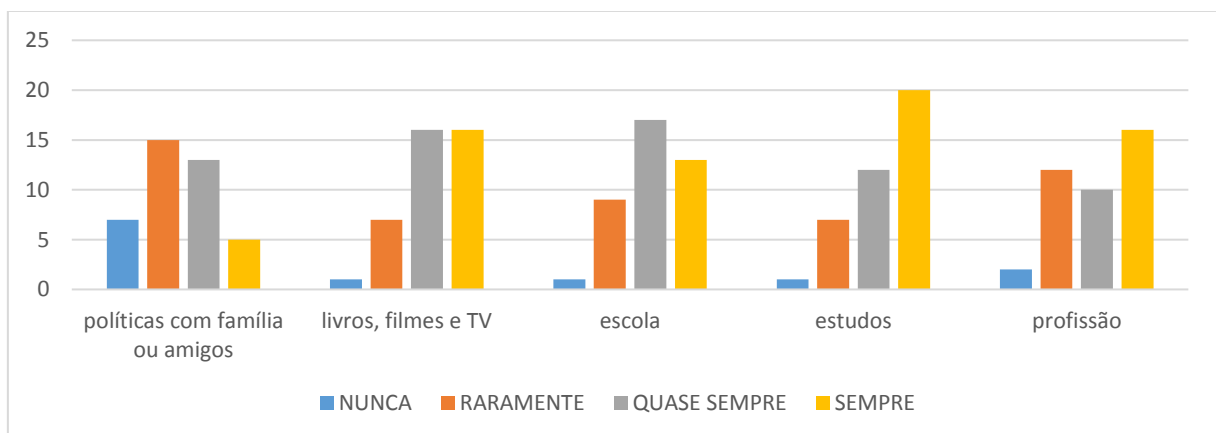
Ranking das Atividade por Frequência	Média
11º Livrarias	1,85
12º Centros Culturais	0,90
13º Bibliotecas fora da Instituição	0,87
14º Espetáculos de Dança	0,40
15º Teatros	0,35
16º Museus	0,15

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados coletados, 2020

As baixas médias de frequência dos estudantes nas atividades relacionadas a museus e teatros, não deveriam proceder, visto que Palmas dispõe de todas estas opções, inclusive localizadas na parte central da cidade, na Praça dos Girassóis, com vários Monumentos, Museu e outras opções culturais e turísticas.

Neste sentido, e sob a perspectiva de que os estudantes têm acesso a informações, e que formam seus pensamentos e opiniões criticamente, foram questionados os assuntos que são abordados com seus amigos ou familiares. De acordo com a figura 16, os assuntos relacionados a entretenimento (livros, filmes e TV), estudos e profissão, são sempre ou quase sempre abordados pelos estudantes. Também é possível constatar que as conversas políticas são as menos frequentes já que, nunca ou raramente, são tratados pelos discentes.

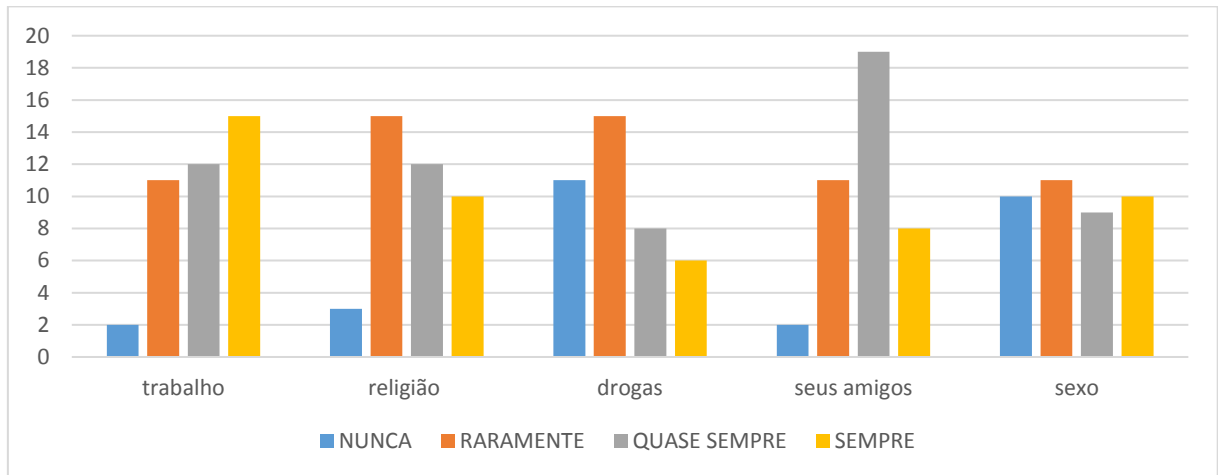
Figura 16. Assuntos Abordados com Familiares e Amigos



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados coletados, 2020

As conversas sobre trabalho, religião, drogas, amizade e sexo são apresentadas na figura abaixo. Os assuntos profissionais são os mais frequentes entre as conversações dos estudantes. Contudo é possível constatar que raramente os estudantes falam sobre religião, sexo ou drogas.

Figura 17. Assuntos Abordados com Familiares e Amigos



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados coletados, 2020

Afere-se a esses resultados, que os debates acerca de política e religião costumam ser polêmicos por tratar-se de crenças, ideologias ou doutrinações. Além disso, de acordo com o contexto político atual, cercado de polêmicas e divergências, os debates já viraram confrontos pessoais.

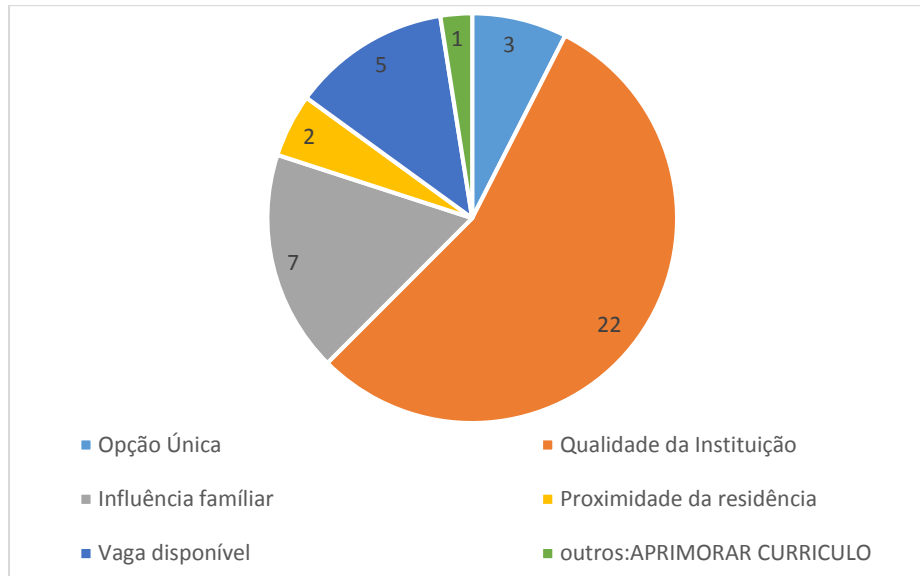
3.3.4 Aspectos Relacionados a Vida Acadêmica, ao Curso e ao Campus Palmas do IFTO

A quarta seção demonstrou a vida acadêmica do estudante do Campus Palmas. Neste sentido foi questionada a escolha do estudante em estudar no Campus, a escolha do curso, se utiliza os conhecimentos obtidos no curso e trabalha na área que cursa. Também foram avaliados aspectos em relação a estrutura que o Campus dispõe, tanto em relação aos recursos físicos como os recursos humanos.

Em relação a escolha de estudar no IFTO, 22 estudantes responderam que a preferência se deu pela qualidade da instituição, ou seja mais de 50% dos pesquisados. De acordo com o apresentado na tabela a seguir, os demais estudantes entrevistados, responderam que: 7 escolheram por influência familiar, 5 por ter vagas disponíveis, 3 pela opção única de curso, 2 pela proximidade de morar perto do Campus, e uma respondeu que escolheu estudar no IFTO

para aprimorar seus conhecimentos. Estas respostas mostram que existe uma grande diversidade de aspectos ou variáveis que incidem na escolha do IFTO.

Figura 18. Escolha de Estudar no IFTO.



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados coletados, 2020

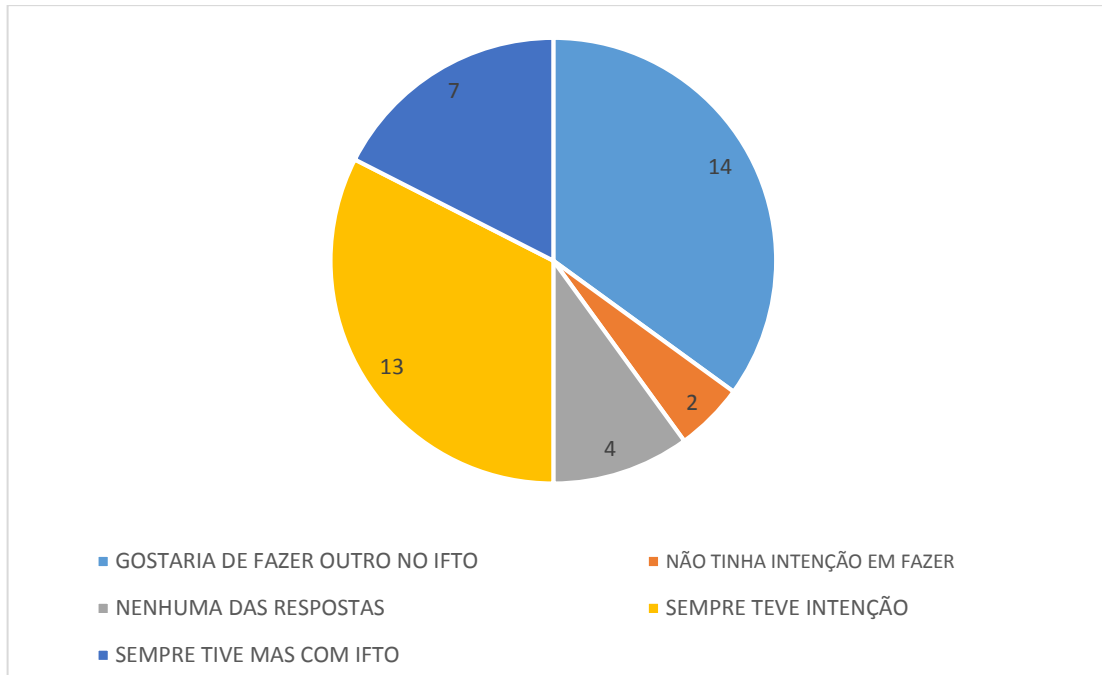
De acordo com Zago (2018), a configuração que cada IF está adquirindo desde sua criação vem sendo desenhada a partir da infraestrutura das instituições que lhes deram origem, bem como pelas manifestações da sua comunidade escolar e pelos interesses socioeconômicos da comunidade em que estão inseridos. Nesse contexto, credita-se a escolha dos estudantes pelo IFTO e, especificamente pelo Campus Palmas, por apresentar uma proposta de “ensino gratuito e de qualidade”, legitimado pelas ofertas de cursos nas várias modalidades, e já tratados aqui.

Também, de acordo com a autora, a implantação dos Institutos Federais, gerou expectativas na sociedade, de que o modelo de educação de qualidade ofertado pelas antigas escolas técnicas federais, seria retomado a partir da criação destas instituições, o que pode ter refletido na boa imagem do Campus Palmas, perante sua comunidade (ZAGO, 2018).

Já com relação a escolha do curso, 14 discentes responderam que gostariam de fazer outro curso, mas que deverão fazê-lo com base nos cursos ofertados pelo IFTO de Palmas, 13 estudantes declararam que sempre tiveram a intenção de fazer o curso, e 7 responderam que sempre tiveram a intenção de fazer o curso, contudo só foi possível com a oferta pelo IFTO. Também, de acordo com a figura a seguir, dos estudantes pesquisados, 2 responderam que não tinham a intenção ou perspectiva de fazer qualquer curso, e 4 declararam não ser nenhuma das

respostas. Vale ressaltar que são relativamente poucos, 7 estudantes ou 17,5% do total, os que demonstraram ter segurança no curso que escolheram.

Figura 19. Escolha do Curso



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados coletados, 2020

A intenção de fazer outro curso, de acordo com os ofertados pelo IFTO, como resultado da maioria de respostas dos estudantes pesquisados, vai ao encontro do modelo de formação verticalizado, proposto pelos Institutos e já presente no modelo do antigo CEFET, em 1978. Segundo Zago (2018), essa formação, composta por diversos níveis e modalidades de educação, possibilita a construção de um itinerário formativo que, além de atender às expectativas do aluno quanto à sua formação, permite que este itinerário seja realizado em uma única Instituição (ZAGO, 2018).

Em relação ao trabalho e ao curso, 36 estudantes não trabalham na área, contudo 29 usam os conhecimentos obtidos com o curso em outras atividades que atuam. Relaciona-se nesta amostragem, que 18 estudantes não trabalham, portanto se 22 trabalham e 29 usam os conhecimentos obtidos pelo curso em outras atividades, pode-se relacionar que para 72,5% dos entrevistados, existe a aplicabilidade imediata dos conhecimentos que adquirem no curso em outras profissões ou ofícios que exercem atualmente. Neste sentido, essas respostas podem estar de acordo com o que foi mencionado na questão anterior, e de que muitos estudantes deverão continuar seu itinerário formativo, após a conclusão no curso Técnico Subsequente. Além disso,

45% dos estudantes declararam não trabalhar em nenhuma atividade, o que pode ser também o reflexo dessa dedicação em suas formações.

Neste entendimento, Zago (2018) explicita que.

Já a forma subsequente atende à lógica da formação continuada, uma vez que é oferecida ao estudante que concluiu o ensino médio propedêutico e busca uma formação profissional ou àquele que concluiu o ensino médio integrado à educação profissional e busca uma atualização ou outra profissão (ZAGO, 2018).

Além disso, segundo dados do IBGE, elevar a instrução e a qualificação dos jovens é uma forma de combater a expressiva desigualdade educacional do país, facilitando a inserção no mercado de trabalho, reduzindo empregos de baixa qualidade e a alta rotatividade (IBGE, 2019).

Por fim, com relação a opinião que os estudantes têm do IFTO, suas instâncias e instalações, foram consultados 13 aspectos, os quais poderiam considerar como muito bom, bom, razoável, ruim e muito ruim.

O primeiro bloco apresenta, conforme tabela abaixo, a opinião dos estudantes em relação a direção geral do Campus, a coordenação dos cursos, dos professores e a qualidade de ensino. É destaque que a maioria dos entrevistados consideram a Direção Geral e a coordenação de cursos como boas, e os professores e qualidade do ensino como muito boas.

Tabela 26. Avaliação da Direção Geral, Coordenação, Professores e Qualidade de Ensino no IFTO Campus Palmas

Classificação	Direção Geral	Coordenação	Professores	Qualidade
Muito Bom	10	15	27	25
Bom	19	16	11	13
Razoável	5	6	0	1
Ruim	0	0	1	1
Muito Ruim	0	0	1	0
Não sei Opinar	6	3	0	0

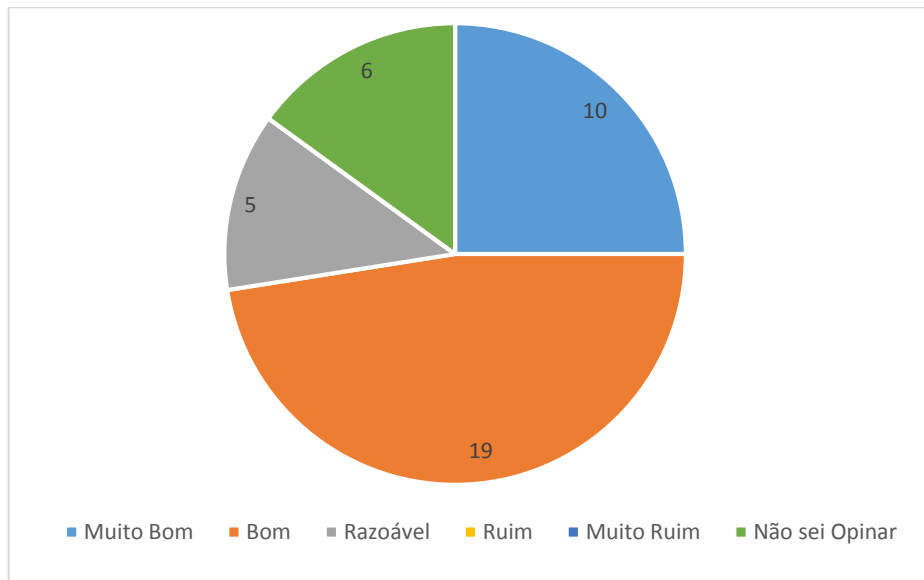
Fonte: Elaboração própria a partir dos dados coletados, 2020

O papel da gestão é fundamental para alcançar os objetivos traçados na Instituição, conforme corroborado por Castro (2017).

Para que o sistema de educação cumpra seu papel de prover educação de qualidade para todos, é preciso que todos os elos estejam comprometidos com a responsabilidade de desempenhar seu papel específico, sem perder de vista a conexão com o objetivo maior: a formação do aluno. Essa articulação se faz necessária entre os órgãos governamentais e os setores do Instituto Federal (CASTRO, 2017).

A figura abaixo, ilustra a opinião dos estudantes em relação a Direção Geral do Campus Palmas, a qual mostra uma opinião preponderantemente positiva. É importante salientar que, mesmo sendo essencial a função de gestão, avaliar a “Direção Geral”, não se atribui somente a personificação do Diretor e de sua função, e sim de uma série de envolvidos nas atividades de gestão.

Figura 20. Avaliação da Direção Geral.



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados coletados, 2020

O segundo bloco descreve a opinião dos estudantes em relação aos laboratórios, a biblioteca, a cantina e as salas de aula. De acordo com a maioria ou a metade dos entrevistados, os laboratórios são bons, a biblioteca é muito boa, e a cantina e as salas de aulas boas.

Tabela 27. Avaliação dos Laboratórios, Biblioteca, Cantina e Salas de Aula no IFTO Campus Palmas

Classificação	Laboratórios	Biblioteca	Cantina	Salas de Aula
Muito Bom	10	31	12	14
Bom	17	7	20	23

Razoável	7	0	8	2
Ruim	4	0	0	0
Muito Ruim	1	0	0	0
Não sei Opinar	1	2	0	1

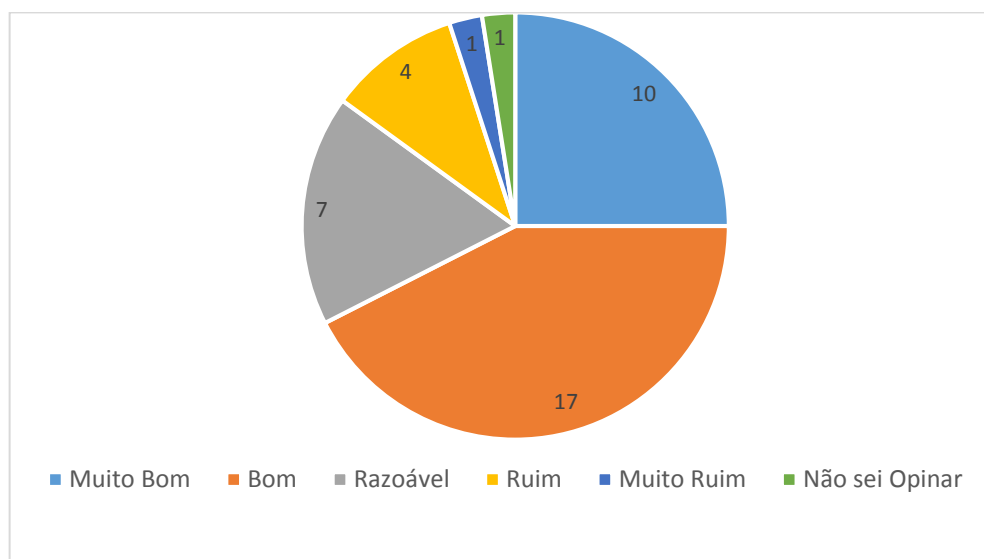
Fonte: Elaboração própria a partir dos dados coletados, 2020

O compromisso da Instituição com seus recursos humanos e materiais, visando a promoção do ensino e o acolhimento de seus estudantes, já constava no PDI de 2006 conforme descrito a seguir.

A democratização e o compartilhamento da gestão educacional tecnológica, a formação e a valorização dos profissionais da educação tecnológica, a renovação pedagógica e a modernização dos equipamentos e instalações físicas, para que o aluno, que é o maior beneficiário do sistema, se sinta cada vez mais estimulado e integrado ao esforço institucional de promover o ensino em suas diferentes modalidades (PDI, 2006).

A figura abaixo, ilustra a opinião dos estudantes do Campus Palmas em relação aos laboratórios da instituição, e destaca a maioria como bons ou muito bons.

Figura 21. Avaliação dos Laboratórios do Campus Palmas



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados coletados, 2020

O terceiro e último bloco apresenta a opinião dos estudantes em relação a limpeza, segurança, a organização do Campus Palmas, a convivência com os colegas e o acesso à

tecnologia. É destaque na opinião dos estudantes, a convivência com os colegas como muito boa e a limpeza, segurança, organização e o acesso à tecnologia no Campus, como bons.

Tabela 28. Avaliação da Limpeza, Segurança, Organização, Convivência com Colegas e Acesso à Tecnologia no IFTO Campus Palmas

Classificação	Limpeza	Segurança	Organização	Convivência com Colegas	Acesso à tecnologia
Muito Bom	13	5	7	21	9
Bom	21	22	27	15	24
Razoável	5	11	6	3	5
Ruim	0	1	0	0	0
Muito Ruim	1	0	0	1	1
Não sei Opinar	0	1	0	0	1

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados coletados, 2020

De uma forma geral, a opinião dos estudantes entrevistados na questão direcionada aos recursos físicos e materiais do IFTO, Campus Palmas, resultou em 5 vezes a resposta como muito ruins, 7 vezes como ruins, 15 vezes disseram não saber opinar, 59 vezes consideraram ser razoáveis, 199 vezes identificaram os recursos, como sendo muito bons e 214 vezes apontaram como bons, tais aspectos relacionados ao Campus.

Tais números sinalizam positivamente os recursos humanos e materiais do Campus Palmas, o que pode significar que a Instituição está cumprindo seu papel de existir, em detrimento da formação de seus alunos, conforme determinado por Castro (2017).

Neste momento caracterizado pela baixa escolarização da população, a acirrada disputa pelas vagas no mercado de trabalho, hoje globalizado e massacrante, exige cada vez mais especialização de sua mão de obra. A responsabilidade pela transformação dessa sociedade está nas mãos dos educadores e passa pela efetiva atuação de todos na gestão das instituições de ensino (CASTRO, 2017).

3.3.5 Principais Sugestões dos Estudantes sobre o Campus de Palmas

Nas questões abertas e nos espaços destinados às sugestões dos estudantes é imperativo salientar que muitos entrevistados afirmam que a instituição e o curso são excelentes. Também manifestaram o respeito aos docentes, os quais consideram muito bons.

Não houve manifestações negativas, mas sim declarações sugestivas que apresentaram pedidos de melhoria de equipamentos e práticas nos laboratórios, efetivação de parcerias entre a instituição e empresas, realização de visitas técnicas e de aulas de reforço. Alguns estudantes mencionaram o aumento da oferta dos auxílios estudantis e até a ampliação do período de lanche ou intervalo. Da totalidade dos entrevistados, 50% preferiu não adicionar nenhum comentário.

3.3.6 Política de Assistência Estudantil no Campus Palmas e Propostas para Subsidiar o Atendimento aos Estudantes

Diante dos objetivos deste estudo, onde procurou-se identificar as características socioeconômicas dos estudantes do Instituto Federal do Tocantins, Campus Palmas, foi possível aferir que se trata de um público jovem, na sua maioria solteiros, do sexo feminino, pardos e de acordo com sua renda, em situação de vulnerabilidade. Estes, entre outros aspectos, contribuíram para construção de um perfil do estudante do Campus Palmas.

Contudo, após a aplicação das entrevistas com os estudantes e, principalmente, após as análises dos dados e informações que foram coletadas para essa pesquisa, foi possível averiguar um número expressivo de estudantes em situação de retenção e evasão. Diante disso, e tendo por entendimento que as políticas de assistência estudantis, devem atuar no acesso, permanência e êxito dos estudantes, foram realizadas entrevistas com as assistentes sociais do Campus Palmas, além de examinados documentos pertinentes ao assunto.

Do ponto de vista das assistentes sociais, pretendeu-se entender as necessidades dos estudantes, no atendimento realizado por meio da equipe multidisciplinar do Campus. Da mesma forma, foram consideradas as políticas, auxílios ou benefícios, que são ofertados em detrimento dessas carências, na Unidade de Palmas, no âmbito da Instituição IFTO, e de acordo com as políticas disponibilizadas pelo governo público federal.

Não se pretende aqui, aprofundar o histórico de assistência estudantil, contudo é necessária uma breve contextualização do recurso utilizado pela Unidade, para o entendimento das propostas que serão apresentadas posteriormente.

O Regulamento do Programa de Assistência Estudantil foi implantado, conjuntamente a política de Assistência Estudantil no âmbito do Instituto Federal do Tocantins, em 2011 e, posteriormente, reformulado em 2014. Dispõe de 2 Eixos: Eixo Universal, destinado aos programas de acompanhamento como assistência social, psicológica, médica, odontológica e

inclusão, e programas de ensino, pesquisa e extensão; e, Eixo de Serviços Essenciais ou Apoio ao Estudante, para estudantes em situação de vulnerabilidade social, ofertando auxílios alimentação, moradia, transporte, creche, material didático, uniforme, bolsa atleta e emergencial (IFTO, 2014).

Segundo dados do Relatório Anual da Comissão Local de Assistência Estudantil do Campus Palmas, em 2019 foram destinados pelos PNAES, R\$ 2.058.897,67 (dois milhões, cinquenta e oito mil, oitocentos e noventa e sete reais e sessenta e sete centavos) para o pagamento de auxílios e benefícios da Unidade. Durante o processo de seleção, 1.739 estudantes se candidataram, contudo 861 não tiveram suas inscrições homologadas, por não apresentarem os requisitos necessários. Nesta seleção foram beneficiados 878 estudantes do Eixo de Apoio ao Estudante, e distribuídos em: 500 com auxílio alimentação (também é o recurso que exige mais investimentos, visto que é o único que pode ser cumulativo); 370 assistidos pelo Perfil 1 (transporte urbano, material didático e atleta); 200 com o Perfil 2 (moradia, creche e transporte intermunicipal); e, 43 beneficiados com o auxílio emergencial. No Eixo Universal foram destinados somente R\$ 200,00 para auxílio viagem.

De acordo com as entrevistas realizadas com as assistentes sociais, apesar da oferta dos auxílios e benefícios, não é possível garantir a permanência do estudante, visto que além de insuficientes na sua quantidade, são baixos em relação aos custos que devem ser cobertos. Os repasses equivalem a baixa, média e alta vulnerabilidade, e correspondem aos auxílios nos valores de R\$ 80,00, R\$ 150,00 e R\$ 250,00 (IFTO, 2020).

A assistência estudantil trabalha na perspectiva de acesso, permanência e êxito, não somente no que se refere ao recurso financeiro, mas também aos serviços especializados, conforme previsto no regulamento de AE, nas ações promovidas para atender os estudantes, pelo Eixo Universal (IFTO, 2020). Neste contexto, a equipe do Campus Palmas conta com médicos, enfermeiros, auxiliar e técnico de enfermagem, dentistas, psicólogos, assistentes sociais, nutricionista e profissionais de educação física. Assessorando essas atividades, a Unidade também realiza atendimento pedagógico com supervisores educacionais, técnicos e pedagogos.

Os serviços especializados atuam além das dificuldades financeiras dos estudantes, que podem ser de aprendizado, da falta de suporte acadêmico e de incentivo aos estudos, de conciliação do trabalho com o curso, motivacionais, problemas familiares, de saúde ou pedagógicos. As causas relativas à evasão ou retenção do estudante podem ser muitas, contudo é preciso realizar esse diagnóstico para apontar as necessidades concretas dos discentes, propondo ações de intervenção e resolução dos problemas.

Neste sentido, e em conformidade com os objetivos deste estudo, o fortalecimento das políticas de assistência aos alunos, atuando para assegurar a melhoria da qualidade de vida, e para o rendimento estudantil, poderá contribuir na garantia da permanência destes na instituição. Contudo, para tal fim, são propostas algumas orientações de mudanças nos procedimentos da Instituição.

- O setor responsável pela aplicação das políticas estudantis deverá compartilhar suas atribuições. Ou seja, deverá contar com uma rede de colaboradores, sejam eles docentes, técnicos ou terceirizados, atuando como mediadores no atendimento aos estudantes. A responsabilização ou atribuição, da permanência dos estudantes não deve ser delegada a um setor ou realizada por meio de comissões, com alguns profissionais. Conforme já mencionado, o “ensino é a razão de ser” da Instituição, contudo de nada vale sem seus estudantes.

Além disso, conforme analisado em relatórios da assistência estudantil do Campus Palmas, as Comissões compostas não eram plenamente eficientes, já que foram constatadas muitas ausências, em poucos encontros. O comprometimento neste entendimento, poderá ser estabelecido por meio de metas ou indicadores e estendido aos demais profissionais da Unidade.

- Criação de um sistema de inserção, monitoramento e avaliação do perfil discente. Tal instrumento poderá auxiliar nas demandas pontuais de auxílio ao estudante, através da disponibilização de informações dos alunos.

Atualmente, o setor de assistência estudantil não tem suporte para o conhecimento e acompanhamento dos seus estudantes, exceto por aqueles que procuram o setor, ou ainda de acordo com os questionários, que são respondidos no ato da matrícula. Ou seja, dados escassos, levando-se em conta as necessidades e particularidades dos estudantes.

O levantamento das dificuldades e necessidades dos estudantes, por meio do diagnóstico, que poderá ser realizado através de um sistema, torna-se imprescindível para a intervenção social e a articulação e execução de ações, programas e projetos.

- Parcerias com órgãos públicos ou privados. As parcerias são essenciais para realização de ações de qualquer natureza. Seja para viabilização de permutas ou descontos para os estudantes na utilização de transporte, alimentação, internet, material didático ou ainda na viabilização de visitas técnicas, utilização de laboratórios e instalações que possam contribuir com seu aprendizado.

A comunicação e divulgação pode ser um importante instrumento nessas parcerias, visto que há um número significativo de estudantes, além de outros públicos, que de forma direta ou indireta, participam da vida acadêmica no Campus Palmas. A celebração de convênios, também

pode proporcionar ao estudante a prática dos conteúdos adquiridos em sala de aula, o que deverá repercutir consideravelmente no seu estímulo e motivação.

A qualidade de vida pode, em alguns casos, independe da renda visto que a renda, por ela mesma, não garante a qualidade de vida. Contudo, em geral, qualidade de vida e renda caminham juntas (IBGE, 2019). Diante disso, pode-se conceber que a oferta de auxílios é fundamental para a permanência do estudante, contudo estas devem vir junto de outras ações e estratégias, que visem o atendimento integral ao discente e por fim, garantam sua permanência e êxito na escola.

As propostas aqui apresentadas, são contribuições viáveis, visto que por meio da sensibilização e conscientização da responsabilização de todos, haverá engajamento na criação de programas, projetos e atividades que atuem predominantemente na retenção, evasão e na qualidade de vida dos estudantes no Campus Palmas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia - IFs, com a Lei 11.892 de 29 de dezembro de 2008, ampliou em todo o território nacional a Rede Federal de Educação Profissional, constituindo atualmente 38 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (BRASIL, 2008). O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins – IFTO, é parte dessa rede e resultante desse processo de criação dos IFs, e da complexidade em que ocorre a concepção e legitimação da educação profissional e tecnológica no Brasil.

A Educação Profissional é um tema em evidência, estudado e socializado por intelectuais e pela mídia em geral. Assim, o estudo percorreu sobre algumas etapas da educação profissional no Brasil nos governos, passando pelas primeiras escolas, específicas para o ensino técnico; a aceleração da industrialização objetivando a criação de novos cursos para atender as primeiras demandas; a criação dos Institutos Federais e com ela a expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (CONIF, 2019).

Compreendeu-se que as propostas governamentais, enfatizam e promovem a educação profissional como política pública de inserção do jovem no mercado de trabalho e na sociedade, educação essa, que em seus primórdios era direcionada apenas aos menos favorecidos. Neste contexto, a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica tem formado uma numerosa quantidade de técnicos todos os anos, com uma excelente qualidade da educação, reconhecida pelas avaliações em largas escalas nacionais e internacionais. Porém, esses números poderiam ser muito maiores, não fossem as elevadas taxas de evasão e retenção e, conseqüentemente, a baixa taxa de conclusão dessa rede (SILVA, 2013).

Além disso, diante dessa perspectiva de crescimento da Rede Federal, dos IFs, e mais especificamente da criação do Instituto Federal do Tocantins, ocorreu na instituição um aumento da oferta de cursos e conseqüentemente da procura de estudantes por qualificação. Este público, alvo para a instituição de ensino, não é de fato investigado ou considerado na maioria das atividades ou ações implementadas, exceto por determinações governamentais que ocorrem sistematicamente para todas as outras instituições, sem levar em consideração as realidades locais ou regionais, ou mesmo as especificidades e heterogeneidades dos estudantes. Daí, portanto, a necessidade de investigação dos discentes do IFTO, Campus Palmas.

O instrumento de pesquisa elaborado e intitulado “Questionário sobre as Características Socioeconômicas dos Estudantes do Instituto Federal do Tocantins – Campus Palmas” foi norteado para investigar quem são os estudantes do Instituto Federal do Tocantins, identificar

informações como faixa salarial, gênero, idade e local de origem destes estudantes e mais especificamente determinar suas características socioeconômicas. O instrumento também permitiu definir as atividades de lazer ou culturais que os estudantes costumam frequentar e por fim constatar suas impressões quanto ao IFTO Campus Palmas e o curso que escolheram.

Quanto a identificação inicial do estudante, concernentes ao sexo, raça ou cor, faixa etária, estado civil, renda, tipo de moradia, naturalidade e trabalho, os resultados gerais apontam, de um modo geral, o que segue. O discente do IFTO é na sua maioria do sexo feminino com 55% dos resultados, 60% declararam cor ou raça como pardos, 62,5% estão na faixa etária de 18 a 28 anos, 55% trabalham, 75% são solteiros, 58% nasceram no Tocantins e o restante está distribuído em outros 6 estados do Brasil. Em relação a moradia, 82,5% reside com a família e 55% moram em residências de aluguel ou semelhante. A renda de 67,5%, é de até 2 salários-mínimos, ou seja, um estudante caracterizado como pobre, segundo a caracterização geral de renda. As informações obtidas pelos questionários, foram amplamente discorridas e correlacionadas a outras fontes de dados como IPEA, IBGE, teses ou artigos, conforme o capítulo 3 desta dissertação.

Conforme já observado, com a criação dos Institutos Federais, além da ampliação de vagas e cursos, ocorre um processo significativo em relação aos índices de retenção e evasão. No IFTO não é diferente, já que através dos dados coletados junto a Secretaria Acadêmica do Campus Palmas, foram diagnosticados mais de 40% dos estudantes, retidos ou evadidos.

Diante disso, foi necessário realizar outra pesquisa, desta vez direcionada às assistentes sociais do Campus Palmas, onde pretendeu-se entender as necessidades dos estudantes, no atendimento realizado por meio dessa equipe multidisciplinar da Unidade. Da mesma forma, foi necessário investigar mais especificamente as políticas, programas auxílios e benefícios, que são ofertados em detrimento dessas carências, tanto da Unidade de Palmas, no âmbito da Instituição IFTO, e de acordo com as políticas disponibilizadas, pelo governo público federal.

Foi constatado que, apesar da atuação do setor de assistência estudantil, em detrimento ao cumprimento das políticas de assistência e da aplicação dos recursos financeiros, bem como das ações promovidas pela equipe multidisciplinar para atendimento aos alunos, não é possível garantir a permanência do estudante. Os recursos financeiros são insuficientes e os auxílios destinados aos estudantes, não cobrem as despesas, necessárias à sua manutenção na escola. Além disso, a equipe multiprofissional que integra o atendimento, não realiza um trabalho efetivo, dada sua estrutura, o número expressivo de estudantes e a falta de informações.

Os estudantes integram um grupo complexo, com dificuldades não só de cunho financeiro, mas muitos com problemas familiares, históricos de violência, falta de incentivo das

famílias, de afinidade com o curso ou de conciliar as atividades escolares com o trabalho. Estes e outros problemas que repercutem no desempenho escolar, e que acabam também refletindo na retenção e evasão dos estudantes.

A assistência estudantil precisa de adequação em relação as novas demandas da sociedade e de acolhimento dos seus estudantes, garantindo dessa forma o que é determinado pela Constituição Federal que determina que a educação é um direito de todos e dever do Estado (CF, 1988).

Torna-se imperativo, portanto, o fortalecimento das políticas de assistência aos alunos, e para tal fim, são propostas algumas orientações de mudanças nos procedimentos da Instituição, conforme apresentado no capítulo 3 dessa dissertação.

Trata-se de contribuir para a construção de uma instituição mais democrática e comprometida, capaz de apresentar soluções aos problemas dos estudantes, por meio de programas e políticas estratégicas para manutenção do ensino técnico e tecnológico, diminuindo significativamente a evasão, atuando na permanência, na qualidade de vida e no sucesso profissional do discente.

REFERÊNCIAS

AMORIM, M.M. T. A Organização dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia no Conjunto da Educação Profissional Brasileira. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/BUOS-9AZGC8/1/tese_monica_maria_teixeira_amorim.final.pdf. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal de Minas Gerais, 2013. Acesso em 27 de mai. 2020.

ANDIFES. Associação Nacional de Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior. Org. FONAPRACE. Observatório do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Estudantis. V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das IFES – 2018. Brasília, 2019. Disponível em <http://www.andifes.org.br/wp-content/uploads/2019/05/V-Pesquisa-Nacional-de-Perfil-Socioecon%C3%B4mico-e-Cultural-dos-as-Graduandos-as-das-IFES-2018.pdf>. Acesso em 23 abr. 2020.

ANTUNES, E. D. Assistência Estudantil nos Institutos Federais: Da Política a Implementação. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/331079>. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Estadual de Campinas, 2018. Acesso em 13 de jun. 2020.

ATLAS BRASIL 2013. Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Índice de Desenvolvimento Humano no Tocantins – IDH., 2010. Disponível em: http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_uf/tocantins. Acesso em 17 de jun. 2020.

BIRD. Um ajuste justo: análise da eficiência e equidade do gasto público no Brasil. Washington DC: Banco Mundial, 2017. Disponível em: <http://documents.worldbank.org/curated/en/884871511196609355>. Acesso em 20 de abr. 2020.

BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 13 de jun. 20.

_____. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF. 1996. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em 29 de abr. 2020.

_____. Presidência da República. Lei n. 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Altera as Leis nos 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1o de maio de 1943, e o Decreto-Lei no 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei no 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13415.htm. Acesso em 28 abr. 2020.

_____. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a rede federal de educação profissional, científica e tecnológica, cria os institutos federais de educação, ciência e tecnologia, e dá outras providências. Publicado no DOU, de 30 de dezembro de 2008. Brasília, DF, 2008d.

_____. Lei nº 11.195, de 18 de novembro de 2005. Lei nº 11.195, de 18 de novembro de 2005. Dá nova redação ao § 5º do art. 3º da Lei nº 8.948, de 8 de dezembro de 1994. Brasília, DF, 2005c. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11195.htm. Acesso em 18 mar. 2020.

_____. Lei nº 5.292 de 11 de agosto de 1971. Fixa Diretrizes e Bases para o 1º e 2º graus e dá novas providências. Brasília, DF, 2005c. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5692.htm. Acesso em 18 mar. 2020.

_____. Lei nº 11.741, de 16 de julho de 2008. Brasília, DF: Altera dispositivos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, 2008d. da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica.

_____. Lei nº 5.540 de 28 de novembro de 1968. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. Disponível em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5540-28-novembro-1968-359201-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em 30 de abr. 2020.

_____. Lei nº 7.044 de 18 de outubro de 1982. Altera dispositivos da Lei nº 5.692 de 11 de agosto de 1971, referentes a profissionalização do 2º grau. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7044.htm. Acesso em 30 de abr. 2020.

_____. Lei nº 6.545 de 30 de junho de 1978. Dispõe sobre a transformação das Escolas Técnicas Federais de Minas Gerais, do Paraná e Celso Suckow da Fonseca em Centros Federais de Educação Tecnológica e dá outras providências. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6545.htm. Acesso em 30 de abr. 2020.

_____. Lei nº 12.711 de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm. Acesso em 30 de mai. 2020.

_____. Decreto nº 2.208/97. Brasília, DF: 1997. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os art. 39 a 42 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2208.htm. Acesso em: 20 abr. 2020.

_____. Decreto nº 5.154/04. Revoga o Decreto nº 2.208/97 que regulamenta o § 2º do art.36 e os art. 39 a 42 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 2004a. Disponível em: <http://mec.gov.br/>. Acesso em: 20 abr. 2020.

_____. Decreto nº 2.406 de 27 de novembro de 1997. Regulamenta a Lei nº 8.948, de 8 de dezembro de 1994, e dá outras providências. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/dec2406.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2020.

_____. Decreto nº 87.310 de 21 de junho de 1982. Regulamenta a Lei nº 6.545, de 30 de junho de 1978, e dá outras providências. Disponível em:
<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-87310-21-junho-1982-436668-norma-pe.html>. Acesso em: 20 abr. 2020.

_____. Decreto nº 5.840, de 13 de julho de 2006. Brasília, DF: 2006. Institui no âmbito federal, o Programa Nacional de Integração da Educação profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - PROEJA, e dá outras providências. Brasília, DF, 2006b.

_____. Decreto nº 6.095, de 24 de abril de 2007. Brasília, DF: 2007e. Estabelece diretrizes para o processo de integração de instituições federais de educação tecnológica, para fins de constituição dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia –IFET, no âmbito da Rede Federal de Educação Tecnológica. Brasília, DF, 2007b.

_____. Decreto nº 6.302, de 12 de dezembro de 2007. Brasília, DF: 2007. Institui o Programa Brasil Profissionalizado. Brasília, DF, 2007c.

_____. Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. Brasília, DF: 2010. Disponível em
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm. Acesso em 15 abr. 2020.

_____. Decreto nº. 7.566 de 23 de setembro de 1909. Cria as capitais dos Estados da República Escolas de Aprendizes Artífices. 23 set. 1909. Disponível em:
http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf3/decreto_7566_1909.pdf. Acesso em 17 de abr. 2020.

_____. Decreto nº. 63.341 de 1º de outubro de 1968. Estabelece critérios para a expansão do ensino superior e dá outras providências. Disponível em:
<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-63341-1-outubro-1968-404684-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 17 de abr. 2020.

_____. Decreto nº. 5.773 de 09 de maio de 2006. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/d5773.htm. Acesso em 17 de abr. 2020.

_____. Territórios da Cidadania, Embrapa, 2008. Disponível em
<https://www.embrapa.br/documents/1355746/30180455/Territ%C3%B3rios+da+cidadania.pdf/b435c5cb-b68a-095f-5e27-caef4e60b044>. Acesso em 19 de jun. 2020.

_____. Relatório de Auditoria do Tribunal de Contas da União. Secretaria de Fiscalização e Avaliação de Programas de Governo. Relatório de Auditoria Operacional em Ações da Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica. Brasília, DF, 2011.

_____. Chamada Pública MEC/SETEC. Nº 002/2007 de 12 de dezembro de 2007. Chamada Pública de Propostas para Constituição dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia – IFET. Disponível em:
http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/chamada_publica_ifet.pdf. Acesso em 17 de abr. 2020.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Concepção e Diretrizes da Educação Profissional e Tecnológica. Um Novo Modelo em Educação Profissional e Tecnológica. Brasília, 2010. Disponível em
http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=6691-if-11concepcaoediretrizes&category_slug=setembro-2010-pdf&Itemid=30192. Acesso em 18 abr. 2020.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Relatório de Gestão Consolidado 2012-2016. Disponível em:
http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=14259-relatorio-gestao-da-setec-exercicio-2012-pdf&Itemid=30192. Acesso em 18 abr. 2020.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Regimento da I Conferência Nacional de Educação Profissional e Tecnológica. Brasília, DF, 2006. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/conferencia_regimento.pdf. Acesso em 26 mar. 2020.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Anais e Deliberações da I Conferência Nacional de Educação Profissional e Tecnológica – I CONFETEC. Brasília, DF, 2007d. Disponível em:
https://transformacaodocefetscemifsc.files.wordpress.com/2014/08/anais_e_deliberacoes_da_i_confetec.pdf. Acesso em 26 mar. 2020.

_____. Ministério da Educação. O Plano de Desenvolvimento da Educação: Razões, Princípios e Programas. Brasília, DF, 2007e. Disponível em: <http://pde.mec.gov>. Acesso em: 20 abr. 2020.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Projeto de Lei: PL 3775 de 16 de julho de 2008. Brasília, DF: Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências, 2008c. Disponível em:
http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf3/projetolei_ifets.pdf. Acesso 20 abr. 2020.

_____. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. Programa Ensino Médio Inovador: Documento Orientador. Brasília, DF, 2009.

_____. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia. Um novo modelo de Educação profissional e Tecnológica: concepções e princípios. Brasília, DF, 2010.

_____. Ministério da Educação. Expansão da Rede Federal. Brasília, DF, 2016. Disponível em: <http://institutofederal.mec.gov.br/expansao-da-rede-federal>. Acesso 27 de abr. 2020.

_____. Ministério da Educação. Catálogo de Cursos Técnicos 3a. edição. 2016. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=7745

1-cnct-3a-edicao-pdf-1&category_slug=novembro-2017-pdf&Itemid=30192. Acesso em 15 abr. 2020.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Prestação de Contas Ordinária Anual: relatório de gestão 2010. Brasília-DF, 2011. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=8006-relatorio-gestao-2010-setec-versaofinal-cgu-pdf&category_slug=maio-2011-pdf&Itemid=30192 .Acesso em 23 abr. 2020.

_____. Portaria MEC/SETEC n. 1, de 3 de janeiro de 2018. Institui a Plataforma Nilo Peçanha - PNP, a Rede de Coleta, Validação e Disseminação das Estatísticas da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - REVALIDE. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=55621-port-1-16-regulacao-4jan-pdf&category_slug=janeiro-2017-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 20 de jun. 2020.

_____. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Plataforma Nilo Peçanha. Brasília, 2018. Disponível em <http://plataformanilopecanha.mec.gov.br/>. Acesso em 10 abr. 2020

_____. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Parecer 16/99 de 05 de outubro de 1999. Institui as Diretrizes curriculares para a Educação Profissional de Nível Técnico. Brasília, 1999 a. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf_legislacao/tecnico/legisla_tecnico_parecer1699.pdf. Acesso em 20 de mar. 2020.

_____. Ministério das Relações Exteriores. Mundo Afora. Educação Profissional e Tecnológica, volume 14, Brasília. – DF, 2016.

BRASIL, Channel. História. Disponível em: <http://www.brasilchannel.com.br/estados/index.asp?nome=Tocantins&area=historia> Acesso em 18 jun. 2020.

CASTRO, D, L.; Aspectos e Importância no Equilíbrio das Múltiplas Ações da Direção de Ensino de um Instituto Federal. Org. ANJOS, M.B dos; RÔÇAS, G. As Políticas Públicas e o Papel Social dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Série Reflexões na Educação, RN, 2017. Disponível em: <https://memoria.ifrn.edu.br/bitstream/handle/1044/1510/SE%CC%81RIE%20REFLEXO%CC%83ES%20NA%20EDUCAC%CC%A7A%CC%83O%20%20v%201.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em 24 de jun. 2020.

COMITÊ, Lula Presidente. Programa de Governo Lula Presidente 2002. Disponível em <https://www1.uol.com.br/fernandorodrigues/arquivos/eleicoes02/plano2002-lula.pdf>. Acesso em 20 fev. 2020.

CONIF. Conselho Nacional da Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. 110 Anos da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, 2019. Disponível em: <http://110anos.redefederal.org.br/>. Acesso em 26 jun. 2020.

CUNHA, L. A. O ensino de ofícios nos primórdios da industrialização. 2ª ed., São Paulo: UNESP; Brasília-DF: FLACSO, 2005a.

_____. O ensino profissional na irradiação do industrialismo. 2ª ed., São Paulo: UNESP; Brasília-DF: FLACSO, 2005b.

CUSTO de Vida em Palmas. Site Colaborativo Custo de Vida.

<http://www.custodevida.com.br/to/palmas/>. Acesso em 22 de jun. 2020.

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO Publicado em:09/10/2019 Edição:196 Seção: 1, Página: 49, Órgão do Ministério da Educação/Gabinete do Ministro PORTARIA Nº 1.719, DE 8 DE OUTUBRO DE 2019.

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO, Edição de 17/07/2008. Brasília, 2008b.

DINIZ, C. C.; CROCO, M. (Orgs.). Economia regional e urbana: contribuições teóricas recentes. Belo Horizonte: UFMG, 2006.

DORE SOARES, Rosemary. Formação de técnicos de nível superior no Brasil: do engenheiro de operação ao tecnólogo. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Educação. Belo Horizonte, 1983.

_____. Lutas pela escola pública no Brasil. Belo Horizonte: UFMG, 1989.

FERES, Marcelo. Desafios e Possibilidades para o Desenvolvimento Estratégico da Educação Profissional Técnica no Brasil e sua Articulação com o Ensino Médio. Versão Expandida, Brasília, 2018. Disponível em: http://movimentopelabase.org.br/wp-content/uploads/2019/06/EPT_Estudo_MarceloFeres.pdf. Acesso em 20 de abr. 2020.

FERNANDES, Francisco das Chagas de Mariz. Gestão dos Institutos Federais: O Desafio do Centenário da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, IFRN, 2019. Disponível em: <http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/viewFile/267/187>. Acesso em 18 de jun. 2020.

FIRJAN, Federação das Indústrias do estado do Rio de Janeiro. Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal - IFDM, 2018. Publicações FIRJAN. Disponível em: <https://www.firjan.com.br/publicacoes/publicacoes-de-economia/ifdm-indice-firjan-de-desenvolvimento-municipal.htm>. Acesso em 20 jun. 2020.

GIL, Antônio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6d. São Paulo: Atlas, 2008.

GONÇALVES JUNIOR, O.G. SIMIELLI, L.E.R. Políticas Públicas em Educação: Lições do Caso Sul-Coreano. XXXI Encontro da Anpad. Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: http://www.anpad.org.br/diversos/down_zips/33/APS-B2884.pdf. Acesso em 15 fev. 2020.

GOUVEIA, F. P. de S. A expansão dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia no território brasileiro: entre o local e o nacional, Espaço e Economia [Online], 2016, Disponível em: URL:<http://journals.openedition.org/espacoeconomia/2434> [; DOI: <http://doi.org/10.4000/espacoeconomia.2434> Acesso em 15 fev. 2020.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Sínteses de Indicadores Sociais: Uma Análise das Condições de Vida da População Brasileira, 2019. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101678.pdf>. Acesso em 20 jun. 2020.

_____, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Publicações, Disponível: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/to.html>? Acesso em 10 abr. 2020.

_____. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins. Escola Técnica Federal de Palmas – ETF Palmas. Plano de Desenvolvimento Institucional, PDI 2005-2010. Disponível em: <http://www.ifto.edu.br/palmas/centrais-de-conteudos/documentos/PDI%202005-2010%20ETF%20Palmas/view>. Acesso em 17 de jun. 2020.

_____. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins. Escola Técnica Federal de Palmas – ETF Palmas. Plano de Desenvolvimento Institucional, PDI 2006 - 2011. Disponível em: <https://campuspalmas.ifto.edu.br/index.php/2014-08-25-13-32-37>. Acesso em 17 de jun. 2020.

IFTO. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins. Plano de Desenvolvimento Institucional, PDI 2015-2019. Disponível em <http://portal.ifto.edu.br/ifto/colegiados/consup/documentos-aprovados/pdi/plano-de-desenvolvimento-institucional-2015-2019.pdf/view>. Acesso em 27 de mai. 2020.

IFTO. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins. Plano de Desenvolvimento Institucional, PDI 2020-2024. Disponível em <http://www.ifto.edu.br/ifto/colegiados/consup/documentos-aprovados/pdi/pdi-ifto-2020-2024.pdf/view>. Acesso em 17 de mar. 2020.

_____. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins. Relatório de Gestão, 2018. Disponível em http://www.ifto.edu.br/ifto/colegiados/consup/documentos-aprovados/relatorios-de-gestao/relatorio_de_gestao_2018.pdf/view. Acesso em 17 de mar. 2020.

_____. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins. Relatório de Ações do Instituto Federal do Tocantins. 2010 - 2018. Disponível em <http://www.ifto.edu.br/centrais-de-conteudos/documentos-institucionais/relatorio-de-acoas/relatorio-de-acoas-2010-2018>. Acesso em 20 fev. 2020.

_____. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins. Projeto Pedagógico do Curso de Graduação, Curso Bacharelado em Engenharia Elétrica, 2019. Disponível em: <http://www.ifto.edu.br/ifto/colegiados/consup/documentos-aprovados/ppc/campus-palmas/bacharelado-em-engenharia-eletrica>. Acesso em 17 de jun. 2020.

_____. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins. Projeto Pedagógico do Curso Superior de Licenciatura em Matemática. 2017. Disponível em: <http://www.ifto.edu.br/ifto/colegiados/consup/documentos-aprovados/ppc/campus-palmas/licenciatura-em-matematica/projeto-pedagogico-do-curso-superior-de-licenciatura-em-matematica.pdf/view>. Acesso em 19 de jun. 2020.

_____. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins. Projeto Pedagógico Institucional, PPI, 2007. Disponível em: http://www.ifto.edu.br/palmas/centrais-de-conteudos/documentos/projeto-pedagogico-institucionalaprovado28_04_08.pdf/view. Acesso em 17 de jun. 2020.

_____. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins. Estatuto do Instituto Federal do Tocantins. 2018. Disponível em <http://www.ifto.edu.br/ifto/colegiados/consup/documentos-aprovados/estatutos/estatuto-do-instituto-federal-do-tocantins.pdf/view>. Acesso em 17 de mar. 2020.

_____. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins. Minuta do Regime Interno do Instituto Federal do Tocantins. 2020. Disponível em: http://www.ifto.edu.br/palmas/centrais-de-conteudos/documentos/documentos-para-colaboracao/regimento_interno.pdf/view. Acesso em 12 de jun. 2020.

_____. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins. Regulamento do Programa de Assistência Estudantil, 2014. Disponível em: <http://www.ifto.edu.br/ifto/colegiados/consup/documentos-aprovados/regulamentos/assistencia-estudantil/regulamento-assistencia-estudantil-2edicao.pdf/view>. Acesso em 17 de jun. 2020

_____. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins. Relatório Anual da Comissão Local de Assistência Estudantil do Campus Palmas, do IFTO – 2019.

_____. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins. Documentos Institucionais. Regulamentos, Regimentos, Estatutos, Portarias, Decretos, Instituições Normativas, Relatórios e Planos. Disponível em: <http://www.ifto.edu.br/centrais-de-conteudos/documentos-institucionais>. Acesso em 30 abr. 2020.

_____. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins. Apresentação. Disponível <https://campuspalmas.ifto.edu.br/index.php/sobre>. Acesso em 17 de mar. 2020.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica. Desigualdade de Renda no Brasil: uma análise da queda recente. Org: Ricardo Paes de Barros, Miguel Nathan Foguel, Gabriel Ulyssea. Brasília: Ipea, 2006. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3249/1/Desigualdade%20de%20renda%20no%20Brasil%20-%20v.%201.pdf>. Acesso em 20 de jun. 2020.

_____. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Publicações. Disponível em https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_alphacontent&view=alphacontent&Itemid=357. Acesso em 20 de mar. 2020.

LIMA FILHO, D. L., A Universidade Tecnológica e sua Relação com o Ensino Médio e a Educação Superior: Discutindo a Identidade e o Futuro dos CEFETs. Perspectiva, Florianópolis, v. 23, n. 2, p. 349-380, jan. 2005. ISSN 2175-795X. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/9762/8992>. Acesso em 10 jun. 2020.

MANFREDI, Silvia Maria. Educação profissional no Brasil. São Paulo, Editora Cortez, 2002.

MARASCHIN, M.S. SILVEIRA, R.B. A Educação Profissional e Tecnológica e as Relações da Evasão e da Retenção: Uma Análise do Perfil do Estudante. Revista de Educação Ciência e Tecnologia do IFG – TECNIA, Goiás, V. 4 n. 2, jul/dez 2019. Disponível em: <http://revistas.ifg.edu.br/tecnia/article/view/247>. Acesso em 20 de jun. 2020.

MENDONÇA, Alzino Furtado de. RIBEIRO, Claudia Regina. NUNES, Heliane Prudente. Trabalhos Acadêmicos: planejamento, execução e avaliação. Goiânia: Faculdade Alves Faria, 2008.

OLIVEIRA, Edmilson Antônio de. Políticas De Educação Profissional E Desenvolvimento Regional: O Papel Dos Institutos Federais De Educação, Ciência E Tecnologia Na Região Integrada de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal e Entorno- Ride-DF - Brasília-DF, 2017.

_____. Ensino Técnico no Brasil: 90 anos das Escolas Técnicas Federais. Universidade e Sociedade. Brasília, v.18, p.108-115, 1999.

PACHECO, E. (Org.). Institutos Federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica. Brasília: Fundação Santillana. São Paulo: Moderna, 2011.

PALMAS. Prefeitura de. Conheça Palmas. https://www.palmas.to.gov.br/conheca_palmas/. Acesso em 22 jun. 2020.

PNUD. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. As Desigualdades no Desenvolvimento Humano no Século XXI. Relatório do Desenvolvimento Humano, 2019. Disponível em: http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr_2019_pt.pdf. Acesso em 20 jun. 2020.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. História da educação Brasil. 18ª ed., Petrópolis: Vozes, 1996.

SANTOS, O.F.C.; FORMIGA, G.C.B. Perfil do aluno do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia: Campus Tobias Barreto – SE. Revista Expressão Científica. Disponível em: repositorio.ifs.edu.br/biblioteca/bitstream/123456789/778/1/Perfil%20do%20aluno%20do%20Instituto%20Federal%20de%20Educacao%20Ciencia%20e%20Tecnologia%20campus%20Tobias%20Barreto%20-%20SE.pdf. Volume II, Ano 02, Nº2 – 2017. Acesso em 23 mai. 2020

SILVA, T.L. da. Baixa Taxa de Conclusão dos Cursos Técnicos da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica: Uma Proposta De Intervenção. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública), Juiz de Fora, 2013. Disponível em <http://mestrado.caedufjf.net/wp-content/uploads/2017/08/TADEU-LUCENA-DA-SILVA.pdf>. Acesso em 20 mar. 2020.

SILVEIRA, R.B. O Programa Permanência e Êxito no Instituto Federal Farroupilha: Trabalho Pedagógico e Fracasso Escolar. (Mestrado em Educação), Santa Maria, 2017.

SOUZA, F. das C. S.; SILVA, H. dos S. C. Institutos Federais: expansão, Perspectivas e Desafios. Revista Ensino Interdisciplinar, UERN, Mossoró, v. 2, n. 05, 2016. Disponível em: <http://periodicos.uern.br/index.php/RECEI/article/viewFile/1949/1048>. Acesso 20 mar. 2020.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. Relatório de auditoria operacional em ações da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. TC 026.062/2011-9. Brasília-DF, 2012.

TOCANTINS. Indicadores Socioeconômicos do Estado Tocantins, Governo do Tocantins, 2017. Disponível em: <https://central3.to.gov.br/arquivo/349157/>. Acesso em 20 jun. 2020.

ZAGO, M.F. Configuração e Consolidação de Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Tese (Doutorado em Educação), Piracicaba, 2018. Disponível em http://iepapp.unimep.br/biblioteca_digital/pdfs/docs/03072018_173045_marciadefreitaszago_ok.pdf. Acesso em 20 mar. 2020.

APÊNDICES

APÊNDICE A - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Você está sendo convidado(a) como voluntário(a) a participar da pesquisa: intitulada “CARACTERÍSTICAS SOCIOECONÔMICAS DOS ESTUDANTES DO INSTITUTO FEDERAL DO TOCANTINS, CAMPUS PALMAS”. Após receber os esclarecimentos e as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, este documento deverá ser assinado em duas vias, sendo a primeira de guarda e confidencialidade da pesquisadora responsável e a segunda ficará sob sua responsabilidade para quaisquer fins.

O objetivo principal dessa pesquisa é de analisar as características socioeconômicas dos estudantes do Instituto Federal do Tocantins, Campus Palmas.

Para tanto os dados da pesquisa de análise das características socioeconômicas dos estudantes serão gerados e coletados a partir da pesquisa de campo contendo perguntas objetivas de múltipla escolha e discursivas.

Não há riscos diretos aos participantes contudo, se ocorrer algum incômodo como cansaço, desconforto ou constrangimento, o pesquisado poderá, a qualquer momento, abster-se de participar do estudo.

Quanto aos benefícios, o indivíduo participante será potencialmente beneficiado de forma indireta na ampliação do conhecimento sobre as características socioeconômicas dos estudantes do Instituto Federal. Além disso espera-se ainda como benefício que as novas informações geradas, possam auxiliar a definição de políticas institucionais, por parte do Instituto Federal, ou políticas públicas voltadas aos estudantes dos cursos técnicos da instituição.

Em caso de recusa, a participar da pesquisa ou em algum momento desistir, você não será penalizado (a) de forma alguma. Você será esclarecido(a) sobre a pesquisa em qualquer tempo e aspecto que desejar, através do contato com o pesquisador. Você é livre para recusar-se a participar, retirar seu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento, sendo sua participação voluntária e a recusa em participar não irá acarretar qualquer penalidade.

A pesquisadora irá tratar a sua identidade com padrões profissionais de sigilo e todos os dados coletados servirão apenas para fins de pesquisa. Seu nome ou o material que indique a sua participação não será publicado sem a sua permissão. Você não será identificado(a) em nenhuma publicação que possa resultar deste estudo.

Para participar deste estudo você não terá nenhum custo nem receberá qualquer vantagem financeira. Em caso de dúvida sobre a pesquisa, você poderá entrar em contato com a pesquisadora responsável CARLA SIMONE BURDZINSKI através do telefone (63) 99110-6363 ou através do e-mail carlasb@ifto.edu.br. Em caso de dúvida sobre a ética aplicada a pesquisa, você poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto Federal do Tocantins Avenida Joaquim Teotônio Segurado, Quadra 202 sul, ACSU-SE 20, Conjunto 1, Lote 8, Piso 2 Palmas/TO - CEP 77020-450, ou pelo telefone (63)3229-2237 entre 8h e 14h.

A sua colaboração é muito importante.

Ciente e de acordo com o que foi anteriormente exposto, eu

CPF _____

estou de acordo em participar da pesquisa intitulada “CARACTERÍSTICAS SOCIOECONÔMICAS DOS ESTUDANTES DO INSTITUTO FEDERAL DO TOCANTINS, CAMPUS PALMAS”, de forma livre e espontânea, podendo retirar meu consentimento a qualquer momento.

Palmas, _____ de março de 2020.

CARLA SIMONE BURDZINSKI
Pesquisadora

..... Assinatura do participante

APÊNDICE B – Questionário Sobre as Características Socioeconômicas dos Estudantes do Instituto Federal do Tocantins – Campus Palmas

Mestrado em Desenvolvimento Regional do Centro Universitário UNIALFA
Questionário sobre as Características Socioeconômicas dos Estudantes do Instituto Federal do Tocantins – Campus Palmas

1) Identificação

Curso Técnico em: _____

2) Sexo

- Feminino
 Masculino

3) Como você classificaria sua cor ou raça (Classificação segundo IBGE)

- Branca Preta Parda Amarela Indígena

4) Idade

- 18 a 28 anos
 29 a 39 anos
 40 a 49 anos
 50 a 59 anos
 60 anos ou mais

5) Estado Civil

- Casado Solteiro Divorciado Viúvo Outro

6) Você Trabalha)

- sim não

7) Renda (Pessoal ou Familiar)

- 1 salário mínimo (R\$ 1.045,00)
 até 2 salários mínimos (entre R\$ 1.045,00 e R\$ 2.090,00)
 até 3 salários mínimos (entre R\$ 2.090,00 e R\$ 3.135,00)
 até 4 salários mínimos (entre R\$ 3.135,00 e R\$ 4.180,00)
 mais de 4 salários mínimos (entre R\$ 4.180,00 ou mais)
 Sem rendimentos

8) Naturalidade:

Cidade _____

Estado _____

9) Você reside com quem?

- Sozinho Familiares Amigos República Outros

10) Qual o tipo de residência onde mora?

- Alugada Própria Outros

11) Quantos dos itens abaixo há na sua casa? (Marque apenas UMA opção com um X em cada linha)

	Não tem	Um	Dois	Três ou mais
Televisão em cores				
TV por assinatura				
Carro				
Aparelho de DVD				
Geladeira				
Computador				
Tablet				
Notebook				
Acesso à internet				
Máquina de lavar roupa				
Banheiros				
Empregados domésticos				

12) Nos últimos três anos você viajou? () Sim. () Não.

Cite as três últimas viagens:

Para onde?	Em que circunstância?
(A)	
(B)	
(C)	

13) Nos últimos 12 meses, com que frequência você participou das seguintes atividades. (Marque apenas UMA opção com um X em cada linha)

	Nunca	1 a 2 vezes por ano	3 a 4 vezes por ano	Mais de 4 vezes por ano	Com Frequência
Foi a praia?					
Foi a shoppings?					

Foi a parques / praças/ áreas públicas de lazer?					
Foi a festas / casa de amigos?					
Foi a bares e restaurantes?					
Foi a clubes?					
Foi a eventos esportivos?					
Foi a Igrejas (ou outros templos) / grupo religioso?					
Foi à livraria?					
Foi ao cinema?					
Foi ao teatro?					
Foi a shows ou festivais de música?					
Foi a um espetáculo de dança?					
Visitou o museu?					
Visitou algum centro cultural?					
Foi à biblioteca fora da escola?					
Outro local?					

14) Com que frequência você conversa com sua família ou seus amigos sobre
(Marque apenas UMA opção com um X em cada linha)

	Nunca	Raramente	Quase sempre	Sempre
--	-------	-----------	--------------	--------

Questões políticas e sociais				
Livros, filmes ou programas de TV				
Sua escola				
Seus estudos				
Sua futura profissão				
Trabalho				
Religião				
Drogas				
Seus amigos				
Sexo				

15) Por que escolheu estudar no IFTO de Palmas?

() Opção única de curso () Qualidade da instituição () Influência familiar () Proximidade da Residência () Vaga disponível () Outros Qual: _____

16) Em relação à escolha do curso você:

- () Sempre teve a intenção de fazer o curso.
 () Sempre teve a intenção de fazer o curso mas só foi possível fazê-lo após a oferta no IFTO Palmas
 () Gostaria de fazer outro curso, mas posteriormente deve escolher outra formação com base nos cursos ofertados pelo IFTO Palmas
 () Não tinha a intenção ou perspectiva de fazer qualquer curso
 () Nenhuma das respostas anteriores

17) Com relação a sua área de formação e seu trabalho responda as seguintes questões:

a) Você trabalha na área de formação escolhida?

() sim () não

b) Você utiliza os conhecimentos obtidos no curso?

() sim () não

c) Que assuntos você considera que fazem falta na sua formação, e que poderiam atender com maior eficiência o seu trabalho?

d) Destaque um ou mais conteúdos que você considera desnecessários as suas atividades laborais e que são abordados em sala de aula

18) Classifique os seguintes aspectos do IFTO

	Muito Ruim	Ruim	Razoável	Bom	Muito Bom	Não sei opinar
Direção Geral						
Coordenação						
Professores						
Qualidade do ensino						
Laboratórios						
Biblioteca						
Cantina						
Espaço escolar/salas de aula						
Limpeza						
Segurança						
Organização						
Convivência com colegas						
Acesso a tecnologia						

19) Comentários adicionais.

Palmas, _____ de Março de 2020.

APÊNDICE C – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Você está sendo convidada como voluntária a participar da pesquisa: intitulada “CARACTERÍSTICAS SOCIOECONÔMICAS DOS ESTUDANTES DO INSTITUTO FEDERAL DO TOCANTINS, CAMPUS PALMAS”. Após receber os esclarecimentos e as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, este documento deverá ser assinado em duas vias, sendo a primeira de guarda e confidencialidade da pesquisadora responsável e a segunda ficará sob sua responsabilidade para quaisquer fins.

O objetivo principal dessa pesquisa é analisar as características socioeconômicas dos estudantes do Instituto Federal do Tocantins, Campus Palmas.

Para tanto os dados da pesquisa de análise das características socioeconômicas dos estudantes serão gerados e coletados a partir da pesquisa de campo, contendo perguntas objetivas de múltipla escolha e discursivas, e das entrevistas direcionadas às assistentes sociais do Campus Palmas.

Não há riscos diretos aos participantes, contudo, se ocorrer algum incômodo como cansaço, desconforto ou constrangimento, a pesquisada poderá, a qualquer momento, abster-se de participar do estudo.

Quanto aos benefícios, o indivíduo participante será potencialmente beneficiado de forma indireta na ampliação do conhecimento sobre as características socioeconômicas dos estudantes do Instituto Federal. Além disso espera-se ainda como benefício que as novas informações geradas, possam auxiliar nas atividades do setor de assistência social, na definição de políticas institucionais, por parte do Instituto Federal, ou políticas públicas voltadas aos estudantes dos cursos técnicos da instituição.

Em caso de recusa, a participar da pesquisa ou em algum momento desistir, você não será penalizada de forma alguma. Você será esclarecida sobre a pesquisa em qualquer tempo e aspecto que desejar, através do contato com a pesquisadora. Você é livre para se recusar a participar, retirar seu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento, sendo sua participação voluntária e a recusa em participar não irá acarretar qualquer penalidade.

A pesquisadora irá tratar a sua identidade com padrões profissionais de sigilo e todos os dados coletados servirão apenas para fins de pesquisa. Seu nome ou o material que indique a sua participação não será publicado sem a sua permissão. Você não será identificada em nenhuma publicação que possa resultar deste estudo.

Para participar deste estudo você não terá nenhum custo nem receberá qualquer vantagem financeira.

Em caso de dúvida sobre a pesquisa, você poderá entrar em contato com a pesquisadora responsável CARLA SIMONE BURDZINSKI através do telefone (63) 99110-6363 ou através do e-mail carlasb@ifto.edu.br. Em caso de dúvida sobre a ética aplicada a pesquisa, você poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto Federal do Tocantins Avenida Joaquim Teotônio Segurado, Quadra 202 Sul, ACSU-SE 20, Conjunto 1, Lote 8, Piso 2 Palmas/TO - CEP 77020-450, ou pelo telefone (63)3229-2237 entre 8h e 14h.

A sua colaboração é muito importante.

Ciente e de acordo com o que foi anteriormente exposto, eu
CPF _____

estou de acordo em participar da pesquisa intitulada “CARACTERÍSTICAS SOCIOECONÔMICAS DOS ESTUDANTES DO INSTITUTO FEDERAL DO TOCANTINS, CAMPUS PALMAS”, de forma livre e espontânea, podendo retirar meu consentimento a qualquer momento.

Palmas, _____ de maio de 2020.

CARLA SIMONE BURDZINSKI
Pesquisadora

_____Assinatura do participante

APÊNDICE D – Roteiro de Entrevistas com as Assistentes Sociais do Instituto Federal do Tocantins – Campus Palmas

**MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO CENTRO
UNIVERSITÁRIO -UNIALFA**

**Roteiro de Entrevistas com as Assistentes Sociais do Instituto Federal do Tocantins –
Campus Palmas**

1) Identificação

Nome:

Tempo de Atuação na assistência estudantil do Campus Palmas:

2) Responda as questões de acordo com sua experiência:

1. Poderia me explicar, por gentileza, quais são os objetivos e instrumentos da política de assistência social aos estudantes? Quais são as ações e os serviços que o IFTO-Palmas presta aos estudantes com a assistência social?
2. Considera que a política assistencial e as ações que beneficiam os estudantes são suficientes para garantir a permanência dos alunos na instituição?
3. Os recursos financeiros para a política e ações de assistência social de que fontes provem? São suficientes?
4. Considera que faltam recursos para que tipo de obras ou ações que contribuam para a melhora das condições de vida dos estudantes?
5. Qual é a sua opinião sobre os estudantes do IFTO, em termos de condições de vida?
6. Quais são as principais virtudes e as deficiências dos alunos no desempenho acadêmico e como pessoas na comunidade do IFTO/Palmas?
7. Como diferencia os estudantes originários de Palmas e aqueles provenientes de outros municípios de Tocantins?
8. De acordo com a sua experiência profissional na assistência social aos estudantes, qual é a principal necessidade e a sua principal demanda?
9. Como caracterizaria os estudantes que mais demandam apoio ou auxílio à instância de assistência social?
10. Você considera que se houvessem mais auxílios os estudantes poderiam ter melhor desempenho acadêmico??
11. Na sua opinião existe relação entre a evasão dos estudantes e suas condições econômicas?
12. Na sua opinião os auxílios garantem a permanência do estudante na instituição?
13. Poderia caracterizar o aluno evadido? Quais causas considera que são as mais determinantes para a evasão dos alunos?
14. De onde são originários os estudantes que mais evadem e quais são as causas?
15. Gostaria de fazer algum comentário adicional?

Agradeço imensamente a sua colaboração!

Palmas, _____ de junho de 2020.